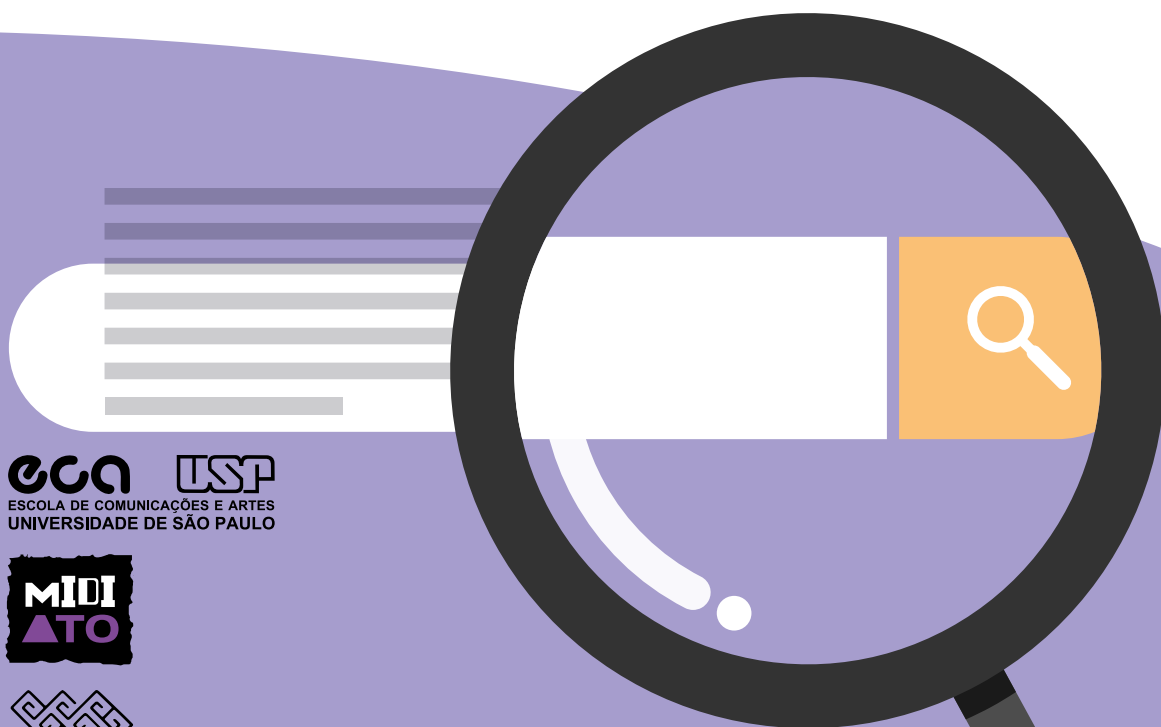


# Pesquisa da pesquisa:

CRÍTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES EM COMUNICAÇÃO RURAL (1978-1988)

Gislene Silva



**ECQA USP**  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



# Pesquisa da pesquisa:

CRÍTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES EM COMUNICAÇÃO RURAL (1978-1988)

Gislene Silva

**ECA USP**  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**KRITIKOS**

**Pesquisa**



# Expediente

**Universidade de São Paulo**

**Reitor:** Prof. Dr. Vahan Agopyan

**Vice-Reitor:** Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

**Diretor da ECA-USP:** Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro

**Vice-Diretora da ECA-USP:** Profa. Dra. Brasilina Passarelli

## Expediente da publicação

**Editora:** Escola de Comunicações e Artes (ECA - USP)

**Edição:** Rosana de Lima Soares

**Revisão:** Andrea Limberto

**Projeto gráfico, capa e diagramação:** Ildo Francisco Golfetto

## Ficha Catalográfica

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

S586p

Silva, Gislene

Pesquisa da pesquisa: crítica de teses e dissertações em comunicação rural (1978-1988) [recurso eletrônico] / Gislene Silva; editora: Rosana de Lima Soares - São Paulo: ECA-USP, 2019.  
134 p.

ISBN 978-85-7205-228-3

1.Comunicação rural 2. Pós-graduação 3. Publicações acadêmicas I. Título  
II. Soares, Rosana de Lima

CDD 23.ed. – 301.35

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888



**ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS**

Está autorizada a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte. Proibido uso com fins comerciais

# Pesquisa da pesquisa:

CRÍTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES EM COMUNICAÇÃO RURAL (1978-1988)

**Gislene Silva**

SÃO PAULO  
ECA-USP  
2019

# Informações editoriais

## **SELO KRITIKOS**

Grupo de Pesquisa MidiAto (ECA-USP)

## **COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Rosana de Lima Soares (Universidade de São Paulo)

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Ana Lucia Enne (Universidade Federal Fluminense)  
Bernadette Lyra (Universidade Federal do Espírito Santo)  
Eduardo Morettin (Universidade de São Paulo)  
Eduardo Vicente (Universidade de São Paulo)  
Felipe Muanis (Universidade Federal de Juiz de Fora)  
Gislene Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Gustavo Souza (Universidade Paulista)  
José Carlos Marques (Universidade Estadual Paulista)  
José Luiz Aidar Prado (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Laura Loguercio Canepa (Universidade Anhembi Morumbi)  
Lucia Leão (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Marcio Serelle (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)  
Maurício de Bragança (Universidade Federal Fluminense)  
Mayra Rodrigues Gomes (Universidade de São Paulo)  
Rogerio de Almeida (Universidade de São Paulo)  
Rosamaria Luiza de Mello Rocha (Escola Superior de Propaganda e Marketing)  
Samuel Paiva (Universidade Federal de São Carlos)  
Sílvia Helena Simões Borelli (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Vander Casaqui (Universidade Metodista de São Paulo)  
Vera Follain de Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)  
Vera Regina Veiga França (Universidade Federal de Minas Gerais)

## **CONSELHO EDITORIAL**

Andrea Limberto (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)  
Cíntia Liesenberg (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)  
Cláudio Rodrigues Coração (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Eduardo Paschoal de Sousa (Universidade de São Paulo)  
Eliza Casadei (Escola Superior de Propaganda e Marketing)  
Felipe Polydoro (Universidade de Brasília)  
Fernanda Elouise Budag (Faculdade Paulus de Comunicação)  
Ivan Paganotti (Centro Universitário Fiam-Faam)  
Juliana Doretto (Universidade de São Paulo)  
Nara Ly Cabral Scabin (Universidade Anhembi Morumbi)  
Renata Carvalho da Costa (Universidade de São Paulo)  
Sílvio Anaz (Centro Universitário Fiam-Faam)  
Sofia Franco Guilherme (Universidade de São Paulo)  
Thiago Siqueira Venanzoni (Universidade de São Paulo)

*O procedimento mais legítimo do espírito é o que se esforça  
para apreender, mais do que a verdade das coisas,  
o movimento das coisas.*

Edgar Morin

# Agradecimentos

A experiência do mestrado, cuja pesquisa realizada é publicada agora como ebook, me deu, naquele caminho andado, 30 anos atrás, professores, disciplinas, orientação, colegas de turma, amigos, bolsa da Capes, formação em pesquisa, autores e mais autores. Não sabia ainda que, nas décadas que se seguiriam, o mestrado vivido deixaria em mim ligações intelectuais tão profundas com o Brasil rural, com a metodologia da pesquisa e com a epistemologia no campo da Comunicação e do Jornalismo.

Por tudo isso, digo Ubuntu (palavra de origem Zulu e Xhosa):  
“Sou o que sou pelo que nós somos”.

Igualmente Ubuntu pode ser dito pela própria área da “pesquisa da pesquisa” ou metapesquisa, que estuda como um campo de conhecimento científico vai sendo esculpido pelo gesto teórico-metodológico de cada produção acadêmica em particular. Os detalhes que forjam o talhe.

*Para Chico Mendes,  
aos 31 anos de seu assassinato (1944 – 1988)*

## **Acalanto do seringueiro**

Mário de Andrade

Seringueiro brasileiro,  
Na escuridão da floresta  
Seringueiro, dorme.  
Ponteando o amor eu forcejo  
Pra cantar uma cantiga  
Que faça você dormir.  
Que dificuldade enorme!  
Quero cantar e não posso,  
Quero sentir e não sinto  
A palavra brasileira  
Que faça você dormir...  
Seringueiro, dorme...

Como será a obscuridade  
Desse mato-virgem do Acre?  
Como serão os aromas  
A maciez ou a aspereza  
Desse chão que é também meu?  
Que miséria! Eu não escuto  
A nota do uirapuru!...  
Tenho de ver por tabela  
Sentir pelo que me contam,  
Você, seringueiro do Acre,  
Brasileiro que nem eu.  
Na escuridão da floresta  
Seringueiro dorme.

Seringueiro, seringueiro,  
queria enxergar você...  
Apalpar você dormindo,  
Mansamente, não se assuste,  
Afastando esse cabelo  
Que escorreu na sua testa.  
Algumas coisas eu sei...  
Troncudo você não é.  
Baixinho, desmerecido,  
Pálido, Nossa Senhora!  
Parece que nem tem sangue.  
Porém cabra resistente  
Está ali. Sei que não é  
Bonito nem elegante...  
Macambúzio, pouca fala,  
Não boxa, não veste roupa  
De palm-beach... Enfim não faz  
Um desperdício de coisas  
Que dão conforto e alegria.

Mas porém é brasileiro,  
Brasileiro que nem eu...  
Fomos dois que botamos  
Pra fora Pedro II...  
Somos nós dois que devemos  
Até os olhos da cara  
Pra esses banqueiros de Londres...



Trabalhar nós trabalhamos  
Porém pra comprar as pérolas  
Do pescocinho da moça  
Do deputado Fulano.  
Companheiro, dorme!  
Porém nunca nos olhamos  
Nem ouvimos e nem nunca  
Nos ouviremos jamais...  
Não sabemos nada um do outro,  
Não nos veremos jamais!

Seringueiro, eu não sei nada!  
E no entanto estou rodeado  
Dum despotismo de livros,  
Estes mumbavas que vivem  
Chupitando vagarentos  
O meu dinheiro o meu sangue  
E não são gosto de amor...  
Me sinto bem solitário  
No mutirão da sabença  
Da minha casa, amolado  
Por tantos livros geniais,  
“Sagrados” como se diz...  
E não sinto os meus patrícios!  
E não sinto os meus gaúchos!  
Seringueiro, dorme...

E não sinto os seringueiros  
Que algum outro brasileiro  
Que seja poeta no sul  
Ande se preocupando  
Com o seringueiro dormindo,  
Desejando pro que dorme  
O bem da felicidade...

Essas coisas pra você  
Devem ser indiferentes,  
Duma indiferença enorme...  
Porém eu sou seu amigo  
E quero ver se consigo  
Não passar na sua vida  
Numa indiferença enorme.

Meu desejo e pensamento  
(... numa indiferença enorme...)  
Ronda sob as seringueiras...  
(... numa indiferença enorme...)  
Num amor-de-amigo enorme...

Seringueiro, dorme!  
Num amor-de-amigo enorme  
Brasileiro, dorme!  
Brasileiro, dorme.  
Num amor-de-amigo enorme  
Brasileiro, dorme.

Brasileiro, dorme,  
Brasileiro... dorme...

Brasileiro... dorme...

# Sumário

	Prefácio	12
	MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES	
	Apresentação	14
	Introdução	18
	<b>Capítulo I</b>	<b>25</b>
	Consciência metodológica e Comunicação Rural	
1.	O pesquisador, a crítica e a Comunicação	26
2.	A Comunicação e a questão rural	36
	<b>Capítulo II</b>	<b>50</b>
	Dissertações e teses em Comunicação Rural	
1.	Pequeno histórico da pós-graduação em Comunicação	51
2.	Conjunto das dissertações e teses analisadas	57

**Capítulo III 63**  
Descrição das dissertações e teses:  
o locus do objeto de estudo

1. Na comunicação interpessoal (comunidades) 65
2. Nos Meios de Comunicação de Massa (veículos) 81
3. No Discurso/Linguagem (interpessoal e m.c.m) 86
4. Em discussões teóricas e metodológicas 90

**Capítulo IV 96**  
Principais problemas epistemológicos,  
metodológicos e teóricos

1. Momento das opções: Estrutura 97
2. Momento da atualização: Processo 102
3. Momento da teorização: Interpretação e Conclusão 110

**Conclusões 116**  
Do detalhe ao talhe

**Referências 125**

**Informações 133**

1. A autora 133
2. O selo Kritikos 134

# Prefácio

MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES

Não é comum que uma dissertação de mestrado seja publicada após 30 anos da sua defesa. Entretanto, mais que validar essa ação, ela tem um significado muito particular na construção do campo de estudos da Comunicação no Brasil.

Nos domínios da epistemologia e da metodologia, atualmente, passou a ser bastante usado o termo “pesquisa da pesquisa” (inclusive está no título deste livro), que indica um trabalho científico sobre outros trabalhos já realizados (publicados ou não). Meu propósito aqui será demonstrar que já nos anos 1980, alguns pesquisadores, como Gislene Silva, já incorporavam o *habitus científico*<sup>1</sup> ao praticar a pesquisa com forte caráter reflexivo.

Nas minhas lides com a metodologia da Comunicação, também nos anos 1980, comecei a desenvolver **um Modelo Metodológico de Pesquisa**<sup>2</sup>, cujo objetivo é realizar a construção/desconstrução da estrutura e do processo de pesquisa. Por que “modelo”? Como lembra Granger<sup>3</sup>, a tarefa da ciência é a construção de modelos que objetivam a experiência de pesquisa, a sua prática, mesmo que sua realização seja sempre aproximativa de um ideal de formalização completa. A ciência é fundamentalmente uma atividade discursiva e nesta condição reside seu poder de formalização e de axiomatização.

Este Modelo Metodológico tem por base a concepção de Ciência como discurso e como prática. Isso significa que o campo da pesquisa é ao mesmo tempo **estrutura**, enquanto se organiza como discurso através de um conjunto vertical de níveis (Epistemológico, Teórico, Metódico e Técnico) e como **prática**, que organiza a pesquisa como processo em um conjunto de fases (Objeto, Observação, Descrição, Interpretação e Conclusões). O modelo de pesquisa, portanto, apresenta-se com uma dinâmica múltipla que articula dialeticamente instâncias/níveis e fases/etapas numa rede de atos reflexivos (decisões e opções do cientista dentro do seu campo de estudos) e de práticas (seleção e combinação de métodos para uma determinada

1. Bourdieu, P. O campo científico. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. Segundo o autor, o *habitus científico* é de natureza híbrida e combina relações de objetivação e de subjetivação do pesquisador na construção de seu objeto de estudo.

2. Lopes, M.I.V. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2018, 12<sup>a</sup> ed.

3. Granger, G.G. *Pensée formelle et science de l’homme*. Paris: Aubier, 1960.

4. Kaplan, A. *A conduta na pesquisa*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

pesquisa). Esse modelo volta-se, então, para a metodologia tanto como "lógica em ato" como "lógica reconstruída". Esses termos são de Kaplan<sup>4</sup>.

É essa **Estratégia Metodológica** que Gislene Silva operou, pioneiramente, em sua dissertação de mestrado, tendo que dar conta dessas duas lógicas, uma vez que ela estava construindo a sua pesquisa dentro da área de Comunicação Rural e, ao mesmo tempo, essa pesquisa tinha como objeto a reconstrução de pesquisas já feitas sobre Comunicação Rural. A Autora usou o Modelo Metodológico como modelo que serviu à sua pesquisa (como modo de construção) e como modelo de leitura (modo de desconstrução) das pesquisas já realizadas.

Entre todos os achados da dissertação, quero destacar um que é a variedade de metodologias encontradas no corpus das 27 teses/dissertações desconstruídas. Já apontava a autora para a complexidade e a multidimensionalidade dos fenômenos comunicacionais e para a Comunicação como campo transdisciplinar, termo muito distante da época analisada.

# Apresentação

GISLENE SILVA | DEZEMBRO DE 2019

Passados 30 anos da conclusão de minha dissertação de mestrado, resolvi publicá-la na forma deste ebook. O estudo analisa a produção de teses e dissertações em comunicação rural nos poucos programas de pós-graduação em Comunicação Social existentes no Brasil naquela época – eram cinco; atualmente são mais de cinquenta. Obviamente, a primeira coisa a ser pensada, nesses casos de publicação tardia, é sobre a validade ainda hoje das questões tratadas lá nos anos 80. Revisitando a pesquisa, após três décadas, depois de ter trabalhado por vários anos como jornalista e como professora de jornalismo, encontro três grandes pilares de sustentação de sua validade e, renovada pelo tempo, de sua pertinência científica: o tema comunicação rural, a preocupação epistemológica com o objeto de estudo da Comunicação e a importância de se estudar metodologia da pesquisa ou, em outros termos, de se desenvolver uma consciência metodológica.

Os estudos em comunicação rural tinham força naquele contexto de defesa de ocupação mais justa da terra e, em contraposição, também de forte crítica ao novo modelo de agricultura industrial que se impunha no país. A pós-graduação no IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior (atual UMESP), em São Bernardo do Campo, em pleno ABC contestador da ditadura, dava voz às pesquisas e aos pesquisadores latino-americanos, às experiências de comunicação alternativa e popular. Minha pesquisa de mestrado, então, se constrói no debate premente sobre desenvolvimento rural, tecnologias de comunicação no campo, defesa das populações rurais pobres e respeito aos recursos naturais. Num Brasil muito mais urbano, o cenário do campo mudou, claro. No entanto, permanece a opressão dessas populações das quais falamos menos hoje em dia nos estudos comunicacionais. Por isso, pesquisar comunicação rural continua se fazendo tarefa necessária. Só que não somente observando rádio e televisão, mas também as tecnologias da comunicação digital e online. E, talvez com ainda mais ênfase, em perspectiva política.

Ao reler a dissertação para publicá-la, confesso ter sentido saudade do país daqueles dias, meados dos anos 80, em que vislumbrávamos, juntamente com a desejada liberdade, mais direitos, mais igualdade, mais justiça social. E a comunicação caminhando junto, em seu papel imprescindível nessa luta. Muito ficou por fazer

no percurso. E sob os tempos difíceis vividos hoje no Brasil, vê-se aumentada a pertinência acadêmica em se valorizar questões da área de comunicação rural, reconfigurada, pela própria conceitualização de rural, para agregar múltiplos problemas – vinculados às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, à exploração do subsolo, ao uso da água, ao tratamento dado aos animais, à sustentabilidade dos acervos naturais. E vê-se acrescida também aquela necessidade de estudar outras formas de comunicação para além do que então chamávamos meios de comunicação de massa, as grandes mídias.

Sobre a validade agora do estudo metodológico empreendido naquele momento, observo que já me acompanha, desde quando ainda jovem, a indispensabilidade de se investigar com consciência metodológica, aquela que alcança o pesquisador para construir sua investigação no duplo movimento da segurança e liberdade requerido pelo pensamento científico. Quero dizer, a consciência metodológica é a condição a nos ajudar a pesquisar de forma segura e livre, o que garante o equilíbrio entre lidar com o controle de sua sistematização e estrutura e, igualmente, com aspectos conjunturais, de invenção e criatividade. Tendo ministrado por inúmeros semestres a disciplina de Metodologia da Pesquisa na pós-graduação e na graduação, vejo, na releitura, o quanto dali sobrevive nas minhas aulas e orientações a respeito do pensar metodologicamente. Lidar com metodologia não pode ser mera formalidade, nem constrangimento, tampouco mal-estar a perturbar mestrandos e doutorandos. Amparada, assim, por uma visão não instrumental, adotei e adoto o entendimento de que a consciência metodológica perpassa diversas instâncias e momentos da pesquisa, desde a escolha de conceitos e construção do objeto de estudo, passando pela elaboração dos objetivos e demarcação do material empírico, e até mesmo na explicitação do título. E, como sabemos, não se trata de tomar a metodologia por ela mesma, mas sim pelo que ela garante de robustez aos conhecimentos construídos, pelos quais se elaboram as teorias particulares, tão necessárias para a consolidação do campo dos estudos comunicacionais, tanto ontem, como hoje.

Quanto à preocupação epistemológica com o objeto de estudo da Comunicação, com formulação de teorias e investimento conceitual, conforta-me comparar o que estava sendo discutido 30 anos atrás com debates atuais e ver que andamos um bom caminho. Reflexões epistemológicas mais avançadas muito vêm auxiliando na acuidade teórica do campo comunicacional e no próprio esforço em “romper com espontaneísmos”, de vencer a “ilusão da transparência”, de orientar o “corte epistemológico” ou operar o “obstáculo epistemológico” e ainda no esforço para não sucumbir ao descritivismo do empírico nem tampouco ao teoricismo infértil. Toda esta discussão me formou como a pesquisadora que eu viria a ser em programa de pós-graduação em Jornalismo. Já aprendemos que o conhecimento científico resulta das condições concretas para sua produção, aquelas propriamente científicas e ainda as de ordem institucional e social. Que fatores sociopolíticos marcam as análises epistemológicas dos saberes que postulamos como válidos. Que tais saberes são submetidos tanto aos exercícios de racionalidade

como aos de poder. Que conflitos epistemológicos são, inseparavelmente, políticos, como diz Bourdieu. Olho para trás e vejo que a análise que fiz das dissertações e teses de comunicação rural estudadas nos anos 80 sobrevive com frescor no que discute a respeito da vigilância epistemológica. Há neste material escolhas, opções, sujeitos em atividade. Volto a Vieira Pinto, citado e referenciado na investigação, quando alerta que “não devemos cair na concepção ingênua da epistemologia sem sujeito, da metodologia sem o homem, que dita as finalidades orientadoras da escolha e aplicação dos métodos, da gnosiologia sem a consciência de alguém que por necessidade existencial conhece o que lhe é possível conhecer no lugar, no tempo e nas condições onde se encontra”.

Este livro traz, assim, entrelaçados estes três universos – o rural, a epistemologia da Comunicação e a metodologia da pesquisa. Por considerar que a pós-graduação é o lócus do estudo sobre o estatuto teórico da Comunicação, foi feita a opção por se investigar detalhadamente cada uma das 27 dissertações/teses de Comunicação Rural que compõem a totalidade das pesquisas nessa área no período de 1978 a 1988, somando as produções dos cursos de mestrado e doutorado da Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) . O estudo configura-se como o recurso científico da “pesquisa da pesquisa”, metapesquisa ou de metanálise. Uma aventura que me foi possível realizar com a grande contribuição do modelo metodológico da pesquisa em Comunicação proposto por Maria Immacolata Vassallo de Lopes. O modelo visa apreender a construção da estrutura da obra científica, posto que esta construção é feita à base de opções, seleções, combinações etc., e se organiza em componentes de ordem “paradigmática” (níveis ou instâncias) e “sintagmática” (fases ou etapas). Os componentes paradigmáticos constroem o discurso que se dá em quatro instâncias: epistemológica, teórica, metódica e técnica. E os componentes sintagmáticos explicitam-se em quatro fases: definição do objeto, observação, descrição e interpretação. Todas estas complexas operações dos níveis metodológicos (estrutura) e das fases metodológicas (processo) são tecidas concomitantemente na prática da pesquisa.

Nas análises descritiva e interpretativa das dissertações/teses em Comunicação Rural, fiz uma adaptação deste modelo proposto, rearranjando seus elementos em três momentos: (i) Momento das opções – referente à estrutura da pesquisa com a junção das instâncias epistemológica e teórica, entendido como metodologia da pesquisa, quando o investigador escolhe o referencial teórico que lhe serve para a construção e formulação teóricas do objeto, faz sua explicitação conceitual, define e justifica seus métodos, recolhe sua bibliografia; (ii) Momento da atualização – o lugar da materialização das opções, o processo em que se revisa a literatura, se utiliza o quadro teórico de referência, se define a nitidez e particularidade do problema, se faz a construção empírica do objeto, se estabelece os objetivos e as hipóteses, e seria o momento mais próximo da metodologia na pesquisa; (iii) Momento da teorização – hora de fazer a interpretação e tirar as conclusões por meio dos métodos interpretativos de análise fornecidos pelo quadro teórico de referência.



Partiu-se da hipótese de que a falta de preocupação com as questões de caráter epistemológico, metodológico e teórico impossibilita as dissertações/teses de comunicação de colaborarem para o fortalecimento do corpus teórico da Comunicação, fazendo com que, no caso particular da produção em Comunicação Rural, a maior parte das pesquisas contribua mais para o conhecimento de ordem sociológica e de psicologia social da problemática rural do que para a compreensão da especificidade de seus fenômenos comunicativos/comunicacionais.

Como destaque de alguns dos resultados, pode-se dizer que são expressivos problemas como a ausência de explicitação conceitual ou o descaso no uso dos conceitos, a incoerência interna entre os principais componentes do corpo da pesquisa (problema, objetivos, hipóteses e conclusão), a má estruturação dos capítulos, a falta de compreensão da finalidade metodológica da Revisão de Literatura, o uso desconexo das citações etc. Por outro lado, noutras pesquisas descobriu-se o emprego de ricos referenciais teóricos, a ação da vigilância epistemológica e crítica, o comprometimento com a lógica, com métodos, com a ciência da Comunicação e com a sociedade. A conclusão principal a que chegou esta investigação é que, nas pesquisas analisadas, nem todos os problemas formulados têm o processo comunicativo ou um de seus elementos como objeto de estudo, e mesmo aqueles autores que o tomam como preocupação central nem sempre conseguem manter seu propósito. Menos da metade são os que logram concluir sobre o fenômeno comunicativo.

A pesquisa realizada autoriza dizer que de fato há fatores que retardam o fortalecimento do corpus teórico da Comunicação, sendo que a persistência desses fatores é de responsabilidade do pesquisador. No entanto, não cabe afirmar categoricamente que as pesquisas que não se centram no estudo do processo comunicativo ou nele não persistem estão contribuindo para acrescer o conhecimento sociológico sobre a problemática rural. É permitido, sim, anotar que quase a totalidade das variáveis que nelas atuam pertence ao campo da Sociologia e, em menor parte, da Psicologia Social. Diante dos muitos problemas epistemológicos, metodológicos e teóricos é possível encontrar saídas, a começar por evitar os equívocos e superar as limitações que neste livro ficam registrados.

Passadas três décadas, com certeza alguns aspectos deste estudo poderiam ser revistos. Para a publicação fiz pequenos ajustes formais, mas preferi deixar o texto original da dissertação tal como finalizado em 1989, pelo que nos conta de como eram as questões naqueles dias, pelo que nos fala daquilo que foi superado, do que ainda permanece e sobre o que insiste em nos desafiar como pesquisadores latino-americanos. Pensando em minhas pesquisas ora em andamento e olhando para o futuro, posso dizer que esta publicação sobre “pesquisa da pesquisa” tem estreita relação com o problema de se trabalhar aportes teóricos e técnicos para se fazer crítica acadêmica em termos mais sistematizados, seja a crítica de textos de anais de eventos, de artigos em revistas científicas ou de dissertações e teses. Por isso, também o meu contentamento em publicar este livro pelo selo Kritikos.

# Introdução

No início dos anos 70, Gabriel Cohn, sociólogo e estudioso da Comunicação, nos dizia:

a questão acerca de se respeitar o caráter peculiar do objeto de estudo, comunicação, não é gratuita. É que o exame da bibliografia corrente sobre o tema, naquela área que se poderia chamar de 'sociologia da comunicação', mostra que ele tende a se limitar a considerar o fenômeno comunicação como uma 'variável', ao mesmo título que quaisquer outras; demais freqüentemente o tomam como 'variável depende', incluída num esquema de análise de um outro fenômeno. O protótipo disso é dado pela ampla bibliografia sobre 'comunicação e desenvolvimento' (econômico, político e social), na qual o problema realmente relevante é o processo de desenvolvimento, e os sistemas de comunicação dizem respeito a uma das áreas institucionais, entre outras, cuja análise é pertinente ao tema. Isso é particularmente nítido no caso dos estudos sobre 'difusão de inovações', nos quais a prova de que o processo de comunicação não constitui dimensão básica reside em que as hipóteses apresentadas e a sua verificação incidem sobre outra dimensão que não a comunicativa (a racionalidade econômica, por exemplo, nos casos de estudos da 'Sociologia Rural' do tipo feito por Everett Rogers e seus colaboradores). Essa aparente despreocupação com a especificidade do fenômeno comunicação nas análises sociológicas convencionais tem implicações profundas; ela ao mesmo tempo reflete e perpetua a carência de um quadro teórico adequado, que permita tratar a comunicação no nível em que se põe e, a partir desse nível (portanto, sem operar uma redução prévia e, no mais das vezes, implícita), propicie a formulação de inferências sociologicamente relevantes. (...) Não nos interessa diretamente a comunicação enquanto dimensão genérica da sociedade, mas sim a análise de uma manifestação historicamente específica desse processo (COHN, 1973, p. 13/14).

Naqueles anos e nas décadas seguintes, a questão por ele levantada persistia em importância e pertinência. Agora, apesar de passados tantos anos (período em que foram instituídos os cursos de pós-graduação em Comunicação), ela ainda se configura como problema central da Teoria da Comunicação, qual seja, a preocupação epistemológica com a constituição difusa de seu estatuto teórico. Muitas observações procuram explicar esse fato. Vários estudiosos lembram a origem da "ciência Comunicação", filha de muitas mães, resultante de outras ciências já consolidadas como a Psicologia Social, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, reafirmam sua recente emancipação como uma nova ciência social, justificam sua subordinação a outras áreas de conhecimento, à instrumentalização funcionalista, às limitações das

análises estruturais, à perda pela ausência da ideologia como categoria de análise, à inadequação de metodologias importadas e à falta de metodologias próprias, à recusa em considerar os meios de comunicação como objetos de conhecimento, lembram também o isolamento e fragmentação do quadro latino-americano de pesquisa em Comunicação, os contextos mais abrangentes como a crise da universidade e a situação sócio-política da América Latina, e muitas outras explicações.

Mas como observa Venício A. de Lima (1983, p. 86), as discussões em torno de uma definição teórica mais precisa sobre a especificidade da comunicação na verdade revelam uma crescente insatisfação em relação ao resultado obtido até agora com as pesquisas realizadas dentro dos paradigmas predominantes na área. Por isso, perguntamo-nos qual a responsabilidade dos pesquisadores dos cursos de pós-graduação das escolas de Comunicação na busca de saídas para esse problema. Partimos do princípio de que o pesquisador tem um compromisso com sua ciência, sua área de estudo, com a disciplina que escolheu para trabalhar. Não é um compromisso com a “pesquisa pela pesquisa”, com o “objeto pelo objeto”. Entendemos que a razão da pesquisa científica é conhecer melhor a realidade humana e o compromisso do pesquisador é elaborar seu objeto-ciência para chegar a isso, é atuar no “esforço de transformação do desconhecido em conhecido e (...) criar melhores condições objetivas e subjetivas, que tornem mais fecundo o trabalho da ciência” (PINTO, 1979, p. 75). Cabe ao pesquisador de comunicação a tarefa de “buscar na pesquisa um elemento enriquecedor para o conhecimento da realidade brasileira a partir dos fenômenos comunicativos” (OLIVEIRA, V., 1984, p. 95). É o exercício de aproximação da realidade humana através do olhar da Comunicação. É o entendimento e a interpretação dessa realidade dentro da dimensão comunicativa.

Naqueles anos e ainda hoje a consideração feita por Gabriel Cohn cai como aquela última gota num pote de muitas inquietudes, fazendo entornar o nosso passado mais recente. Na década de 80, fomos alertados pela volta ao cenário político dos movimentos sociais ligados à posse e exploração da terra, pela rediscussão polêmica da reforma agrária, aguçada na elaboração da Nova Constituição. Ficamos indignados pela crescente violência no campo, cada vez mais acobertada pela impunidade. Estivemos atentos ao nascimento de inúmeros veículos de comunicação especializados em assuntos rurais – televisão: Globo Rural/TV Globo, Terra Viva/ Hoje, A Conquista da Terra/Bandeirantes, Manchete Rural/Manchete; revistas: Globo Rural/Globo, Manchete Rural/ Manchete, Guia Rural/Editora Abril (considerando os dos grandes grupos e de veiculação nacional; são incontáveis as produções regionais). Tivemos despertada nossa curiosidade diante do destaque dado a mais um ramo da Comunicação, a Comunicação Rural, percebido pela sua inclusão entre as linhas de pesquisa dos cursos de pós-graduação, pelo aumento das produções científicas nessa área e pelos vários congressos e seminários dedicados a este novo campo de estudos e às novas práticas de comunicação direcionadas ao meio rural (dos congressos, destacamos o da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação, realizado em Viçosa em setembro de 1988). Nesse contexto, sentimos a necessidade de fazer uma revisão da produção científica na área de Comunicação Rural (1978-1988).

Fizemos algumas observações primeiras e desconfiamos que as dissertações/teses em Comunicação Rural parecem persistir na problemática levantada por Gabriel Cohn: despreocupadas com a especificidade intrínseca do fenômeno comunicativo, dão relevância ao processo de desenvolvimento rural, à transferência de tecnologia, às barreiras psicológicas do agricultor, ao crescimento econômico rural e à análise de outros objetos fazendo com que a comunicação marque presença apenas como uma entre muitas variáveis. Por isso lançamos a hipótese de que a falta de preocupação com as questões de caráter epistemológico, metodológico e teórico impossibilita as dissertações/teses de comunicação de colaborarem para o fortalecimento do corpus teórico da Comunicação, fazendo com que, no caso particular da produção em Comunicação Rural, a maior parte das pesquisas contribua mais para o conhecimento sociológico e psicológico da problemática rural do que para a compreensão da especificidade de seus fenômenos comunicativos.

O critério de seleção das dissertações (mestrado) e teses (doutorado) partiu da compreensão de que Comunicação Rural é o processo comunicativo de interação entre os diversos setores e elementos relacionados com o meio rural (famílias, associações, empresas, órgãos governamentais e instituições públicas) que busca – ou deveria buscar – por meio da troca de informações e experiências, melhores condições de vida e trabalho para as pessoas que lidam com a atividade agrícola (baseado no conceito de Juan Diaz Bordenave). Como a preocupação central desta pesquisa é o compromisso do pesquisador com o objeto de estudo da Comunicação, tomou-se por objeto de trabalho as dissertações/teses de Comunicação Rural produzidas exclusivamente nos cursos de pós-graduação das escolas de Comunicação, o que não significa que deixamos de reconhecer a importância da produção nessa área em programas de pós-graduação de outros campos, como os de História, Ciências Sociais ou Extensão Rural mesmo porque não teríamos como negar o pioneirismo dessa contribuição.

Antes da seleção definitiva das 25 dissertações e das duas teses estudadas, foi feita uma triagem das pesquisas de temática rural. O primeiro procedimento que se fez necessário foi distinguir as específicas da disciplina/linha de pesquisa Comunicação Rural daquelas que, embora tratando de questões pertinentes a uma discussão mais ampla da Comunicação Rural, são por demais particulares de outras áreas como a Divulgação Científica, a Ciência da Informação, Extensão Rural e Comunicação na Ciência. São áreas que acrescentam à Comunicação Rural e, em muitos casos, com ela se confundem. Essas produções (10) foram descritas sucintamente como um grupo à parte, intitulado “dissertações/teses suplementares” (no item 2.2).

Para fazer a análise das dissertações/teses optou-se por não elaborar nenhum modelo ou estrutura prévia de avaliação. Durante as leituras, foram feitas anotações

sobre o objeto de trabalho, o tema, os objetivos, as hipóteses, a estrutura interna e externa da pesquisa, o referencial teórico do autor e muitos outros elementos necessariamente discutidos aqui, mas a bússola, a pergunta direcionadora que buscávamos responder era somente uma: as discussões desenvolvidas nas pesquisas contribuem para o fortalecimento e enriquecimento da Teoria da Comunicação? Evidentemente que essa questão levanta muitas outras indagações como: em que contribuem? por que não contribuem? qual a importância dessa contribuição? qual o espaço e papel específicos da Comunicação Rural? o processo de comunicação é mesmo o objeto de estudo dessas pesquisas? é o seu problema relevante? Em responder tais perguntas, configura-se nosso objetivo.

Depois de feitas todas as leituras e anotações de questões que julgamos pertinentes, xerocadas todas as bibliografias e partes que seriam utilizadas na análise confirmativa de nossa hipótese, fomos buscar no modelo metodológico da pesquisa em Comunicação elaborado por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, em sua tese de doutoramento (ECA/USP, 1988), elementos para procedermos a uma análise sistematizada dos dados e alcançarmos uma clareza de interpretação. Seu modelo pode ser aplicado tanto a investigações em ato (modelo de construção metodológica) quanto a investigações já realizadas (modelo de reconstrução metodológica) visando, nesse caso, a apreender a construção da estrutura da obra científica que se dá através das opções, seleções e combinações feitas ou não pelo pesquisador. Como já dissemos, não trabalhamos com nenhum modelo para fazer a leitura das dissertações/teses por não quisermos correr o risco de provocar a coincidência da estrutura das produções com a estrutura previamente estabelecida por determinado modelo. Por outro lado, não poderíamos dispensar a utilidade de um modelo cuidadosamente elaborado e rico em possibilidades de análise, como este de reconstrução metodológica. Isso seria ignorar o passo dado à frente pela autora no estudo da Metodologia da Comunicação; podemos dizer que na pesquisa brasileira sobre tal disciplina é a primeira e mais importante contribuição.

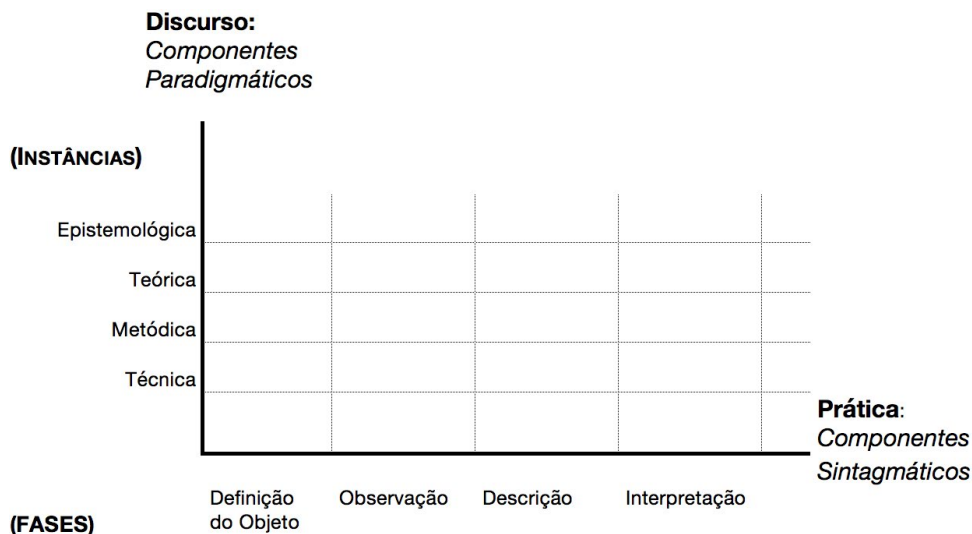
Decidimos, então, submeter nossas observações e dados, coletados em função de nossa pergunta direcionadora, às aberturas de entendimento proporcionadas pelo modelo de reconstrução metodológica. Como era de se esperar, e como achamos que deve ser, o modelo foi adaptado às necessidades e finalidades de nosso estudo. Não era nosso objetivo tentar conhecer detalhadamente toda a estrutura metodológica das dissertações/teses. Pretendíamos, sim, fazer um corte em cada uma delas para detectar que elementos poderiam estar funcionando como obstáculos à constituição mais precisa do corpus teórico da Comunicação.

Compreendemos e concordamos com a abrangência e profundidade do conceito de metodologia com o qual trabalha a autora e com a precisão da distinção que faz entre metodologia da pesquisa (domínio do estudo dos métodos numa determinada ciência particular, teorização da prática da pesquisa científica) e metodologia na pesquisa (âmbito da aplicação desses métodos numa determinada pesquisa, trabalho com os métodos

empregados). Embora não tenhamos utilizado essa distinção a rigor, estivemos atentos a esses dois níveis metodológicos e alerta em também fugir a uma concepção linear de metodologia. Nossa principal preocupação é compreender não só cada pesquisa como também inseri-la na totalidade maior que é a produção científica em Comunicação Rural.

Consideramos importante expor graficamente o modelo metodológico da pesquisa em Comunicação proposto por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, mesmo sabendo que não é possível demonstrar aqui toda sua complexidade. Em resumo, poderíamos dizer que é um modelo que visa apreender a construção da estrutura da obra científica, posto que esta construção é feita à base de opções, seleções, combinações etc., cujo resultado é a produção do conhecimento científico. O modelo consta de componentes de ordem “paradigmática” (níveis ou instâncias) e “sintagmática” (fases ou etapas), sendo que as operações em níveis metodológicos (estrutura) e fases metodológicas (processo) são tecidas concomitantemente na prática da pesquisa. Os componentes paradigmáticos constróem o discurso que se dá em quatro instâncias: epistemológica (vigilância epistemológica: ruptura epistemológica e construção do objeto científico); teórica (quadros de referências: formulação teórica do objeto e explicitação conceitual); metódica (quadros de análise: exposição e causação); técnica (construção dos dados: observação, seleção e operacionalização). A prática é construída pelos componentes sintagmáticos, explícitos em quatro fases: definição do objeto (teorização da problemática: problema de pesquisa, quadro teórico de referência e hipóteses); observação (técnicas de investigação: amostragem, técnicas de coleta); descrição (técnicas e métodos de descrição: análise descritiva); interpretação (métodos de interpretação: análise interpretativa). Graficamente o modelo pode ser assim representado:

### Modelo Metodológico de Pesquisa em Comunicação



Nas análises descritiva e interpretativa que fizemos das dissertações/teses em Comunicação Rural, adaptamos os elementos deste modelo a três momentos:

**Momento das opções** – corresponde à estrutura da pesquisa e, no modelo da autora, aproxima da junção de duas instâncias: a epistemológica e a teórica, acrescida das noções de metodologia da pesquisa. É o momento em que o investigador escolhe o referencial teórico que lhe serve para a construção e formulação teóricas do objeto, faz sua explicitação conceitual, define e justifica seus métodos, recolhe sua bibliografia. Embora os dois outros momentos também sejam atitudes opcionais, este é o mais grave exercício do optar porque o que for aqui escolhido direcionará e, em certos casos, determinará o processo em que vai se desenvolver a construção empírica do objeto, sua descrição e interpretação.

**Momento da atualização** – é o lugar da materialização das opções, o processo em que se dá a revisão de literatura, a escolha do assunto, em que se utiliza o quadro teórico de referência, em que se define a nitidez e particularidade do problema, em que se faz a construção empírica do objeto, em que se estabelece os objetivos e as hipóteses. É a expressão da (in)coerência interna da pesquisa e da capacidade de montar a estruturação dos capítulos; é a análise descritiva dos dados. É o momento mais próximo da metodologia na pesquisa.

**Momento da teorização** – é a hora de fazer a interpretação e tirar as conclusões. Através dos métodos interpretativos de análise fornecidos pelo quadro teórico de referência (dialético, funcionalista, estruturalista e suas combinações), o pesquisador chega à condição máxima da cientificidade: elaboração da teoria. Não se trata de criar teorias revolucionárias, mas de situar a particularidade do caso estudado no caráter universal da teoria, chegar a uma explicação generalizadora e alcançar a abstração.

Hesitamos em optar por estes cortes de análise por temer iludir a nós e aos outros sobre a possibilidade real de fazer tal separação: problemas epistemológicos, metodológicos e teóricos. É de fundamental importância que entendamos a inseparabilidade desses três níveis para que, submetendo-nos à frieza e imobilidade de toda dissecação – necessária para conhecer as partes e os interiores – consigamos retornar ao todo que por ser vivo e dinâmico nos permite sentir o pulsar da realidade.

Outro de nossos procedimentos metodológicos foi a decisão por estudar somente os produtos dos cursos de pós-graduação. Acreditamos que o produto revela muitos elementos de seu processo de produção e tem marcado em si a presença de seu produtor. Estamos justificando a ausência de entrevistas com os autores das dissertações/teses uma vez que por meio delas poderíamos chegar à compreensão de como a formação acadêmica do autor (e do orientador), sua ligação com instituições governamentais, seu vínculo empregatício, suas dificuldades financeiras como elemento da estrutura de financiamento de pesquisas, sua relação com o orientador, seu passado profissional, sua região de trabalho etc., como todas

essas variáveis influenciaram sua produção científica. Quais eram suas expectativas? A que satisfações e frustrações chegou? Que validade teve seu trabalho para sua atividade profissional e para sua maturidade acadêmica? E, assim, muitas outras questões, as quais julgamos de extrema importância, mas entendemos que se trata de uma discussão muito mais rica para ser considerada aqui como uma entre outras abordagens. Não seria possível fazer entrevistas em profundidade com os autores e, ao mesmo tempo, ainda criticar seus trabalhos com equidade num único projeto de pesquisa como este.

Mas nem por isso deixamos de trabalhar com os autores, pelo contrário, insistimos até em considerar, por meio de seus textos, a presença e responsabilidade da autoria de cada pesquisa. Cada autor é o sujeito do ato de optar. “O trabalho configura o trabalhador, pois se inscreve na sua biografia como aquilo de que ele é o autor e de que tem portanto a responsabilidade, a qual não se limita apenas à ordem moral, o que seria um valor subjetivo, mas adquire conteúdo objetivo ao se definir pelos seus efeitos sociais” (PINTO, 1985, p. 352).

Não pretendemos fazer algum juízo sobre a veracidade das análises e conclusões dos autores e nem despi-los de sua autoridade e de seus esforços enquanto trabalhadores da pesquisa científica. Importante ainda é dizer que inserimos esse estudo na historicidade dos cursos de pós-graduação em Comunicação, o que não nos permite esquecer da possibilidade de que muitos autores podem ter repensado sua produção, procedimento legítimo da ciência enquanto evolução das idéias.

Por último, um esclarecimento sobre “revisão de uma década jan. 1978/jul. 1988”. Esse é o período que nos propusemos a estudar, mas como anterior ao ano de 1978 somente foram defendidas quatro dissertações de Comunicação Rural, resolvemos incluí-las também no nosso objeto de trabalho.



# Capítulo 1

## Consciência metodológica e Comunicação Rural

*Há aqueles que creem que o destino descansa nos joelhos dos deuses,  
mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente,  
sobre as consciências dos homens.*

Eduardo Galeano

# 1.O pesquisador, a crítica e a Comunicação

Todo pesquisador que se lança à tarefa da pesquisa assume, indubitavelmente, compromissos. Compromete-se com o pensamento lógico, com sua disciplina ou área de estudo, com procedimentos metodológicos, com referenciais teóricos, com a crítica, enquanto expressão do racionalismo, e ainda tem, ou pelo menos deveria ter, de responder a um compromisso social posto que é um entre os demais trabalhadores da sociedade. É sobre esses compromissos que falaremos neste tópico.

Ao defender a tese de que a teoria da ciência não pode prescindir de uma concepção filosófica, o pensador Álvaro Vieira Pinto afirma, em seu livro *Ciência e Existência*, que o pesquisador “só chegará a uma metodologia da pesquisa científica, a uma sociologia do saber e a uma epistemologia autênticas, assumindo uma posição filosófica geral, da qual decorre por necessidade a aceitação da lógica correspondente a tal posição. A lógica desempenha, pois, o papel de mediação entre o sistema de filosofia, concebida na máxima generalidade, e a teoria da ciência e da pesquisa científica” (1985, p. 73). Não se trata de optar, sob pressão de escolha, entre lógica formal e lógica dialética, que são os dois campos gerias em que se divide o pensamento filosófico. Provado está que ambas são dotadas de validade. A decisão do pesquisador social é permanecer no pensamento formal ou ir adiante através do exercício dialético. “A lógica formal pode constituir-se, assim, em plano relativamente autônomo e válido, porque para as exigências do saber vulgar ou da pesquisa científica de limitado alcance, não há motivo para invocar outras relações de dependência entre os fenômenos senão as de simples causalidade linear, mecânica, e entre as idéias que os representam, a de sucessividade constante” (PINTO, 1985, p. 170). Não é preciso esforço para percebermos que essa lógica não atende à dinâmica do social. Nas atividades de pesquisa da academia, muitos estudiosos parecem confundir a “inelutável necessidade de exprimir em termos formais, segundo raciocínios formalizados, aquilo que é pensado em caráter dialético” (PINTO, 1985, p. 185) com o fato mesmo de se trabalhar com o pensamento formal. Esse engano é pertinente à distinção que Vieira Pinto faz entre consciência crítica e consciência ingênua. A primeira é uma das condições para adquirir e aplicar a metodologia autêntica e a segunda não dá conta de si mesma, “em conseqüência dessa opacidade, o cientista

ou se desinteressa dos problemas lógicos e metodológicos em seu aspecto geral, ou, quando os toma em consideração, deixa-se levar de boa fé e passivamente pela pente do pensar formalista, o único que habitualmente conhece, por ser aquele que recebeu na fase de educação escolar” (PINTO, 1985, p. 50). Há uma resistência ao pensar dialético, por desconhecimento de seu real significado e ainda pela recusa à reflexão da natureza da consciência. Ora, é a presença atuante do autor no texto de sua pesquisa a expressão de sua consciência crítica. Tal consciência, por sua vez, revela-se na atitude indagativa, na descoberta do método, do como saber. Seguem-se outras indagações sobre a natureza, o significado, o valor, a eficiência e os limites do método. O autor ainda nos lembra que essas atitudes fundaram a ciência moderna que até hoje se inquieta e revê o problema do método – “o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método, pois o investigador pode ver muito e identificar pouco e pode ver apenas o que confirma suas concepções” (LOPES, 2003, p. 143).

Estar atento à questão do método não se limita a definir a opção por um estudo de caso, por um estudo monográfico, estrutural, quantitativo, qualitativo, pelo método estatístico, por um estudo de comunidade, pelo método histórico, etnográfico, nem tampouco a declarar suas respectivas, ou mesmo conjuntas, técnicas de pesquisa como entrevista, questionário, observação participante, análise de conteúdo, análise documental etc. As questões do método estão todas inseridas na abrangência da discussão sobre metodologia. A preocupação metodológica considera o questionamento lógico da fundamentação científica, sua demarcação e seus condicionamentos histórico-sociais (DEMO, 1985, p. 55); considera o objeto científico como objeto construído (DEMO, 1985, p. 10), campo de luta entre objetividade e subjetividade: objetivação, aquele esforço de conter a subjetividade dentro dos limites da suposta objetividade, esforço para não fazermos do objeto construído um objeto inventado; a metodologia envolve as abordagens diversas e muitas vezes divergentes de aproximação da realidade, isto é, os instrumentais teórico-conceituais das ciências: empirismo, positivismo, funcionalismo, sistemismo, estruturalismo e dialética. O que queremos aqui é insistir no compromisso do pesquisador com sua opção metodológica e “acentuar a exclusão da origem subjetiva do método porque com isso desvenda toda a responsabilidade do pesquisador na criação da metodologia científica” (PINTO, 1985, p. 377). O objeto de estudo determina em grande parte o método com que é pesquisado, mas nem por isso podemos dizer que o método é *a priori*. Tampouco diríamos que é o resultado da pesquisa. O método é o seu durante.

Uma vez consciente de sua atuação na construção do objeto em estudo, o pesquisador foge à consciência ingênua que, por ser incapaz de perceber e admitir os próprios condicionamentos, não alcança os planos profundos da interpretação da realidade, trama só apreendida pelo pensamento dialético e seu instrumental, a consciência crítica. “O exame da origem e do conteúdo da consciência representa, a nosso ver, o ponto de partida da formação do cientista porque somente depois de

esclarecido a este respeito o indivíduo estará capacitado para pensar sua realidade existencial como trabalhador, os determinantes que o levam a escolher tal campo de pesquisa e os reflexos que os resultados desse trabalho terão sobre sua própria situação” (PINTO, 1985, p. 367). E mais. A consciência crítica arma o pesquisador para “desobedecer o fascínio das fórmulas recebidas de fora, fugir à inclinação da fácil imitação dos projetos grandiosos” e o torna “capaz de criar a escala de grandeza correspondente às dimensões de sua realidade nacional” (PINTO, 1985, p. 249), que no nosso caso é a realidade de um país subdesenvolvido.

A consciência crítica se aproxima do que Lopes define como instância epistemológica e do que Thiollent, referindo-se à vigilância epistemológica redefinida por Pierre Bourdieu, explica como controle metodológico. O baixo grau de consciência do pesquisador nas suas opções de métodos e teorias pode ser detectado na ausência de explicitação da estratégia metodológica ou nas ingênuas justificativas de trabalho, nas também ingenuamente contraditórias citações enumeradas, na desestrutura e incoerência entre suas respostas conclusivas e os objetivos e hipóteses anteriormente propostos. Por isso a importância dessa vigilância crítica, ela perpassa todos os movimentos e os estatismos da pesquisa, suas declarações em voz alta e seus silêncios.

Tal vigilância não é dada. É fruto da reflexão metodológica que quanto mais frequente, mais elabora a consciência atenta. Para chegar a análises críticas do objeto estudado, o investigador precisa ser crítico consigo mesmo. Diz Pedro Demo (1985, p. 165) que o “critério mais importante de cientificidade é a crítica autocrítica” e completa que reconhecer os interesses envolvidos não significa superá-los, mas pode significar uma aproximação importante de uma prática teórica mais objetivante.

O fato de o cientista assumir os compromissos e a maneira de fazê-lo são a expressão concreta da presença ou ausência de sua vigilância crítica. Seu comprometimento com determinado paradigma teórico-metodológico – distintos tipos de consciência possível sobre a realidade social (LOPES, 2003, p. 43): estruturo-funcionalismo e marxismo, e suas combinações – revela-se como um gesto epistemológico, uma vez que somente a formação filosófica sobre as diversas abordagens torna o pesquisador capaz de escolher, com compromisso, aquele que melhor o instrumentaliza na busca de aproximação da realidade estudada.

Declarada ou disfarçadamente, esse comprometimento se efetua e dele nenhum pesquisador escapa. O que acontece geralmente nas pesquisas em Comunicação é a inconsciência, por parte do autor, do sistema teórico utilizado, consequência da escassa atenção dada à essa questão. Esse descaso pode ser percebido na omissão textual da abordagem utilizada – mesmo no nível de expressar a concordância com opiniões de outros autores – e na incoerência e falta de nexos entre as citações. Essas se ajustam em função de uma lógica puramente formal.

A consciência crítica é a única capaz de criar dúvidas nas reflexões do investigador. Por que trabalhar com teóricos norte-americanos? Por que referenciar os latino-

americanos? Qual a importância do conceito de classe social como princípio explicativo da sociedade capitalista? Por que montar um questionário de perguntas fechadas se há a possibilidade de se trabalhar com a observação participante ou com entrevistas não diretivas? Por que usar ou não o método estatístico? Sabemos que na análise funcionalista não há lugar para o conflito, para a historicidade, para a diacronia e que seu método de trabalho é eminentemente empírico, quantitativo, sua técnica é o controle de variáveis. Nos estudos de Comunicação, essa visão transforma o homem em consumidor e o interesse é voltado para o potencial persuasivo dos meios. A comunicação não existe por si mesma, nem pressupõe um processo social. O funcionamento da sociedade é que faz a comunicação possível. A base da comunicação é a tecnologia que permite difundir mensagens a grandes massas para modificar sua conduta, seu processo é entendido como estímulo-resposta. Seus temas preferidos: opinião pública (audiência e persuasão), estrutura e funções da comunicação como visão orgânica (paradigma de Lasswell), sociedade de massas, mudança social (difusão de inovações).

“O uso do paradigma funcionalista nos estudos de Cultura e Comunicação de Massa em sociedades subdesenvolvidas vai transpor para estas somente o conceito de estratificação social, pelo qual os estudos da cultura dos estratos mais baixos não apresentam especificidade alguma além de modalidades ‘atrasadas’ de relações e representações sociais”. Seus princípios metodológicos, definidos pela autora (LOPES, 2003, p. 53), são: análise centrada no receptor (não confundir com processo de recepção); enfoque psicossociológico e psicolingüístico; preocupação com conceitos operacionais e nível descritivo de estudo. No Brasil, a abordagem se firmou na década de 50 e na Comunicação Rural veio se refletir na “comunicação para o desenvolvimento”, em que desenvolvimento é sinônimo de modernização e produtividade, e o pensamento é regido pela lógica dualista (moderno/tradicional, atrasado/adiantado, campo/cidade, rural/urbano). Os expoentes principais da linha difusionista na Comunicação Rural são Daniel Lerner, Everett Rogers e Wilbur Schramm.

A partir da perspectiva mais crítica, aqui aportada nas décadas de 60 e 70, a pesquisa atenta para variáveis estruturais e vem denunciar a profunda articulação entre as instâncias econômicas, políticas e culturais presentes nas estruturas comunicativas. Aqui, o homem é o criador de signos em sua interrelação social e, por isso, é produtor de sentido ao estruturar códigos de significação. Há a valorização do processo dialógico e, inspirados pela crítica ao imperialismo, os estudiosos tratam da manipulação e alienação dos m.c.m., da indústria cultura. A Teoria Crítica da Sociedade - TCS (Escola de Frankfurt) vem destacar o papel da ideologia e acrescentar à análise estrutural o caráter histórico que faltava à compreensão do fenômeno comunicativo.

Apesar da importância dessas abordagens no momento histórico vivido nos anos 70 no Brasil, muitas limitações se mantiveram na análise do objeto de estudo da comunicação, a começar pelo tratamento dado à comunicação como mero reflexo

das estruturas políticas, sociais e econômicas, na abordagem marxista-ortodoxa, e pela concepção elitista de cultura (erudita/cultura de massa), na Teoria Crítica da Sociedade, que fechou espaço para a análise das culturas populares, ignorando Walter Benjamin. Tais limitações são responsáveis pela demora dos estudiosos em considerar a capacidade de resistência cultural do leitor/ouvinte/telespectador frente a manipulação e fascínio dos m.c.m. (meios de comunicação de massa) e o fato de que ele faz suas leituras dessas mensagens – ignorando os estudos de Gramsci (cultura hegemônica e culturas subalternas) e, na América Latina, os estudos de Jesus Martín Barbero (rupturas e deslocamentos na compreensão do popular e do massivo). Esses obstáculos retardam a utilização do método dialético nas pesquisas, o que, no caso da Comunicação, configura-se pela incipiência dos estudos de recepção, construção teórica que desmonta as teses de passividade e manipulação dos receptores.

A opção pelo paradigma teórico revela um outro compromisso do investigador: o social, sobre o qual passamos a refletir agora. É importante dizer com transparência nosso compromisso social, pois “uma crítica científica que não se ‘suja’ com projetos sociais concretos ou que não aceita compromissos com a realidade não sai do parasitismo social: vomita o que consome” (DEMO, 1985, p. 26). Posto que a ciência é um produto cultural e como tal responde a finalidades, interesses e necessidades, o pesquisador deve se perguntar a quem interessa seu estudo, a que necessidade atende, para quem pesquisa. É claro que, enquanto pesquisador acadêmico, não tem controle de quem se apropria de suas conclusões e resultados e de como isso é feito; esse fato, no entanto, não torna sua ciência “pura” e nem menor o seu comprometimento, pelo contrário, aumenta o peso nos seus ombros. Cria entre ele e sua pesquisa um cordão umbilical, pois cada objeto estudado carrega o seu sujeito e até mesmo a obra que está sob anonimato não se livra de seu criador. É grande a responsabilidade da autoria. “As coisas não são inocentes, o mundo dos produtos técnicos e culturais esconde um conflito de vontades, que foram incorporadas ao âmago dos objetos como representação da finalidade daqueles que os produziram para que cumprissem um desejado efeito”, diz Vieira Pinto (1985, p. 349) e ainda afirma, num gesto político, que ao cientista compete cooperar para que essas intenções sejam correspondentes aos interesses das massas trabalhadoras, entre as quais se deve julgar incluído. Ora, a consciência crítica é a única capaz de desarmar tramas ideológicas e o faz quando trabalha contra a alienação porque “na escolha entre a atitude de aceitação da alienação ou de luta em favor da desalienação, define-se personalidade existencial do trabalhador científico” (1985, p. 350) e, nela, seu compromisso social.

Quando insistimos na responsabilidade do investigador frente aos compromissos assumidos no exercício da pesquisa científica não nos equivocamos na cobrança de uma formação teórico-metodológico-filosófica rigorosa nem, como diz Vila Nova (1984, p. 37), na exigência de talento para a tarefa da teoria, nem tampouco para a criação

teórica. O que desejamos é indicar “a imperiosidade de possuir a consciência crítica desse saber, ou seja, manter em relação a ele não a atitude passiva de beata aceitação de concepções que, por sua generalidade, afetam a percepção global do problema particular objeto de indagação, mas adotar a postura metódica de permanente vigilância dos conceitos gerais de que se serve, para apreciar criteriosamente até que ponto são válidos para os fatos que vai extraindo da realidade, a fim de perceber quando entram em conflito com os dados objetivos” (PINTO, 1985, p. 303). Sabemos das condições sociais do seu trabalho – falta de recursos financeiros, estrutura dos cursos de pós-graduação, impossibilidade de dedicar seu tempo exclusivamente à pesquisa por uma questão de sobrevivência, inexpressivo reconhecimento profissional; sabemos dos determinismos culturais de um país colonizado ainda nos dias de hoje e do reflexo desses fatores na sua produção.

Todos os compromissos de que falamos estão intrinsecamente interligados. A preocupação epistemológica nos permite fazer as rupturas conceituais necessárias, guia-nos na escolha do referencial teórico e, auxiliada pela lógica, leva-nos a elaborar noções científicas propriamente ditas que são as teorias. O cuidado metodológico, ramo especializado da epistemologia, prepara-nos para captar os dados e dar a eles um sentido. A coerência lógica, favorecida pelas possibilidades do pensamento dialético, capacita-nos para a compreensão da complexidade dos objetos de estudo, em particular o da Comunicação. Se quiser lograr a validade para sua pesquisa, o pesquisador deve buscar o preparo metodológico, epistemológico e teórico. Pedro Demo (1985, p. 13) chega a dizer que “a mediocridade e a falta de preocupação metodológica coincidem” e Vieira Pinto (1985, p. 491) alerta que “não devemos cair na concepção ingênua da epistemologia sem sujeito, da metodologia sem o homem, que dita as finalidades orientadoras da escolha e aplicação dos métodos, da gnosiologia sem a consciência de alguém que por necessidade existencial conhece o que lhe é possível conhecer no lugar, no tempo e nas condições onde se encontra”.

Relembradas essas questões, podemos tocar no ponto central desse nosso estudo: a responsabilidade científica do pesquisador com seu objeto de estudo, seu compromisso com a construção teórica. Aqui chegamos a um campo de batalha em que os dois lutadores, o pesquisador e a Comunicação, não são guerreiros. Mantêm, sob tensão, uma convivência próxima à relação amorosa, utilizando-se de todas suas armas: olhar atencioso, tratamentos carinhosos, inúmeros elogios, pouca percepção dos defeitos, detalhes desprezados, potencialidades subestimadas, decepções mútuas, desapegos. Quando o pesquisador vence, vence também a Comunicação e quando a Comunicação perde, há perdas também ao pesquisador. Poucos os finais felizes.

Para melhor compreendermos essa relação, situemos aqui o que mais nos preocupa nessa dissertação: a fragilidade do corpus teórico da Comunicação. Temos então um dos mais sérios e conseqüentes compromissos do pesquisador em Comunicação. Só se compromete com a Comunicação aquele que não perde de vista seu objeto de

estudo – o processo comunicativo – e compreende que para conhecer qualquer prática de comunicação obrigatoriamente tem que alcançar o exercício da teorização e mais, que somente um corpo teórico consistente é capaz de criticar velhas práticas e propor novas, só ele nos instrumentaliza para a aproximação da realidade comunicativa.

Insatisfeitos e preocupados com a Teoria da Comunicação, muitos autores refletem sobre a falta de consistência de seu estatuto teórico. A começar pela história recente da pesquisa da comunicação como objeto específico de estudo científico, sistematizada somente nos últimos 30 anos, Diaz Bordenave (1979, p. 99) nos lembra que a ciência da Comunicação é filha de muitas mães (Psicologia Social, Antropologia, Sociologia, Ciência Política), delas nasceram muitas de suas teorias e pesquisas. Informações em acordo com Cortés Sanchez quando diz que a comunicação não conta ainda com um estatuto teórico real. Seus acertos como aparatos científicos estão atomizados, uma vez que são provenientes de diversas disciplinas humanas e naturais que compartilham o objeto comum do fenômeno comunicativo, impedindo, ao mesmo tempo, que possa erigir-se independentemente como uma ciência humana prometedora (1983, p. 69).

Para explicar a complexa discussão sobre a acentuada imprecisão da definição do objeto de estudo da Comunicação, Venício A. de Lima (1983, p. 87) levanta duas linhas de pensamento: “uma sugere que os problemas seriam derivados da complexidade mesma do conceito de Comunicação e sua utilização pouco criteriosa, a outra se apoia na compreensão das circunstâncias históricas do desenvolvimento do ensino e da pesquisa em comunicação” – esse último passa inevitavelmente pela história de adoção dos modelos norte-americanos, cuja orientação instrumental atua tanto na prática como no ensino de Comunicação.

A fragilidade de seu estatuto teórico provoca e sustenta muitos impasses na Comunicação. Oliveira argumenta que, ao carecer de tal estatuto, a comunicação subordinou-se excessivamente a outras áreas de conhecimento. “Como consequência, por um lado, trabalha com modelos instrumentais sem referências teóricas satisfatórias ou de reduzido poder de explicação. Por outro lado, os estudos têm caminhado para um plano de explicação demasiadamente sociológico ofuscando e deixando perder de vista a singularidade ou contornos específicos dos fenômenos comunicativos enquanto práticas constitutivas das relações sociais” (1984, p. 92). Caparelli, por sua vez, diz que “a carência de um marco de referência próprio e de sistematização impediu até agora o aproveitamento das pesquisas no seu conjunto, tornando-se, em alguns casos, inoperantes” (1986, p. 107). No entanto, “é de se esperar que, com o tempo, as pesquisas produzam objetos de conhecimento mais específicos e não tão-somente objetos de conhecimento subordinados às premissas impostas principalmente pela sociologia e pela psicologia, ciências que valorizam com exclusividade os sujeitos receptores e emissores respectivamente” (PEÑUELA CAÑIZAL, 1983, p. 127).

O caráter incipiente da Comunicação explica alguns de seus determinismos mas não justifica a permanência em seus desvios, o estancamento ou mesmo os retrocessos de



algumas de suas noções e sua insustentável fundamentação teórica. São poucos os trabalhos que avançaram, mas eles existem e o pesquisador precisa buscá-los como referências em sua pesquisa.

Numa análise mais abrangente, diversos autores situam a questão do estatuto teórico na problemática da América Latina. “A falta de informação, o isolamento e a fragmentação do quadro latino-americano da pesquisa em Comunicação têm levado a um lamentável retardamento da integração teórica e metodológica, da reflexão das problemáticas que são fundamentais para as nossas sociedades, enfim, a uma morosidade da crítica aos modelos de investigações, quase sempre não adequados às nossas realidades culturais” (LOPES, 2003, p. 106). A história latino-americana revela as limitações sócio-econômicas da pesquisa e as perdas do não conhecimento de sua própria produção cultural, incluídas as pesquisas científicas. Ao trabalhar com autores descontextualizados de nossa realidade de países dependentes, esquecendo-se dos desastres de toda colonização, o pesquisador não pode contribuir para o exercício do conhecimento, uma vez que por certo a realidade estará desfocada.

Nos estudos que faz sobre a formulação de um modelo metodológico na pesquisa em comunicação, Lopes aprofunda a análise desse problema. Toma como questão relevante o desequilíbrio entre o conteúdo teórico e sua constituição metodológica, coloca a legitimação da Comunicação no campo científico dependente diretamente do avanço da prática da pesquisa, que entende ser essencialmente uma prática metodológica. Mais do que a precariedade dos recursos docentes, técnicos, bibliográficos e editoriais, não exclusiva dos cursos de Comunicação, a autora acresce à imaturidade do estatuto teórico da Comunicação como campo novo de conhecimento a relação ensino-pesquisa e não aceita utilizar a complexidade do fenômeno comunicativo como argumento justificador da dificuldade de estudá-lo em sua totalidade por uma só ciência ou disciplina. Não duvida das possibilidades de desenvolvimento do campo da Comunicação e da viabilidade de delimitação de seu objeto de estudo. Tampouco sugere o trabalho por uma Teoria da Comunicação abstrata e genérica como o caminho mais apropriado; pelo contrário, acha que “no campo da Comunicação deve-se firmar com urgência um espaço de investigação sobre as investigações que se tem feito é o estudo do uso das teorias, métodos e técnicas nas pesquisas empíricas na Comunicação; é a reflexão sobre o modo como as teorias na Comunicação têm sido construídas” (1988, p. 136). As reflexões teóricas, epistemológicas e metodológicas são identificadas como necessidade vital para as ciências imaturas ou para as que têm em crise suas heranças científicas. No caso da Comunicação, concentram-se hoje esses dois momentos. A teoria é ao mesmo tempo o fim e o meio da ciência e, como diz Vieira Pinto (1985, p. 470), “a interpretação, convertida em teoria, constitui o momento supremo da criação científica”. Sabemos que toda revolução científica ou mudança de paradigma se faz pelo acúmulo de conhecimentos particulares de cada

ato investigativo ou pela descoberta de novas teorias, e dessas somas individuais depende muito mais um corpo teórico que está em formação.

Na relação pesquisador-objeto de estudo muitos são os impasses. Muito há para se debater. Anotamos o chamado para a vigilância epistemológica, metodológica e teórica e a pertinência do estado de “alerta intelectual”, nas palavras de Vieira Pinto (1985, p. 514), a urgência de responder a compromissos, de comprometer-se criticamente com a ciência, uma vez que a incapacidade de compreensão da importância da teoria na pesquisa, a idolatria da pesquisa pela pesquisa, a lamentável indigência epistemológica, a completa incapacidade de desconfiança e de crítica das idéias e dos métodos preestabelecidos resultam, na opinião de Vila Nova (1984, p. 57), na tendência à adesão dogmática e deslumbrada a qualquer explicação teórica, a qualquer método que tenha o rótulo de ciência.

Lembramos a iminência em não fugir à responsabilidade social para, na precaução de Vieira Pinto (1985, p. 514), não nos deixarmos enganar pelos “ídolos” do nosso tempo e para não nos tornarmos porta-vozes de concepções equivocadas que constituem um peso morto contrário ao avanço das idéias e prejudicam a nós todos os pesquisadores, os contemporâneos e os que ainda virão – “Contra estes malefícios só existe o recurso do pensar crítico” (1985, p. 514).

A consciência crítica lembra constantemente ao pesquisador de que o fato de ser obrigado a fazer opções não o exime da responsabilidade intransferível de optar (LOPES, 2003, p. 155). Frente a um quadro de dependência econômica e cultural, e particularmente de teorias e metodologias, o pesquisador latino-americano sente pesar essas duas responsabilidades: a social e a científica. Ele “não tem o direito de ignorar que fazer pesquisa é produzir conhecimento” (VILA NOVA, 1984, p. 58), atividade que não se esgota no simples domínio de técnicas de coleta e tratamento estatístico de dados empíricos. Nem tampouco a isso se resume a metodologia.

A autonomia da América Latina passa indubitavelmente pela “autonomia de voo” de suas teorias, sobre o que reflete Cremilda Medina<sup>5</sup>. Há um impasse nessa autonomia teórica: de um lado, a libertação das amarras dos lidertipos culturais norte-americanos e europeus; de outro, o duro confronto das dependências econômicas, tecnológicas, políticas – à consciência cumulativa dos conhecimentos se opõe o conflito da osmose cultural e da afirmação nacional. Apesar de estarem surgindo trabalhos pontuais de autores conscientes dessas responsabilidades, muito há para se fazer no campo da pesquisa em Comunicação no Brasil e na América Latina. No entanto, marcar nossa presença, o nosso pequeno ponto, nesse quadro de carências é a única forma de mudá-lo. Optamos por fazer uma revisão das dissertações/teses em Comunicação Rural das escolas de Comunicação na tentativa de responder à necessidade urgente de refletir sobre a ciência que se está fazendo em Comunicação no país, levantada por Lopes, e por acreditar que a pós-graduação é, genuinamente, o espaço de elaboração e aperfeiçoamento da Comunicação como um dos processos de conhecimento da

natureza humana e como uma das possibilidades existenciais do exercício da razão.

Antes de seguirmos adiante é importante que retomemos nossa hipótese. Um dos obstáculos que retardam a consistência do corpus teórico da Comunicação é a postura desatenta e descompromissada da produção científica da pós-graduação com questões epistemológicas, metodológicas e teóricas. Partimos para a análise dos trabalhos com a preocupação de respeitar cada um de seus autores porque valorizamos seus esforços, porque conhecemos e reconhecemos muitas de suas dificuldades e porque concordamos com Oliveira Nunes, no livro *Aventura Sociológica* (1978, p. 18), que “o processo de penetrar na realidade, produzir classificações, compor explicações; de dirigir projetos, negociar fundos, varar a burocracia; de arquitetar metodologias e técnicas capazes de produzir a competente captura do mundo fugidio e complexo da vida social; de errar e improvisar; de sofrer e apaixonar-se pela descoberta, pelo trabalho de campo, pela tarefa abstrata de atribuir sentido às relações sociais, não é menos que uma aventura do corpo e do espírito”.

## 2.A Comunicação e a questão rural

A relação entre a comunicação, enquanto instrumento constitutivo das mediações sociais, e a questão rural deu à prática comunicativa mais um adjetivo: Comunicação Rural. Na tentativa de entender sua razão de ser, repassamos importantes elementos históricos ligados à questão rural e buscamos caracterizar a atuação da comunicação nesse contexto.

### Questão rural

Para falarmos da problemática rural obrigatoriamente temos que falar da questão agrária. O marco histórico da questão agrária brasileira responsável por sua configuração tal qual podemos ver nos dias de hoje é a década de 30, quando a depressão econômica dos anos 1929-33 e a revolução de 30 registraram a decadência do Estado Oligárquico no Brasil e o surgimento do proletariado rural como categoria política. Ao recuperar as Origens agrárias do Estado Brasileiro, Octávio Ianni (1984, p. 166) assinala que, nessa época, as burguesias agrária e comercial perderam o controle exclusivo do poder político para as classes urbanas emergentes – empresários industriais, classe média, militares, operários – e o setor industrial suplantou o setor agrícola, econômica e politicamente, no controle das estruturas de poder no país.

A marcha da proletarização no campo está vinculada a dois fatores fundamentais: à dupla subordinação da economia agrícola à urbana e à configuração do Estado Nacional. Lembra Octávio Ianni (1984, p. 118) que já não era apenas o produto do trabalho agrícola que se realizava como mercadoria no âmbito da cidade e do comércio internacional. O excedente econômico efetivo produzido pelo setor agrário também passou a ser apropriado em outras esferas do sistema econômico, sendo repartido entre: o proprietário da terra, o arrendatário, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial/matéria-prima e o aparelho governamental. Ao pensarmos a gênese do proletariado rural no contexto das relações sociais de produção e divisão social do trabalho, damos conta de que não se trata apenas da expropriação dos pequenos produtores e de seu afastamento dos meios de produção. Mais que isso, trata-se da “transformação desses produtores ‘libertados’

de toda propriedade em força de trabalho à disposição das fazendas, plantações, minas etc., requisito 'sine qua non' para a arrancada da produção capitalista" (CUEVA, 1983, p. 127).

Quanto ao Estado, na necessidade de se fazer legítimo, procura modernizar-se e adequar a economia às exigências do mercado mundial. O conceito de modernização nos anos 30 articula um movimento econômico (entrada da economia nacional no mercado internacional) a um projeto claramente político (construir a nação mediante a criação de uma cultura nacional, de um sentimento nacional, da homogeneização). Não seria outro o papel da burguesia senão fazer atuar, na mesma cena, a velha aristocracia latifundiária, o promissor empresariado urbano e o sedutor capital monopolista. Longe de alcançar a legitimidade, o Estado brasileiro não consegue fugir à sua permanente crise de hegemonia (haja vista o Governo Sarney no final dos anos 80), sem por isso se permitir abrir mão da trilogia dominadora, dos três protagonistas dessa peça que a história dos governos brasileiros nos pregou.

A resistência do latifúndio na conformação da estrutura agrária brasileira não só negou seu caráter obstante à penetração capitalista no campo como também se prestou, pelo contrário, ao papel de eixo da máquina capitalista. A burguesia industrial fez questão de assumir a paternidade da modernização gestada pelo modelo desenvolvimentista, sem desprezar, no entanto, a ajuda da aristocracia agro-exportadora com quem compôs um forte bloco de poder econômico e político até 1964, quando então firmou seu predomínio e passou a dividir atenções com o capital financeiro nacional e internacional. "A 'modernização' é a palavra mágica que asfixia os movimentos populares e subordina as aspirações dos latifundiários às necessidades de produção e do Estado Capitalista, cada vez mais dominado por uma burguesia urbana e industrial". (BARBOSA, 1987, p. 12).

Em resumo, poderíamos dizer que a proletarianização do trabalhador do campo é resultante da consolidação do capitalismo no Brasil que pouco a pouco vem transformando "o fazendeiro em capitalista, o capataz em gerente, o lavrador em proletário" (IANNI, 1984, p. 114); ao processo da organização das forças produtivas, Octávio Ianni acrescenta a mudança das relações de produção. Agustín Cueva (1983, p. 133), por sua vez, descrevendo o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, lembra que o poder dos latifundiários, da burguesia urbana "compradora" e do capital monopolista não poderia constituir-se de outro modo senão através de uma superestrutura política fechada e absolutista, de caráter autoritário e anti-democrático, notoriamente acima e contra o grosso da sociedade civil. Diz ainda que o estado "oligárquico" era o estado da "conciliação" de interesses. Podendo completar lembrando o quanto demoramos para perceber que as classes subalternas passavam à margem dessa conciliação, posto que esta era (é) a "conciliação das elites".

Por mais que a história oficial do país quisesse, durante esses anos, tratar como marginais as lutas dos muitos despossuídos da terra e da cidadania (Canudos,

Contestado, Ligas Camponesas) não conseguiu abafar suas vozes “porque o campo não é somente um viveiro de pobreza: é, também, um viveiro de rebeliões, embora tensões sociais agudas se ocultem freqüentemente, mascaradas pela resignação aparente das massas” (GALEANO, 1985, p. 141). Não conseguiu esconder a “história da pobreza do homem” e sua resistência à capitulação. A história dos movimentos sociais no campo foge à denominação de prática policial-religiosa (cangaço, messianismo) para se firmar como organização política (ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos dos sem-terra).

Mas falar dos movimentos sociais no campo é falar da luta pela terra e da violência. As lutas pela reforma agrária, na verdade, são mais que a simples reivindicação da posse individual de um pedaço de terra porque “ao empunhar a bandeira da luta pela transformação da estrutura agrária e pelo acesso à terra, o movimento camponês feriu, diretamente, a lógica da propriedade privada e polarizou a luta de classe no campo” (AZEVEDO, p. 117). Para Isaac Akcelrud, a reforma agrária é um problema maduro no Brasil e não pode mais ser adiada, nem ignorada. É a única ‘reforma’ que investe contra a propriedade capitalista. ‘Terra para quem a trabalha’ é a mais radical reivindicação da atualidade brasileira” (1987, p. 89).

Já não acreditamos, como antes de 64, que a necessidade da reforma agrária é questão de salvar a baixa produtividade da agricultura, tampouco nos iludimos com o fato de que a modernização vem derrubar os obstáculos dos processos tradicionais de uso da terra e que estes são os responsáveis pela crescente miséria no campo (e não os latifúndios que expropriam e exploram os camponeses).

Os trabalhadores rurais e os pequenos produtores têm sentido que o progresso tecnológico não significa necessariamente a melhoria de suas condições de vida; o que na análise econômica-sociológica quer dizer que “o desenvolvimento agrícola, por si só, não proporciona elevação compensadora dos níveis de vida, e que a obtenção de maior produtividade e maior renda de capital invertido não é acompanhada pela elevação dos padrões de vida da população rural” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 31), quer dizer que “a elevação da taxa de crescimento (nos países subdesenvolvidos) tende a acarretar agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna (...) taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais” (FURTADO, 1974, p. 94). Concorda Abranches (1985, p. 24) ao dizer que pelo agravamento das desigualdades sociais esse padrão agrícola de crescimento pode produzir efeitos perversos para a população rural “A modernização, tal e qual se deu no Brasil, significou, na realidade, a transnacionalização da agricultura brasileira e sua inserção no jogo da divisão internacional do trabalho” (AGUIAR, p. 100). Por isso a resistência dos camponeses a esse modelo de desenvolvimento “não pode ser caracterizada pela recusa à tecnologia, como querem alguns; ela se coloca a nível da perda das bases necessárias à manutenção e reprodução dos indivíduos, na condição de camponeses e lavradores.

5. Em aula de encerramento do curso de pós-graduação Teorias Latino-americanas de Jornalismo, 24 de novembro de 1987, na ECA/USP.

É uma tomada de consciência frente aos inevitáveis resultados do modelo que se quer impor ao campo” (BARBOSA, 1987, p. 15). Como resultado desse processo “em via de desenvolvimento” temos a proletarização do camponês, a concentração fundiária (em função do modelo agro-exportador) e o empobrecimento da população rural.

Ao falar do crescimento e pobreza no País dos milagres, no seu livro *Os Despossuídos*, Abranches (1985, p. 30) compreende a pobreza como destituição dos meios de sobrevivência física, marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda, e desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantia à subsistência e ao bem-estar.

Não bastasse sutil violência, deparamos com a brutalidade física, com a progressiva disseminação de trabalhadores e dirigentes rurais. Os assassinatos de repercussão nacional como o do Padre Josimo Moraes Tavares (10 de maio de 1986) e do dirigente sindical e ecologista Chico Mendes (22 de dezembro de 1988) nos assombram. No entanto, são pequenas amostras das baixas ocorridas nessa guerra civil em estado larval – entre 1980 e 1985 foram assassinados 721 trabalhadores rurais, dos quais 222 só no ano de 85; de janeiro a maio de 86, outros 80, entre trabalhadores rurais, advogados e agentes pastorais; em 1987, 153 assassinatos (ver C. Grzybowski, RZYBOWSKI, E. FAJARDO e o documento da Anistia Internacional de setembro de 1988 sobre o Brasil e a violência no campo).

Assustadora é a desenvoltura com que agem os latifundiários e revoltante sua impunidade. “A repressão homicida contra os camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra, há muito tempo perdeu o caráter artesanal dos crimes isolados cometidos individualmente por pistoleiros profissionais” (AKCELRUD, 1987, p. 76). Esse autor cita a análise do Pe. Ricardo Rezende, coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT regional Araguaia-Tocantins, que identifica a violência crescente (em 18 estados do país), a violência seletiva (morte aos dirigentes), violência ostensiva (à luz do dia), a violência com tortura (corpos mutilados) e a violência organizada (gangues locais, regionais e estaduais/milícias privadas). Lembra AKCELRUD (1987, p. 24) que no Brasil o latifúndio sempre viveu de armas na mão. “Tinha que caçar e subjugar os índios, destituindo-lhes a cultura, violentando-lhes hábitos, costumes e modo de vida. Tinha de vigiar a escravaria negra, proteger as fazendas contra o prestígio e o contágio dos quilombos. Tinha que mover combate aos motins e rebeliões que fermentavam continuamente e agrupavam multidões em torno de apóstolos messiânicos, caudilhos ou bandoleiros na quase guerrilha do cangaço. Daí é que deriva a vocação militar do latifúndio”.

Foram muitos os que morreram. Menos não são os outros cabras marcados para morrer e as tantas mortes anunciadas. Frente a inoperância do poder judiciário, “os atos de resistência e legítima defesa tendem naturalmente a evoluir no sentido de medidas preventivas” (AKCELRUD, 1987, p. 79), tendência esta captada pela sensibilidade do poeta Vinícius de Moraes (1962, p. 82).

Senhores donos da terra  
juntais vossa rica tralha  
vosso cristal, vossa prata  
luzindo em vossa toalha  
juntais vossos ricos trapos  
senhores donos da terra

Que nossos pobres farrapos  
nossa juta e nossa palha  
vem vindo pelo caminho  
para manchar vosso linho  
com o barro da nossa guerra:  
e a nossa guerra não falha!

(...)

Queremos paz, não a guerra  
senhores donos da terra ...  
mas se ouvidos não prestais  
às grandes vozes gerais  
que ecoam de serra em serra  
então vos daremos guerra  
não há santo que vos valha:

Não a foice contra a espada  
não o fogo contra a pedra  
não o fuzil contra a enxada  
- granada contra granada!  
- metralha contra metralha!  
(...)

A efervescência, na década de 80, dos movimentos sociais no campo, a solidificação de formas de organização e participação política (CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, CPTs, CEBs) colocam em xeque a competência e a legitimidade do Governo em solucionar “conflitos” que não estão inseridos em “áreas” senão presentes no processo mesmo da produção agrícola e nas relações sociais de trabalho no campo. Há quem busque o fim do dualismo rural/urbano acreditando que a aliança operário-camponesa é uma perspectiva de superação do capitalismo ou pelo menos que “o movimento operário urbano pode romper o cerco político no qual a burguesia pretende mantê-lo encerrado entrosando-se com seu principal aliado e ponto de apoio. Esta mudança qualitativa, em profundidade, será o fato novo capaz de alterar positivamente o curso da luta pela reforma agrária” (AKCELRUD, 1987, p. 82).



Uma voz, mais outra, muitas vozes.  
Um grito compacto se levanta:  
move o mundo e a andança  
(FAJARDO, 1988, p. 11).

Outros são descrentes ou, como se definem, realistas: “para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriação de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários. É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade” (MARTINS, 1986 (b), p. 52). Mancuso comprova, em sua dissertação de mestrado, que a reforma agrária no Brasil não vai além do discurso, um discurso não pragmático, que o próprio Estado exerceu (e exerce) à exaustão: “uma dimensão simbólica do programa, a ser negociada para não ser cumprida, mas que ocupa e preenche um vazio político” (MARTINS, 1986 (b), p. 95).

#### Aos Tiranos do Mundo

Meus ideais se recolheram, todos:  
Venceu a força – retumbaram balas.  
Fuzis – canalhas – fogo intenso falam...  
Não sou tão livre – me fugiram as galas...  
E os tiranos a naufragar no lodo,  
Forçam – renegam – no disfarce – calam. (...)  
(LYRA<sup>6</sup>, 1981, p. 17).

Outros, como Prado Júnior, persistem em derrubar as falácias de que a questão agrária se resume na luta contra o “latifúndio improdutivo”, de que “de nada serve dividir a terra, se não se dispensar amparo ao pequeno proprietário”, de que a causa primeira de tanta pobreza são os “restos feudais”, de que elevando a renda agrícola consequentemente melhora o padrão de vida da população rural, de que modernização seja sinônimo de desenvolvimento social. “Não faltam políticos e tecnocratas dispostos a demonstrar que a invasão do capital estrangeiro ‘industrializador’ beneficia as áreas aonde irrompe”, continua Galeano descrevendo o que vê saltar das veias abertas da América Latina. Lembra ainda que cada vez que o imperialismo exalta suas próprias virtudes, convém revistar os bolsos (1985, p. 225).

A discussão da questão agrária é complexa. A história da legislação trabalhista no campo revela a perda e a luta pela terra; as leis da terra indicam a atuação do poder estatal em favor dos mais “dotados”; a relação Estado e mão-de-obra é a história da

proletarização do trabalhador rural (ver *O Bóia-fria: Acumulação e Miséria*, de Maria da Conceição D’Incao de Mello); a lógica do sistema nacional de pesquisa agropecuária, enquanto forma de intervenção do Estado, revela a história da internacionalização da agricultura brasileira e acumulação em bases monopolistas (AGUIAR, 1986, p. 138); a burocratização e criação de organismos (INCRA, SUDAM, FUNAI, SUDENE, PROTERRA, MIRAD, SUPRA, IBRA, GETAT etc) é a história da protelação; os recordes da produção de grãos completa mais um daqueles capítulos sobre nossa longa história de “desenvolvimento voltado para fora”; o estatuto semicolonial passou a ser conhecido pelo seu eufemismo “situação de dependência” (CUEVA, 1983, p. 181). Decidiram por nós, latino-americanos, que somos periferia. Hoje sabemos que “o processo de empobrecimento absoluto não ocorre, como amiúde se costuma dizer, apesar do acelerado crescimento da economia brasileira (hospedagem das transacionais), mas ao contrário é sua ‘conditio sine qua non’” (CUEVA, 1983, p. 201) e que o “subdesenvolvimento latino-americano não é uma etapa no caminho do desenvolvimento, mas sim uma contrapartida do desenvolvimento alheio” (GALEANO, 1985, p. 264). A modernização aqui é dolorosa (ver Graziano da Silva), nossa agricultura é de rapina: destruição dos solos, falta de controle das pragas e doenças, perda de qualidade biológica e contaminação dos alimentos, intoxicações humanas, desperdício energético, poluição em geral e morte da natureza (ver Graziano Neto); a extensão rural está a serviço da expansão capitalista e da conformação do *ethos* empresarial (ver Maria Teresa Lousa da Fonseca) e o desenvolvimento econômico tão esperado pelos países terceiro-mundistas é um mito (ver Celso Furtado). Como diz Galeano (1985, p. 18), nosso sistema fala uma linguagem surrealista: propõe evitar nascimentos nestas terras vazias; diz que faltam capitais onde estes sobram, mas são desperdiçados; chama de ajuda a ortopedia deformante dos empréstimos e a drenagem de riquezas que os investimentos estrangeiros provocam; convoca os latifundiários a realizarem a reforma agrária, e a oligarquia para pôr em prática a justiça social. Perguntamos, então, onde buscar elementos para sustentar expectativas.

Falar da questão agrária é tentar ouvir a democracia. Diz Octávio Ianni que “o peso econômico e político da agricultura, na definição da fisionomia da formação social capitalista brasileira, precisa ser avaliado se queremos compreender as condições da criação de uma democracia no Brasil (1984, p. 158). Na (im)possibilidade de uma reforma agrária, podemos medir os limites da democracia que temos. Na verdade, essa discussão se volta para uma só questão: a busca de cidadania.

José de Sousa Martins (1986 (b), p. 47) analisa que o aumento da violência no campo não é decorrência apenas da luta pela terra, mas também da recusa crescente dos trabalhadores em aceitar formas antigas de dominação pessoal, a chamada violência institucional representada pela falta de direitos políticos e sociais. Também Elias Fajardo fala da negação dos direitos da semicidadania: os acampados, os trabalhadores imobilizados pelos mecanismos de força, os garimpeiros, os posseiros despejados

arbitrariamente de suas terras, os indígenas com suas áreas intrusadas representam um contingente de “cidadãos de segunda categoria” que não participam da polis (1988, p. 141). Na opinião de Ricardo Abramovay (1985, p. 18) a conquista da cidadania não veio e não virá para o homem do campo enquanto ele não conquistar a terra, posto que essa é sinônimo de poder político.

Diante da fragilidade dos partidos políticos, da imaturidade das organizações sindicais e da força do Estado – fraco em legitimidade, mas forte em legalidade – não há como discordar de Cândido Grzybowski (1987, p. 58): nos movimentos sociais temos hoje o espaço para a socialização política, neles temos uma forma de conquista e exercício da cidadania e neles os trabalhadores podem alcançar: “em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais”. Mais do que isso, as práticas dos movimentos educam para a participação social (greves, acampamentos, atos públicos, passeatas etc.). É o exercício da união, organização e solidariedade, vivência que permite saltos na consciência, que acontecem quando os trabalhadores são capazes de recusar a identidade de “boia-fria” que lhes foi atribuída e se autoidentificarem como “os cortadores de cana de Guaira”, como os posseiros que têm direito à posse e não mais como invasores, quando são capazes de se apresentarem como os sem-terra, conscientes da comum situação de carência e exclusão social. “Sem-terra é o símbolo representativo da privação, da expulsão, da negação, da exclusão da vida. É a exterioridade, como categoria filosófica” (ASSMANN apud prefácio de CALDART, 1987, s.p.).

A organização dos movimentos sociais é a melhor arma para enfrentar os poderes dos latifundiários que estão ainda mais fortes porque também se organizaram (vide atuação da UDR - União Democrática Ruralista). É uma experiência que possibilita a formação do saber social pois “a reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a afirmação do perfil cultural dos trabalhadores, a incorporação de um novo saber obtido na luta e seu uso político pelos movimentos sociais são, sem dúvida, algumas das questões importantes que decorrem da irrupção das classes subalternas na arena política, de seu exercício da cidadania” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 60).

Firmar a crença de que podemos colocar nossas expectativas nos movimentos sociais é ao mesmo tempo resistir a acreditar que “a América Latina é uma caixa de surpresas; não se esgotará nunca a capacidade de assombro desta região torturada do mundo” (1985, p. 179), nas palavras de Galeano.

## Comunicação Rural

“A evolução da área que se convencionou chamar hoje de Comunicação Rural está intimamente ligada ao binômio Comunicação e Desenvolvimento surgido nas décadas de 50 e 60. Nessa época inúmeros estudiosos e instituições de desenvolvimento apontavam a comunicação como uma importante variável no processo de modernização da sociedade, particularmente a rural” (OLIVEIRA, V., 1988, p. 37). Parece não ser outra a melhor maneira de se falar da origem da Comunicação Rural no Brasil, mesmo porque este é o início de um dos melhores artigos sobre o tema. Conta-nos o autor que a crença de que os meios e as mensagens pudessem contribuir significativamente para promover a modernização do campo fez com que coubesse aos comunicadores (ou extensionistas rurais) o papel de planejar e operacionalizar as estratégias de produção, circulação e recepção de mensagens para o público rural.

Essa forte relação “comunicação e desenvolvimento” é fruto da concepção norte-americana de desenvolvimento que se estendeu pelos países subdesenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial na conquista dos EUA pela hegemonia econômica e política (através de inúmeros convênios de cooperação, de alianças para o progresso chegam à América Latina os projetos de “desenvolvimento de comunidades”, “difusão de inovações”, “ideologias de segurança nacional”, cria-se a OEA – Organização dos Estados Americanos e o IICA - Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, hoje Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura). Tal concepção entendia o desenvolvimento como modernização, o que significava difusão de tecnologia.

No meio rural, essa ideologia se concretizou no difusionismo; na comunicação, ela se refletiu no utilitarismo dos meios para difundir as inovações agrícolas (teorias clássicas de Lerner, Rogers e Schramm); nas pesquisas de comunicação, essa visão se fez presente na busca dos estudiosos em descobrir as barreiras psicológicas, e mais tarde estruturais, intervenientes no processo de adoção ou rejeição das inovações por parte dos agricultores. Esses fatores são responsáveis pela dificuldade em se distinguir, no início e ainda hoje, a prática da extensão rural da prática da comunicação, até mesmo porque as primeiras tentativas em sistematizar teorias e estratégias de comunicação rural foram feitas por estudiosos ligados a organismos governamentais, como os da EMATERs/EMBRATER e os da EMBRAPA, ou aqueles estudiosos vinculados às escolas de Sociologia Rural, Extensão em Agronomia – vide produção científica ESALQ/USP, UFV e UFRGS. Outro fator que muito contribuiu para que o pensamento norte-americano aqui se firmasse foi o grande número de pesquisadores que fizeram pós-graduação nas Universidades de Wisconsin e de Michigan. Nas pesquisas de comunicação rural é marcante essa preocupação instrumentalista de que falamos, e, na opinião de Walmir de Albuquerque Barbosa (autor do mais completo estudo sobre essa área. Ver *A Questão Agrária e a Comunicação Rural no Brasil*, sua tese de doutorado na ECA/USP), essa postura passa por cima de questões não

resolvidas pois “ao tomar o mundo rural como atrasado, arcaico, improdutivo, portanto “lócus da operação intervencionista, homogênea a estrutura social, para escamotear as relações de classe, as relações de propriedade, enfim, as relações sociais e de produção” (BARBOSA, 1987, p. VIII).

Amparada conceitualmente pelo funcionalismo, a vertente difusionista foi marcante até o final dos anos 60 e seus traços permanecem para além do final dos anos 80. A partir da década de 60 e durante a década de 70, o difusionismo passa a ser criticado por muitos estudiosos, principalmente pelos latino-americanos. Essa corrente de pensamento ficou conhecida, segundo Oliveira, como “modelo de transformação estrutural que levantava a questão de os difusionistas não considerarem os fatores estruturais e políticos das sociedades subdesenvolvidas e criticava sua concepção mecanicista da comunicação” (OLIVEIRA, V., 1985, p. 40). Fundamentando essa nova proposta de comunicação para o desenvolvimento, encontramos estudos sobre comunicação participatória e mudança social nas bibliografias de Luis Ramiro Beltrán, Paulo Freire, Juan Diaz Bordenave, Frank Gerace Larufa, Hugo Assmann, João Bosco Pinto, Antonio Pasquali e nos trabalhos do CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina.

No artigo de Valdir de Castro Oliveira, a que fizemos referência, temos uma análise sobre os limites metodológicos dos pressupostos desses modelos de comunicação para o desenvolvimento rural. A vertente funcionalista ignorava a necessidade de um estudo mais aprofundado e cuidadoso dos fatores estruturais da sociedade que, sem dúvida, afetam o processo comunicativo. “Prevalencia uma noção simplista de comunicação que era considerada resultado de um somatório de técnicas comportamentais, derivadas tanto da psicologia experimental (Behaviorismo) como do marketing publicitário (onde estão presentes a persuasão e mudanças de comportamento unilateralmente determinados)” (1988, p. 45).

Quanto à vertente estrutural, apesar de denunciar o imperialismo cultural (Armand Mattelart) e tentar demonstrar a profunda articulação entre as instâncias econômicas, políticas e culturais presentes nas estruturas sociais, não escapou ao reducionismo da comunicação como mero reflexo das estruturas sociais o que provocou um certo imobilismo metodológico nos estudos e práticas da comunicação. “Tal vertente da Comunicação Rural deixou-nos com as leis gerais do capitalismo como o único objeto de análise e relegada para um segundo plano o estudo da comunicação enquanto prática singular do processo interacional dos grupos sociais” (OLIVEIRA, V., 1988, p. 46). A nova proposta que tentava fugir de um empiricismo superficial não alcançou premissas científicas, uma vez que marcada por uma generosidade política tendeu excessivamente para a ideologização de suas premissas atribuindo-lhes um caráter doutrinário. Essa postura, que num extremo detectava inúmeros aparelhos de transmissão da ideologia da classe dominante (Estado, instituições públicas, m.c.m. etc.) e, no outro, reificava o popular, gerou “um dualismo marcado pelo conceito de classe que foi exacerbado ao

máximo por uma superficial dicotomia entre a classe dominante e a classe dominada, que explicava tudo e qualquer coisa” (OLIVEIRA, V., 1988, p. 46).

No final dos anos 80, depois de algumas avaliações das práticas em Comunicação Rural (dissertações de Luiz Carlos F.S. Oliveira, José Heitor Vasconcellos, Valdir C. Oliveira e outros) e das pesquisas nessa área (Laércio Nunes, Mazzi e Barbosa) não podemos ainda afirmar que a Comunicação Rural superou as limitações ou sequer abandonou os equívocos desses modelos analisados. Característica dessa década é o fenômeno da “ruralização dos meios de comunicação”, nas palavras de Valdir C. Oliveira, que se configura como uma prática intensiva e sistemática tanto nas instituições do aparato estatal quanto da iniciativa privada. Concordamos com o autor de que esta “ruralização” da comunicação se deve menos às prescrições de comunicadores e teóricos da área do que ao momento histórico, isto é, ao momento em que o meio rural é descoberto como importante na dinâmica do processo de acumulação do capital. É a luta dos veículos por maiores espaços nesse filão comercial, numa grande investida de marketing. Podemos afirmar que tanto a prática como a pesquisa em Comunicação Rural ainda estão presas ao velho paradigma COMUNICAÇÃO > DIFUSÃO TECNOLÓGICA > MEIO RURAL que tem sustentado a lógica de quase todos os estudos e experiências de comunicação voltadas para a problemática rural, é o eixo que tem movido a maior parte dos raciocínios.

No amplo quadro das limitações teóricas e metodológicas da Comunicação Rural, Walmir A. Barbosa afirma que a produção científica nessa área não tem conseguido obter resultados capazes de dar conta da complexidade explicativa das relações de comunicação (página VII). Essa incapacidade, na sua opinião, deve-se à incorporação de elementos teóricos e metodológicos de caráter ahistórico e empiricistas herdados das matrizes epistemológicas da Sociologia Rural, Psicologia Social, Antropologia Cultural, Pedagogia e da própria Comunicação Social, e, assim constituída, como linha de pesquisa científica, a Comunicação Rural “passa a reproduzir ao máximo a inconsistência teórica e as ambigüidades dos postulados e técnicas que incorpora quando aproxima-se do objeto de estudo: o mundo rural brasileiro como campo de intervenção da mudança social dirigida”, e, diz ainda o autor, que os fins intervencionistas aniquilam a compreensão da realidade e negam todo um conhecimento já existente sobre o mundo rural brasileiro que não enquadra no modelo explicativo em que se apóia.

Sustentado pela densidade da revisão bibliográfica e pela complexidade da análise crítica que desenvolve em sua tese de doutoramento, Walmir A. Barbosa interroga inquieto: “o que tem sido, para nós, a Comunicação Rural, senão uma mercadoria, dentre tantas outras que entraram em circulação em nosso meio embutidas nos pacotes tecnológicos e científicos que passamos a consumir?” (1987, p. 124). E, de certa forma amargurado, responde: foi para que este projeto (de penetração capitalista no campo) chegasse a seu termo, que a Comunicação Social e, por extensão, a Comunicação Rural, com suas interpretações enviesadas da realidade social, se impôs como forma

de conhecimento útil, consciente dos propósitos a que servia, mas encobertos sob o manto da ideologia patriótico-desenvolvimentista. Cumpre assim um papel pedagógico, como cumpriram, também, outras formas de conhecimento distribuídas por todas as ciências, tenham ou não os intelectuais envolvidos a plena consciência de que serviram de instrumento” (BARBOSA, 1987, p. 237).

Infelizmente a história da Comunicação Rural no Brasil é a história do atrelamento dos modelos teóricos de comunicação aos modelos de desenvolvimento impostos pelo Estado. No entanto, não cabe afirmar que a prática da Comunicação Rural se restringe a mais uma invenção autoritária a serviço do capital, nem mesmo que se resume a mais um dos afãs da especialização e que tende a desaparecer como uma questão de moda. Ao repassar a atuação da comunicação junto aos modelos de desenvolvimento rural (difusionismo, modelo de pacotes, modelo de inovação induzida pelo mercado, modelo de organização/participação, modelo de transformação estrutural) Diaz Bordenave (1983, p. 30-44) expõe a persistência de traços tradicionais e a recente abertura para apreender a comunicação como expressão do diálogo e da participação, numa perspectiva transformadora das estruturas sócio-políticas e econômicas da sociedade. Muitos estudos de latino-americanos confirmam a potencialidade da comunicação dialógica e sua necessidade entre os países subdesenvolvidos (ver estudos de Cremilda Medina em *Entrevista: o diálogo possível* e os textos de Martín Barbero).

Em outro texto, Diaz Bordenave (1984, p. 50) enumera diversos fatores que acredita tenham influído na superação do modelo unilateral de difusão persuasiva, ou melhor dizendo, tenham provocado o movimento da informação agrícola à comunicação rural:

- O reconhecimento de que o desenvolvimento agrícola e rural descansa sobre variados fatores e não apenas sobre a transferência de tecnologia;
- O reconhecimento de que a estrutura socio-econômica determina de maneira muito significativa o acesso e o uso da informação pelos agricultores;
- A denúncia feita por pessoas como Paulo Freire no sentido de que a extensão forma parte dos instrumentos de imposição de idéias e comportamentos ao qual se dedica a educação nos países capitalistas dependentes;
- O desenvolvimento de novas formas de uso dos meios de comunicação nas áreas rurais, particularmente o rádio, com os exemplos, primeiro, da Rádio Sutatenza na Colômbia e, mais tarde, do Movimento de Educação de Base no Brasil;
- Fortalecimento do associativismo entre os produtores rurais bem como o fortalecimento de suas organizações de pressão sobre os governos;
- A tendência geral para a participação desenvolvida na sociedade civil em todo o mundo e a difusão dos novos conceitos de comunicação horizontal, comunicação participativa etc.;
- Propostas de novos conceitos de desenvolvimento rural (estratégia participatória).

6. Poeta e advogado baiano Eugênio Lyra, 30 anos, assassinado no dia 22 de setembro de 1977.

Na prática, temos um exemplo concreto dessa nova possibilidade da comunicação: o setor de comunicação do Programa de Tecnologia Apropriada - PTA da Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, que se propõe a “estabelecer um fluxo de informações alternativas tecnológicas para a agricultura entre pequenos produtores e técnicos de diferentes áreas e regiões, buscando uma real troca do saber, a socialização da ciência e a democratização do conhecimento” (BORGES, 1988, p. 66). Na teoria, temos autores repensando seus posicionamentos: já há alguns anos, Diaz Bordenave e, depois, John H. Fett no XI Congresso da INTERCOM, realizado em setembro de 1988. Também Valmir A. Barbosa supera a imobilidade diante da onipotência e devastação do capitalismo (caráter conclusivo de sua tese em 1986), consegue visualizar espaços de ação para a prática da comunicação e considera alguns avanços nas pesquisas (BARBOSA, 1988). Considera passos à frente a desmitificação dos conceitos de “homogeneidade” e “comunidade rural”, a constatação da inoperância dos dualismos rural/urbano, e atrasado/moderno para responderem pela realidade concreta das relações sociais vigentes no campo, e a abertura permitida pelas metodologias alternativas (pesquisa engajada ou pesquisa-ação e outras) no alcance da compreensão do conceito de classes sociais como fundamental categoria de análise nas relações sociais de comunicação.

Depois desses esforços (são poucos, é verdade) em descobrir outras dimensões da Comunicação Rural é inadmissível insistir em buscar na discussão sobre indústria cultural e desenvolvimento rural “o entendimento do papel da televisão na transferência de tecnologia e, conseqüente, modernização da agricultura brasileira” (BRAGA, p. 80). Inaceitável também é reduzir a Comunicação Rural à prática comunicativa entre campo e cidade ou vivenciada no meio rural, ou ainda acreditar em técnicas específicas para essa prática. A Comunicação Rural é muito complexa e envolve diversos fluxos comunicativos: trabalhadores rurais e suas organizações, agricultores e serviços de apoio/órgãos governamentais ou entidades de utilidade pública como a FASE, entre os próprios serviços entre si, a relação com os meios de comunicação de massa e com demais instituições da sociedade civil – sobre tais fluxos de comunicação rural fala Diaz Bordenave no texto apresentado no XI Congresso da INTERCOM.

Quando discutimos os adjetivos do exercício comunicacional esbarramos em duas visões do problema: daqueles que insistem nos determinismos do adjetivo acreditando que a prática da comunicação rural é diferente, em seu processo, da prática da comunicação urbana/de massa – esses repetem o velho dualismo rural/urbano como instâncias opostas e estanques e se distanciam da “reflexão a partir do substantivo”, expressão de Diaz Bordenave (1980, p. 226); e a visão de outros que rejeitam qualquer adjetivação em favor do “especialista em generalidades” ou da prática do “arroz com feijão” a que resumem a comunicação. Ora, sem muito esforço, perceberemos o equívoco da supremacia da adjetivação sobre a substância da prática comunicativa e, sem purismos, damos conta de que situações, condições de vida e experiências da realidade



social de determinado grupo forjam o perfil do processo comunicativo. O comunicador que aí atua (na prática profissional ou na pesquisa) acumula bagagens que o torna mais capacitado para cumprir seu papel de mediador social, uma vez que, supõe-se, conhece em profundidade características e comportamentos específicos de tal realidade.

Entendemos que a especialização na comunicação não é capacidade de verbalizar de modo especializado sobre o fato comunicativo específico, mas sim de expressá-lo da maneira mais simples e clara como tentativa de compreendê-lo em sua especificidade. Se o profissional e o pesquisador da Comunicação Rural não forem capazes de exercer o movimento de ir até à problemática do meio rural brasileiro (que de tão extenso e diverso não deveria ser dito no singular) e retornar ao processo comunicativo no que ele tem de comum a qualquer outra prática comunicativa e no que ele tem de particularidade enquanto objeto de estudo, a relação existente entre comunicação e a questão rural perde seu sentido.

# Capítulo 2

## Dissertações e Teses em Comunicação Rural

*Nenhum conhecimento procede do abstrato ou é inato ao espírito. Todos foram arrancados da realidade com as mãos e transportados para o pensamento. As mãos, sendo o instrumento natural do trabalho humano, são a condição fundamental da criação da ideia.*

Álvaro Vieira Pinto

# 1. Pequeno histórico da pós-graduação em Comunicação

No Brasil, até 1988, eram cinco os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em comunicação:

- Universidade de Brasília (UnB) – mestrado (1974)
- Universidade de São Paulo (USP/ECA): mestrado (1972) e doutorado (1980)
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): mestrado (1972) e doutorado (1983)
- Universidade Metodista de São Paulo/Instituto Metodista de Ensino Superior (UMESP/IMS): mestrado (1978)
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): mestrado (1977) e doutorado (1979)

Todos os dados a seguir se inserem no panorama até o ano de 1988, quando foi concluída esta pesquisa.

A Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – **USP** criou os primeiros cursos de pós-graduação em Comunicação, em nível de mestrado, no ano de 1972 e, de doutorado, em 1980. Os cursos têm duas áreas de concentração: em Ciências da Comunicação e em Artes, esta última criada em 1974 (para efeito de nossa pesquisa só trabalhamos com a primeira área). Até julho de 1988, somava-se um total de 157 dissertações (mestrado) e 42 teses (doutorado). A primeira dissertação foi defendida em julho de 1975, – “Estrutura da mensagem jornalística: um modelo de análise”, de Cremilda C. de Araújo Medina, – e a primeira tese foi defendida em março de 1984, “Muito além do Jardim Botânico”, de Carlos Eduardo Lins da Silva (excluídas as teses de doutoramento possibilitadas pelo decreto 21780, de 15 de outubro de 1952, já revogado). Na área de Comunicação Rural, a primeira dissertação é de novembro de 1976 e a primeira tese é de fevereiro de 1986, alcançando o total de 9 produções nessa área até julho de 1988. O curso se divide em oito sub-áreas:

- Biblioteconomia e Documentação (Ciência da Informação);
- Editoração;

- Relações Públicas;
- Propaganda e Publicidade;
- Turismo;
- Rádio e Televisão (linhas de pesquisa: Sistema de Significados em Multimeios / Sistemas Significativos Não Verbais / Arte, Tecnologia e Educação em Multimeios / Produção e Realização em Multimeios / Poéticas Visuais);
- Jornalismo (Informação e Sociedade / Comunicação Popular / Comunicação de Massa / Comunicação em Organizações Complexas / Pedagogia da Comunicação / Processos Jornalísticos / Jornalismo Comparado / Jornalismo Eletrônico / Jornalismo e Linguagem);
- Comunicação (Comunicação: História e Ficção / Teoria da Transinformação e Quantificação da Informação / Comunicação: Representação Social e Ideologia / Meios de Comunicação, Produção Cultural e Sociedade / Metodologia da Pesquisa em Comunicação e Artes / Comunicação: Educação e Prática Social / Novas Tecnologias de Comunicação e Sociedade / Teoria da Cultura e da Comunicação / Política e Administração Cultural / Arte e Comunicação na América Latina).

**Observação:** especificamos as linhas de pesquisas dessas três últimas sub-áreas porque aí se concentram as produções em Comunicação Rural.

As linhas de pesquisa do Mestrado em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo – **UMESP** (antigo Instituto Metodista de Ensino Superior – IMS) naquele momento da análise eram menos complexas, porém mais claras e objetivas. O programa, criado em 1978, contemplava duas áreas de concentração: Teoria e Ensino da Comunicação, mais voltada para o aperfeiçoamento de docentes no campo da Comunicação Científica e Tecnológica, destinada a aperfeiçoar a formação de profissionais de campos específicos como a Divulgação Científica, Comunicação Popular e Comunicação Empresarial. As cinco linhas de pesquisa são comuns às duas áreas de concentração:

- Comunicação, Educação e Sociedade: visa ao estudo da educação como fenômeno comunicacional, das teorias de ensino e aprendizagem e do papel dos meios de comunicação no processo ensino e educação. Pesquisa conteúdos e estratégias didáticas dos cursos de comunicação e faz um exame crítico das principais teorias da comunicação em evidência nos dias atuais;
- Comunicação e Cultura: visa à análise e interpretação das culturas como sistema de comunicação; pesquisa formas de comunicação entre subsistemas culturais e formas e funções da cultura popular e urbana e o papel dos meios de comunicação hegemônicos e alternativos na cultura brasileira;

- Comunicação Rural: estuda o processo de comunicação voltado às especialidades do meio rural, a comunicação e difusão de inovações, a comunicação e extensão rural, a comunicação e pesquisa agropecuária, a dimensão sócio-cultural da comunicação em relação ao homem do campo;
- Divulgação Científica: analisa a teoria e a prática da divulgação científica, com ênfase no jornalismo científico, ciência e dependência; analisa a comunicação e transferência de tecnologia e a ciência da comunicação de massa no Brasil;
- Comunicação Empresarial: estuda a problemática da comunicação nas empresas as estratégias de Relações Públicas e Propaganda e Marketing Social, o jornalismo empresarial, a comunicação empresarial em relação às comunidades.

Das 41 dissertações, cinco são de Comunicação Rural (mais quatro do grupo das suplementares), sendo que a primeira dessa área foi defendida em abril de 1986 e a primeira produção do curso data de dezembro de 1981.

O curso de Mestrado em Comunicação da Universidade de Brasília – **UnB**, criado em 1974, deu ênfase, inicialmente, à área de Comunicação e Desenvolvimento. Naquele momento da análise, a área de concentração em Comunicação se desdobrava nas linhas de pesquisa:

- Políticas de Comunicação;
- Comunicação e Cultura.

**Observação:** em 1987 teve início o curso de Aperfeiçoamento em Jornalismo Político em nível de especialização.

Em números absolutos e proporcionais, a UnB é a escola que conta maior número de dissertações em Comunicação Rural: do total de 43, dez são desta área (mais quatro suplementares). O departamento de Comunicação teve sua primeira dissertação defendida em março de 1977 e a primeira na área de Comunicação Rural em agosto do mesmo ano.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, o curso de pós-graduação em Comunicação foi criado em 1972. Produziu sua primeira dissertação em março de 1974 e a primeira de Comunicação Rural em fevereiro de 1979. Em 1983, foi firmado um convênio entre a UFRJ e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq que determinava a integração do Programa do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação oferecido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBCT à estrutura curricular da pós-graduação daquela Universidade. O curso contava, até o final da década de 1980, com 219 dissertações nas áreas de concentração Sistema de Comunicação e Sistema de Significação (reunidas, a partir de 1989, numa única área: Teoria das comunicações e Cultura) e, desde 1983, com mais 25 da área de Ciência da Informação. O IBICT contava, antes do convênio,

com 78 dissertações, que hoje estão incorporadas à produção da Pós-graduação em Comunicação da UFRJ. Teve início em 1990 o curso de doutorado em Ciência da Informação. Até julho de 1988, a escola registrava somente 2 teses, nenhuma delas na área de Comunicação Rural. Quanto às linhas de pesquisa, o mestrado oferecia sete:

- História dos Sistemas de Pensamento-comunicação e Transdisciplinariedade: registro histórico-filosófico de como a comunicação organiza os diversos sistemas de pensamento;
- Conceitos Temáticos e Funções Operativas nos Processos de Comunicação: limites da possibilidade de tematização das estruturas operativas constantes no campo da comunicação; > Problemas Teóricos da Comunicação: revisão no contexto da cultura brasileira da moderna teoria da comunicação;
- Cultura e Sociedade Contemporânea: questão da produção cultural/simbólica na sociedade urbana-industrial contemporânea com ênfase no caso brasileiro;
- Ética, Norma e Transgressão na Comunicação: desvios manifestados através da linguagem e comportamento; processo de mudança social;
- Comunicação e Simbolismo: modos de afetação do sujeito pelas relações entre inconsciente e linguagem e suas projeções nos discursos de comunicação;
- Informação, Cultura e Sociedade: sistemas e subsistemas de informação, suas características, atributos e propriedades; estruturas cognitivas em diferentes contextos.

Por último, temos os cursos de mestrado (iniciado em 1977, com o total de 52 dissertações em 1988) e de doutorado (iniciado em 1979, com o total de 17 teses em 1988) em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP que, por terem linhas de voltadas para a área da Semiologia, não possuíam nenhuma dissertação/tese em Comunicação Rural e, por essa razão, não foram estudadas neste trabalho. A título de registro, eram quatro as linhas de pesquisa básicas do Programa (SANTAELLA, p. 88):

- Sistemas Intersemióticos: codificação e decodificação;
- Educação e Linguagem;
- Linguagem e Ideologia;
- Semiótica dos Textos Artísticos Verbais e Não-verbais.

Entre os cursos de pós-graduação em Comunicação existem semelhanças determinadas pela própria história do estudo da Comunicação no Brasil, como, por exemplo, as influências das teorias importadas, e diferenças provocadas pelo momento histórico de cada instituição. Podemos confirmar as características específicas de cada curso por meio de algumas auto-avaliações. O curso da ECA/USP se mostra como a

prática da “diversidade e interdisciplinariedade”; o curso da UnB se coloca na “busca de uma identidade”, soltando as amarras do rótulo “comunicação e desenvolvimento”, rompendo com as “agências da terra”, como a EMBRAPA, e buscando, ao mesmo tempo, recriar uma área de concentração em torno da comunicação rural e fortalecer o estudo das “relações entre ‘Comunicação e Poder’”; o curso da UMESP se propõe caminhar a partir “da comunicação popular à popularização da ciência”, definindo como sua preocupação os fenômenos não-hegemônicos ou contra-hegemônicos da comunicação nas sociedades dependentes – é o único curso que oferece uma linha de pesquisa específica em Comunicação Rural; o curso da UFRJ abre espaço para os estudos da Ciência da Informação e se preocupa com a questão comunicativa dentro de cada uma das disciplinas sociais, humanas e artísticas; e o curso da PUC-SP está voltado para a relação comunicação e semiótica.

Não é objetivo deste trabalho traçar o perfil dos cursos de pós-graduação em Comunicação, nem mesmo tentar estabelecer relações entre as produções de uma mesma escola ou tecer paralelos entre as instituições. Buscamos analisar as dissertações e teses enquanto produção científica em Comunicação Rural. Antes de iniciarmos a análise das 27 pesquisas, apresentamos dois quadros que resumem alguns dados anteriormente citados, fazemos uma pequena descrição das dissertações suplementares (no item 2.2) e lembramos que, para dinamizar a leitura e referência dos textos, estabelecemos alguns códigos para as produções analisadas:

**Distribuição de dissertações e teses por instituição e ano**  
**Quadro A**

Instituição	Ano de criação	Primeira produção	Primeira produção em Comunicação Rural	Total em Comunicação Rural*	Total Geral*
USP	M – 1972 D – 1980	M – jul. 1975 D – mar. 1984	M – nov. 1976 D – fev. 1986	M – 7 D – 2	M – 157 D – 42
UnB	M – 1974	M – mar. 1977	M – ago. 1977	M – 10 (+ 4 suplementares)	M – 43
UFRJ	M – 1972 D – 1983	M – mar. 1974 D – dez. 1985	M – fev. 1979	M – 3 (+ 2 suplementares)	M – 244 D – 2
UMESP	M – 1978	M – dez. 1981	M – abr. 1986	M – 5 (+ 4 suplementares)	M – 41
				<b>27 (10 suplementares)</b>	<b>529</b>

\*Até o 1º semestre de 1988

**Distribuição de dissertações e teses em Comunicação Rural**  
**Quadro B**

Ano	UnB	USP	UFRJ	UMESP	Total
1976		1			1
1977	3				3
1978	4		1		5
1979	1	1	1		3
1980		3			3
1981					
1982		1			1
1983					
1984		1			1
1985					
1986	1	1 (D)		3	5
1987		1 (D)	1	2	4
1988*	1				1
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>27</b>

\*Até o 1º semestre de 1988



## 2. Conjunto das dissertações e teses analisadas

Antes de passarmos às análises das dissertações e teses, no próximo capítulo, listamos as 27 pesquisas que consideramos específicas da área de Comunicação Rural de acordo com o que entendemos por essa prática comunicativa.

### Universidade de Brasília

- 03 abr. 1977 – FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Comunicação e incomunicação no desenvolvimento de pequenos agricultores.**
- 10 dez. 1977 – PENNA, Sérgio F. P. **Comunicação e níveis de competência numa comunidade rural.**
- 12 dez. 1977 – NUNES, Laércio Nunes e. **Discussão sobre difusão e adoção de inovações na agricultura.**
- 06 abr. 1978 – RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Análise comparativa de redes de comunicação interpessoal em duas comunidades rurais sob a ótica das mudanças tecnológicas.**
- 03 mai. 1978 – SOUZA, Renato Argôllo. **Influência da participação no controle do ensino sobre aprendizagem conceitual entre produtores rurais do Amazonas.**
- 11 out. 1978 – SILVA, Aluizio Ferreira da. **Barreiras psico-estruturais à efetividade da comunicação: caso da Cooperativa Pindorama.**
- 20 nov. 1978 – GONZALEZ MORA, Álvaro. **Dependência de informação tecnológica sobre o cultivo cafeeiro por parte de agricultores colombianos participantes no programa Grupos de Amizade.**
- 15 jun. 1979 – LEITE, Antonio Maia. **Compreensão de informações sobre o uso de defensivos agrícolas.**
- 13 jun. 86 – OLIVEIRA, Luís Carlos F. S. **A televisão e a integração do empresariado rural com o complexo agropecuário: o programa “Globo Rural” na região sul do Estado de Minas Gerais – um estudo de caso.**
- 14 jun. 88 – MANCUSO, José Humberto. **O discurso da reforma agrária.**

## **Universidade de São Paulo**

- 10 nov. 76 – FERNANDES, Maria Esther. **Comunicação e mudança na zona rural de Ribeirão Preto.**
- 20 dez. 79 – LUYTEN, Sonia Maria Bibe. **O papel da comunicação dos holandeses no Paraná; o caso da colônia de Carambeí.**
- 27 mar. 80 – BRAGA, José Norival. **A importância de canais interpessoais de comunicação na implantação de projetos de eletrificação rural no Estado de São Paulo.**
- 07 abr. 80 – BORIN, Jair. **Comunicação como fator de inovação na área rural.**
- 07 ago. 80 – BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia.**
- 03 ago. 82 – DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita. **O papel da comunicação interpessoal na difusão de tecnologia; o caso dos produtores de soja no Município de Cambé.**
- 15 mar. 84 – MULEKA, Ditoka wa Kalenga. **A função do jornal rural no Brasil: a quantidade das mensagens e o seu significado em relação ao desenvolvimento social.**
- 27 fev. 86 – FERNANDES, Maria Esther. **A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera.**
- 12 jan. 87 – BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **A questão agrária e a comunicação rural no Brasil.**

## **Universidade Metodista do Estado de São Paulo**

(antigo Instituto Metodista de Ensino Superior)

- 10 abr. 86 – MONTE, Fernando Pinheiro. **Comunicação e desenvolvimento – difusão de inovações: barreiras à comunicação no processo de transferência de tecnologia agrícola no âmbito da pesquisa, da extensão e da produção no contexto agrícola brasileiro.**
- 03 jul. 86 – TUCUNDUVA NETO, Lino. **O jornalismo agrícola no Município de Londrina: o caso do suplemento “Folha Rural”.**
- 04 dez. 86 – VASCONCELLOS, José Heitor. **Lavoura eletrônica – análise do processo de difusão para o campo: o caso do “Globo Rural”.**
- 31 ago. 87 – CARNEIRO, Ariádne Maria da Silva. **As forças de pressão e o Plano Nacional de Reforma Agrária.**
- 20 set. 87 – TEIXEIRA, Rui F. Frota Tendinha de Pimentel. **O produtor rural e os meios de comunicação na difusão de inovações: levantamento da realidade em Marilândia, Espírito Santo.**

## Universidade Federal do Rio de Janeiro

- 05 fev. 79 – BARROS, Sebastião Amoêdo. **Produtividade rural e comunicação.**
- 13 set. 79 – MAZZI, Ângela Parente Ribeiro. **Comunicação e desenvolvimento rural: da prática da persuasão à alternativa do diálogo.**
- 24 ago. 87 – FREIRE, Isa Maria. **Transferência de informações tecnológicas para os produtores rurais: estudo de caso no Rio Grande do Norte.**

**Observação:** As bibliotecas da UnB e da UMESP eram naquele momento as que melhor sistematizam esse tipo de informação. Também suas secretarias de pós-graduação fornecem as listas desses dados e a biblioteca da UnB ainda organiza pastas com resumo de cada dissertação. Na UFRJ, apesar do esforço da bibliotecária em sistematizar o material, a escola já estava desfalcada, antes de seu trabalho, de exemplares de várias dissertações que ali foram defendidas. Sua secretaria de pós-graduação em Comunicação não possui nenhuma listagem, nem os exemplares das pesquisas e é a única que não oferece o prospecto do curso (folheto com informações mínimas como áreas de concentração, linhas de pesquisa, datas de concurso e inscrição, corpo docente etc.), só fornece do mestrado em Ciência da Informação, antigo curso do IBICT. Na biblioteca da ECA/USP, encontramos somente um folheto que levanta a produção até 1983 e, apenas recentemente (dez.1988), a secretaria elaborou um levantamento atualizado.

### Anotação: Dissertações suplementares

**Suplementar** – “parte que se adiciona a um todo para ampliá-lo, esclarecê-lo e aperfeiçoá-lo” (Aurélio). Essa é a primeira das intenções por que abrimos espaço para descrever determinadas dissertações que não se incluem entre aquelas específicas de Comunicação Rural. Outra razão é lembrar que, embora uma primeira análise as tome por inclusas, elas respondem a outras disciplinas. O elemento comum provocador desse equívoco é o fato de trabalharem com o tema da difusão de inovações tecnológicas, muito presente nas pesquisas em Comunicação Rural. Nas pesquisas da área de Ciência da Informação, a informação estudada – o tratamento, o código, o sistema – é a informação tecnológica para o agricultor; na Comunicação na Ciência, em que o objeto de estudo é o processo comunicativo entre pesquisadores, esses elementos se confundem quando o pesquisador é o agrônomo, pesquisador da informação tecnológica para a agricultura; e na área de Extensão, a preocupação é com o extensionista enquanto repassador da informação tecnológica e com as atitudes do agricultor, o receptor dessa informação. Consideramos suplementares dez dissertações, reafirmando sua importância para acrescer ao estudo e compreensão da Comunicação Rural.

## **Área de Ciência da Informação**

ARAÚJO, Marta Maria Alencar (UMESP), 1987. **Comportamento dos Usuários frente ao Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (SDI) – EMBRAPA**

Com base no estudo da literatura técnica sobre o SDI, analisa o comportamento dos usuários frente a esse serviço de informação oferecido pela EMBRAPA, objetivando identificar diferenças de comportamento. Parte da hipótese de que a aceitabilidade do SDI depende de processos de comunicação e é definida pelo conhecimento teórico e prático que os pesquisadores têm sobre tal serviço. Aplica questionários e trabalha com elaboração do perfil de interesse do usuário.

BARROSO, Lélío Capello (UFRJ), 1980. **Produção agrária e informação; teoria e prática de um modelo informativo na bananicultura no município do Rio de Janeiro – década de 20**

Estuda a hipótese de que a deficiência da produção de bananas no município do Rio de Janeiro e do correto aproveitamento dessa produção está estreitamente ligada a um paradoxo: o aumento da informação, apesar de melhorar a produtividade média dos bananais, acarreta a redução da área plantada, o êxodo rural, maior concentração fundiária etc. Usa indiscriminadamente os termos comunicação e informação. Trabalha com conceitos da área da Cibernética (interface, ligações binárias, entradas e saídas de informação). Marcante presença do “usuário” (na época em que fez essa pesquisa, existia na pós-graduação a área de concentração em Informática).

FRANCO, Geraldo Amadel Lobato (UFRJ), 1987. **Transferência de informações em tecnologias apropriadas para pequenos produtores rurais brasileiros**

Discute aspectos da transferência de informações técnicas no meio rural, em particular o problema da constituição, planejamento e desenvolvimento de sistemas de informação e de difusão de Tecnologias Apropriadas (T.A.) para setores de pequena produção agrícola no Brasil. Estuda sistemas e serviços de transferência de T.A. (da EMBRATER, do CNPq/M.A. e da FASE). A revisão de literatura procura a resposta de como a Ciência da Informação e outras áreas (inclusive a Comunicação) têm se manifestado ante o desafio do conhecimento sobre a transferência de informações em T.A. na área de agricultura. Pesquisa de discussão rica e complexa por sugerir que um sistema de transferência, de disseminação e difusão de T.A. tenha, como parte integrante, a prática da Pesquisa Ação Participativa e por entender que esta é reconhecida como um sistema de comunicação e difusão de informações compatível com a realidade do País. Busca um modelo de transferência de informação utilizável pelas populações empobrecidas do meio rural.

## **Área de Divulgação Científica**

HEBERLÓ, Antonio Luiz Oliveira (UMESP), 1986. **Diagnóstico da divulgação científica na EMBRAPA**

Sua proposta está nitidamente incluída na linha de pesquisa Divulgação Científica oferecida pelo seu curso. Objetiva identificar e analisar a divulgação da ciência e tecnologia desenvolvidas pela EMBRAPA. Cuida da apresentação e discussão teórica a respeito da divulgação e do jornalismo científico sob os aspectos conceitual e organizacional da Empresa. Trata também do levantamento de dados sobre essa questão na EMBRAPA, segundo visão dos difusores de tecnologias e jornalistas a ela vinculados funcionalmente.

SODRÉ, Nádya de Almeida (UMESP), 1987. **Política editorial da PESAGRO-RIO: análise das publicações sobre arroz**

Preocupada com a divulgação científica enquanto uma etapa do processo de transferência de tecnologia porque “através da publicação o pesquisador tem condições de veicular seu trabalho de pesquisa, além de difundir tecnologia e de estabelecer um contato formal com o extensionista e o produtor”. Analisa a política editorial da PESAGRO-RIO através de consulta junto ao produtor de arroz e ao extensionista. Apesar de sua preocupação com política editorial foge à área de Comunicação na Ciência, uma vez que seu interesse não vai além da relação entre os cientistas e a instituição a que estão vinculados. Preocupa-se mais com a forma de utilização das publicações quanto à divulgação e o grau de aproveitamento da informação e sua adequação aos interesses dos usuários.

## **Área de Comunicação na Ciência**

MARTINS, Maria Saete (UMESP), 1985. **Análise da política editorial da EMBRAPA**

Faz esta análise preocupada em avaliar a adequação das publicações ao universo do público-leitor e o nível de satisfação dos pesquisadores envolvidos no processo de produção deste material. A disciplina Comunicação na Ciência se preocupa em conhecer como os cientistas, os pesquisadores comunicam entre si, como editam e publicam suas produções e, sob essa ótica, a autora investiga problemas que dizem respeito à formação dos Comitês que orientam, acompanham e avaliam os trabalhos gerados, e ao estímulo recebido, por parte dos pesquisadores, para a publicação de seus trabalhos.

LIGOCKI, Marcus (UnB), 1978. **Interação e informação no planejamento da pesquisa agropecuária**

Objetiva investigar o relacionamento funcional entre o especialista em planejamento e o pesquisador, dentro de uma organização de pesquisa agropecuária, enfocando fatores relacionados com características, interação e transferência da informação entre os dois atores. Supõe que a interação entre eles afeta a quantidade e qualidade da informação recebida, pelo pesquisador, para concepção, elaboração e execução dos seus planos de estudo. Utiliza conceitos de planejamento, Interação e Informação.

RODRIGUES, Amauri do Menino de Jesus (UnB), 1979. **Diagnóstico do sistema de comunicação científica entre pesquisadores agrícolas no Brasil**

O autor se propõe a descrever o comportamento comunicacional dos pesquisadores agrícolas brasileiros, considerando aspectos da exposição, uso, produção da informação agrícola e dando ênfase à disponibilidade, acesso, uso e preferência por cada tipo de canal formal e informal. Objetivos todos voltados para definir e sistematizar o processo de comunicação entre esses pesquisadores. Trabalha com o conceito de “sistema”.

### **Área de Extensão (Comportamento E Participação)**

AMORESE, Rubem Martins (UnB), 1982. **Extensão rural participativa? O caso do projeto de telextensão para o Médio Amazonas**

Objetiva contribuir para a compreensão da forma como se processa a “participação” das classes populares em programas de desenvolvimento de comunidade. Mais que a extensão rural, o objeto estudado é a participação, seu conceito e sua prática. Aproxima conceitos de participação e comunicação participativa, mas a atenção é centrada na participação. Interessante bibliografia comentada na área de Comunicação Participativa.

MATA, Valter Steilen (UnB), 1978. **Um estudo sobre as atitudes do extensionista rural frente ao comportamento do agricultor**

O autor busca identificar as atitudes do extensionista (emissor) frente ao comportamento do agricultor (receptor) em relação a um objeto específico (mensagem). O problema é centrado nas atitudes do extensionista frente ao comportamento do agricultor em relação à inovação tecnológica. Revisão de literatura: o agricultor e a inovação tecnológica; estudos sobre o extensionista; utilização de muitas variáveis psicológicas e comportamentais. Trabalha com a definição conceitual de “atitude”.

# Capítulo 3

## Descrição das dissertações e teses: o lócus do objeto de estudo

O objeto de estudo da Comunicação é o processo comunicativo enquanto interação que se dá através de signos. O estudo desse objeto deve buscar a realidade no exercício de desvelar as relações de comunicação, analisando e discutindo essas relações nos veículos de comunicação de massa, entre os grupos e as interpessoais. Supõe-se que toda pesquisa que se diz de Comunicação estude o processo comunicativo a partir de um ou de vários elementos e aspectos desse processo: o lugar, o como, o porquê, o tempo, o emissor, o receptor (sua resistência, seu imaginário e sua potencialidade de resposta), a mensagem (o discurso, a foto, a imagem), o efeito, a persuasão, a dialogicidade, a horizontalidade, a edição, a entrevista e muitos outros envolvidos na complexidade do fenômeno comunicativo. Definir o objeto da Comunicação é difícil porque é complexa e abrangente a comunicação enquanto conceito e prática, posto que as mediações sociais se constituem de atos comunicativos, ou melhor, esses atos são a materialidade das relações sociais e determinam regras e princípios que condicionam uma produção de sentido (OLIVEIRA, V., p. 219). Como toda realidade social e histórica, a comunicação é um processo e é isso que não se pode perder de vista. Quando Pedro Demo (1985, p. 22; 146) fala da ciência como fenômeno processual, entende que realidades históricas não são realidades imutáveis, não são também harmoniosas, equilibradas, sempre funcionais, lembra que pertence ao conceito

de processo a idéia do conflito e da mutação, é a dialética entre algo perene e algo efêmero. A processualidade se define por um constante vir-a-ser, não como defeito, mas como condição de existência, e isso faz com que a realidade histórico-social esteja continuamente em movimento e fermentação, e é nesse contexto que se efetua o ato comunicativo.

Para facilitar a análise das dissertações/teses, fizemos uma separação por grupos. O critério utilizado para agrupá-las parte da característica comum a que chamamos, na expressão mais próxima para dizê-la, de lócus do objeto de estudo. Aquelas em que o objeto estudado, o processo comunicativo, se dá nas relações interpessoais e os objetos de trabalho são comunidades rurais; aquelas em que o objeto é estudado nos veículos de comunicação de massa; outras que têm o objeto de estudo no discurso, nas quais o que mais importa é a linguagem, seja ela interpessoal ou dos meios massivos; e um último grupo que coloca o objeto de estudo nas discussões teóricas e metodológicas, isto é, estuda a Teoria da Comunicação e a metodologia de suas pesquisas.



# 1. Na Comunicação Interpessoal (comunidades)

Mais de 50% das pesquisas estudadas, 15 entre as 27, têm o lócus do objeto de estudo na Comunicação Interpessoal. Das dez dissertações da UnB, seis: PENNA, RODRIGUES, SOUZA, SILVA, GONZALEZ MORA e LEITE; das nove da ECA/USP, seis: FERNANDES/M, BORIN, BRAGA, LUYTEN, BARBOSA/M e DELIBERADOR; das três da UFRJ, duas: BARROS e FREIRE; e, no UMESP, uma: TEIXEIRA.

## 1. PENNA (UnB) Comunicação e níveis de competência numa comunidade rural

Partindo do pressuposto de que o nível de competência está diretamente ligado aos fatores da comunicação, o autor observa as causas que promovem a diferenciação entre a produtividade e qualidade de produção de dois grupos étnicos, brasileiros e nipônicos, que convivem sob as mesmas condições de vizinhança e de influência recíproca, além de ocuparem uma terra portadora de características semelhantes e sob guarda ocupacional determinada por órgão do Governo – o Contrato de Arrendamento com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no Núcleo Rural de Vargem Bonita/DF. O que preocupa o autor é o “fechamento locucional” do japonês e, diante da suposição e mito dos japoneses produzirem mais e melhor que os brasileiros por possuírem maior domínio de técnica agrícola, busca compreender a diferença de produtividade como efeito da incomunicação existente entre os dois grupos. Lança a hipótese principal: os níveis de competência de cada um dos grupos estão relacionados com o grau de aproximação interpessoal e intra e intergrupai. E mais quatro hipóteses:

- H1 – existe diferença de produtividade entre os produtores japoneses e brasileiros no Núcleo Rural de Vargem Bonita?
- H2 – a coesão interna do grupo japonês favorece a criação de mecanismos de comunicação de tecnologia agrícola com intensidade e frequência superiores às observadas no grupo brasileiro?

- H3 – a produtividade dos agricultores brasileiros varia diretamente em relação à frequência de comunicação existente entre eles e os produtores japoneses? Considerando que o poder público estimula a vinda de imigrantes japoneses para atuarem como difusores de sua tecnologia junto aos produtores brasileiros, seria de se esperar essa relação?.
- H4 – em comparação com produtores brasileiros, os japoneses se comunicam relativamente mais dentro do seu grupo de que fora.

A primeira parte da dissertação é rica na contextualização do tema, partindo da incomunicação, afasia e heterofilia no grupo imigrante; conta a história dos japoneses no Brasil, no Distrito Federal; descreve a estrutura fundiária do município e o Núcleo Rural de Vargem Bonita. É clara a colocação das hipóteses, do método utilizado e do marco referencial da pesquisa. Na segunda metade do trabalho, o autor descreve e analisa os resultados. Foi aplicada uma entrevista com perguntas abertas e fechadas (total de 132 itens), dividida em quatro seções: dados pessoais, atividade produtiva, comunicação de massa e comunicação interpessoal. Foram entrevistados os 51 produtores, 33 japoneses (64%) e 18 brasileiros (36%). Confirmou as hipóteses 1, 2 e 4.

Depois de lembrar uma série de condicionamentos históricos, culturais e sociais na relação comunicação-produtividade, o autor chega a algumas conclusões: não existe o mesmo tipo de comunicação entre os brasileiros (como a existente no grupo japonês), talvez por não possuírem essa espécie de consciência étnica, existente na condição de imigrante, disperso no todo social e na sociedade nacional; a comunicação congrega os japoneses em torno de um propósito tecnológico, excluindo os brasileiros, de certa forma marginalizados; a comunicação circula entre os japoneses, fazendo com que haja uma correspondência de expectativa e o fortalecimento da cooperação; a comunicação assegura o maior contingente de japoneses no Núcleo. Os japoneses têm um poderoso processo de comunicação e os brasileiros tendem a auto-flagelarem-se no marasmo da incomunicação tornando-se pouco informados tecnologicamente e, conseqüentemente, pouco produtivos e carentes de reação. Ao apontar os desníveis comunicacionais criados pelas diferenças culturais e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos, o autor consegue estabelecer uma íntima associação entre a comunicação como processo e os níveis de competência produtiva.

## **2. RODRIGUES (UnB) Análise comparativa de redes de comunicação interpessoal em duas comunidades rurais sob a ótica das mudanças tecnológicas**

Com a finalidade de “verificar a viabilidade de aplicação de técnicas de análise estrutural de redes de comunicação interpessoal no âmbito de sistemas sociais mais abertos”, o autor tomou duas comunidades rurais do Município de Cruz das

Almas, Bahia, uma mais “moderna” e outra mais “tradicional”, de acordo com maior ou menor grau de incorporação de modernas práticas agrícolas. O objetivo mais específico é “clarificar a influência da estrutura de comunicação no comportamento de modernização, entendida como adoção de novas tecnologias”. Tem o intuito de afetar a difusão e a efetivação de mudanças tecnológicas. Trabalha com a teoria de sistemas sociais de Parsons e com a teoria dos grafos que sustenta a análise estrutural das redes de comunicação; essas redes foram obtidas a partir de “escolas sociométricas efetivadas pelos membros das comunidades, relativas à amizade pessoal e ao relacionamento para busca de informação instrumental”. Os dados sociométricos foram processados através de um programa de computação baseado em matrizes binárias, tendo como saída as relações diádicas (relação de quem indicou quem), índices de integração da rede, índices de integração relativa a cada membro da rede e outras informações. Justifica a importância de sua pesquisa como “de grande valia para os agentes de mudança (extensionista) que precisam conhecer a estrutura de comunicação dos sistemas sociais onde atuam, para definirem estratégias de ação que multipliquem os seus esforços na difusão de inovações”. Fala da necessidade do enfoque sistêmico no estudo dos atos comunicativos e suas implicações nas organizações sociais informais. Levanta 15 hipóteses:

- H1 – dentro de um mesmo sistema social os componentes estruturais das redes de comunicação assumem posições e papéis que variam em função do tipo de relacionamento interpessoal tomado como base de investigação;
- H2 – a integração comunicativa é relativamente maior no sistema social moderno do que no sistema social tradicional, seja qual for a estrutura de comunicação tomada para a análise: rede de interação afetiva ou rede de interação instrumental;
- H3 – a integração comunicativa correlaciona mais positivamente com os inputs (fatores) exógenos do que com os endógenos do sistema social.

As hipóteses 4, 5 e 6 tratam das “cliques” (relações diretas entre os membros do grupo); as hipóteses 7, 8 e 9 tratam das “relações diádicas” (pares de indivíduos em interação); as 10, 11 e 12 tratam dos “isolados” (não mantêm contato com outros membros); as 13 e 14 são sobre os líderes de opinião e a 15 trata das liaisons (ligações intermediárias de grupos).

O objeto de trabalho são as comunidades rurais Boca da Mata e Três Bocas, da zona citrícola da Bahia, e os indicadores de modernização são 12 práticas agropecuárias do Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura – CNPMF. Na definição de termos, participação social é o grau em que o indivíduo está relacionado e participa de organizações formais. Utiliza-se de imenso formulário para coletar os dados e seis testes estatísticos para analisá-los. A dissertação é bem distribuída nos capítulos e os procedimentos metodológicos são expressos de

forma clara: o problema, os objetivos, a revisão de literatura, o método, as técnicas etc. Depois de muitos cálculos, o autor conclui pela validade empírica da diferença entre as comunidades com respeito aos indicadores de modernização tecnológicas nos seus sistemas de produção agropecuários. Confirma também que “o esquema conceptual e metodológico desenvolvido para a análise de redes de comunicação interpessoal no âmbito de pequenos grupos e organizações complexas revela-se útil para a análise de sistemas sociais abertos, a exemplo de comunidades rurais”. Outra conclusão é a de que a estrutura de comunicação do sistema social mais integrado afeta o comportamento dos seus membros favorecendo o processo de mudanças tecnológicas. Nas duas últimas páginas o autor deixa algumas interrogações sobre preocupações sociais, mas finaliza dizendo que esse tipo de problemática “caberia melhor dentro de uma orientação metodológica que incluísse as dimensões histórica e dialética dos fenômenos sociais”, que, no caso, não era a sua.

### **3. SOUZA (UnB) Influência da participação no controle do ensino sobre a aprendizagem conceitual entre produtores rurais do Amazonas**

O problema: a distância entre os conhecimentos difundidos e sua adoção e utilização por parte dos produtores sob o ponto de vista dos aspectos relacionados aos processos cognitivos dos produtores agrícolas, especialmente os processos de conceitualização. O autor procura demonstrar que a participação ativa dos agricultores no controle do ensino contribui efetivamente para maior incorporação dos conhecimentos transmitidos, ou para maior eficiência da aprendizagem, mais do que a simples recepção passiva geralmente imposta pelos métodos usuais de difusão de inovações.

Objetivos específicos/perguntas básicas: 1) se a falta de domínio de bases conceptuais afeta a eficiência da aprendizagem de conhecimentos agrícolas formulados pela Extensão Rural, poderia a participação dos produtores no controle da aprendizagem tornar mais eficiente a aquisição dos conhecimentos? 2) outros fatores, como a experiência dos produtores, saliência dos objetivos e informações propostas pela Extensão, predisposição à mudança e infra-estrutura, influenciariam a aprendizagem, independentemente da participação? O objeto de trabalho é uma área de concentração pecuária e de atuação da ACAR/EMATER – Amazonas, nos municípios de Itacoatiara, Autazes e Parintins. Trabalha com dois grupos, um de alta participação e outro de baixa participação, e com as variáveis predisposição à mudança, experiência e acesso à infra-estrutura.

São montados “módulos de ensino”, aplicados questionários e feitas análises estatísticas dos dados.

Hipótese: a aprendizagem conceptual será mais eficiente quando o sujeito pode participar no controle da informação do que com o ensino tradicional; em outras palavras, a participação dos produtores rurais no processo ensino-aprendizagem (e este

caracterizado como conceptual) aumentaria a eficiência da aquisição dos conhecimentos difundidos. A revisão de literatura é a maior parte da dissertação, onde o autor discute a) a difusão de tecnologia e extensão rural, b) a abordagem extensionista de difusão face a alguns modelos de comunicação (Laswell, Rogers, Campbell e Fearing), c) aprendizagem e estrutura cognitiva, d) fatores que afetam a comunicação interpessoal entre técnico e produtor rural e a elaboração de estruturas cognitivas, e) fatores situacionais que afetam a receptividade dos produtores rurais às novas idéias e f) aprendizagem e participação. Trabalha com os conceitos de aprendizagem, estrutura cognitiva, aprendizagem receptiva x aprendizagem significativa (princípios pedagógicos e psicológicos – da página 12 à 42, quase a totalidade dos parágrafos se inicia com o nome do autor citado, uma coleção de citações. O que o autor chama de “resultados e discussões” é a leitura das estatísticas. Conclusões a que chegou: efetivamente é baixo o nível de entendimento conceptual dos pecuaristas do Amazonas com ou sem assistência técnica da Extensão Rural; foi confirmada a hipótese geral de que a aprendizagem conceptual é mais eficiente quando o sujeito pode participar no controle da informação do que com o ensino tradicional (comprovada pelo desempenho dos sujeitos no módulo de ensino). Apresenta ainda conclusões específicas das correlações das variáveis.

#### **4. SILVA (UnB) Barreiras psico-estruturais à efetividade da comunicação: o caso da Cooperativa Pindorama**

A dissertação tem o objetivo de analisar o atraso e os desníveis de desenvolvimento entre os parcelarias de um mesmo projeto de colonização – Cooperativa Pindorama, e de saber se as barreiras comunicacionais estão contribuindo para a precariedade desse desenvolvimento. O autor justifica a importância de seu trabalho sob o ponto de vista prático: subsidiar de forma mais consistente a formulação ou possíveis redirecionamentos necessários e oportunos de estratégias comunicacionais voltadas para a colonização agrícolas e outras atividades de promoção rural; sob o ponto de vista teórico: despertar outras investigações que contribuam para explicitar melhor o papel da comunicação interpessoal na explicação de fenômenos sócio-psicológicos, definindo mais precisamente o caráter das interrelações entre as disciplinas Comunicação, Sociologia Rural e Psicologia Social; sob o ponto de vista metodológico-operacional: contribuir para formulação de um modelo conceitual para análise e avaliação do desenvolvimento de parcelarias em experiência de colonização. Como objetivos mais específicos busca verificar se o desenvolvimento do parceiro depende de sua “condição ocupacional anterior” (classes sociais: parceiro, arrendatário, proprietário, mandatário, trabalhadores); se o tempo de permanência do parceiro na condição ocupacional anterior (vivência) limita seu desenvolvimento na cooperativa; se existem interações entre determinados fatores (condição ocupacional anterior, duração dessa condição, participação sócio-política, exposição aos m.c.m., idade, escolaridade)

e se o desenvolvimento do parceleiro na cooperativa está relacionado com essas variáveis. Boa fundamentação teórica, em que analisa como a estrutura da sociedade rural brasileira tende a conduzir os indivíduos integrantes de classes subordinadas a se tornarem potencialmente predispostos a reagirem negativamente a mudanças. Inspira-se em proposições de caráter “político-pedagógico” consubstanciadas na pedagogia Paulo Freire. Propõe reunir as barreiras psicológicas, econômicas e culturais num conceito-síntese: “político-estrutural” – concepção não centrada no indivíduo; são barreiras que ele, impulsionado ou condicionado pela estrutura social, na qual está inserido ou da qual é egresso, consciente ou não, opõe-se à comunicação, limitando-a. Faz entrevistas com 801 parcelarias, chefes-de-família associados à cooperativa, e utiliza formulários, cartões perfurados, três técnicas estatísticas para a análise: correlação simples, regressão múltipla e análise de variâncias. Da página 55 à 103, faz a descrição dos dados, expõe gráficos, quadros e tabelas. Da página 104 à 158, analisa as interrelações entre as variáveis independentes e o grau de associação entre essas e a variável dependente (desenvolvimento do parceleiro – definido como sua evolução ou crescimento como associado da Cooperativa, expresso em termos de participação na vida da entidade e como empresário rural, isto é, como produtor, no uso de recursos físicos, financeiros e técnicos e por seu nível de vida). As conclusões respondem às interrelações das variáveis e são muito específicas; quando generalizadas tratam do índice de desenvolvimento, nos aspectos associativo-cooperativista e empresarial. Algumas das conclusões: a condição ocupacional anterior tende a influir sobre o desenvolvimento do parceleiro, pois quanto mais dependente foi a ocupação, tanto menos desenvolvimento o parceleiro tende a apresentar na Cooperativa; o desenvolvimento do parceleiro está positivamente relacionado com as variáveis escolaridade, exposição aos m.c.m. e participação sócio-política.

## **5. GONZALEZ MORA (UnB) Dependência de informação tecnológica sobre o cultivo cafeeiro por parte de agricultores colombianos participantes no programa “Grupos de Amizade”**

Essa investigação foi planejada com o propósito de conhecer qual tinha sido o nível de independência tecnológica a que foram levados os agricultores participantes dos “Grupos de Amizade”/ Serviço de Extensão da “Federación Nacional de Cafeteros de Colombia” e quais os fatores que poderiam estar influenciando nessa maior ou menor independência constatada; considerando que um dos objetivos finais desse programa da Federação é o de que, em um tempo estimado, os agricultores se libertem da influência direta e contínua do extensivista e procurem, por si próprios, as soluções mais adequadas para seus problemas (no caso, os problemas técnicos referentes ao cultivo do café). Através de uma boa estruturação dos capítulos, o autor busca demonstrar, na revisão de literatura, que a organização da estrutura social em geral e da

camponesa, em particular, dá origem a múltiplos fatores de dependência, entre os quais a tecnologia de que o extensionista é portador é apenas um deles. Discute conceitos pertinentes à Teoria da Dependência e a função educativa de um serviço de extensão rural. Entre inúmeras citações, encontramos Paulo Freire, Rogers, Schramm, Cotler citados de forma inconsistente e sem a reflexão crítica do próprio autor da dissertação. O objeto de trabalho foi uma amostra de 30 entre 258 “Grupos de Amizade”, totalizando 267 agricultores entrevistados. No capítulo intitulado Metodologia, descreve a área de estudo, o universo da pesquisa, a amostra, o levantamento da informação e o plano de análise (correlação simples, múltipla, qui-quadrado e descritiva). Levanta 18 hipóteses divididas em seis grupos: características do agricultor (1 e 2), participação do agricultor (3, 4, 5 e 6), características econômicas (7, 8 e 9), comunicação de massa e interpessoal (10, 11 e 12), comunicação institucional (13 e 14) e contatos institucionais do agricultor (15, 16 17 e 18). O estudo mostra que o programa “Grupos de Amizade” está levando os participantes a um nível de independência tecnológica na sua relação com o técnico. Igualmente foi constatado que, das 18 variáveis para explicar essa maior ou menor independência encontrada, 12 mostraram-se associadas com a variável dependente (independência tecnológica): idade, habilidade para manejar códigos escritos, atividade multiplicadora, participação no grupo, área cultivada em cafezal novo, utilização de créditos, exposição a m.c.m., comunicação intragrupal, complexidade da prática, conhecimento de mensagem sobre o cultivo do cafeeiro e permanência do extensionista na mesma área. Da página 54 à 119, o autor faz a análise dos resultados, lendo os quadros, os gráficos e as tabelas. No último capítulo, das conclusões e recomendações, o autor agrupa os principais resultados da pesquisa, com ênfase nas hipóteses. Faz recomendações com o objetivo de fornecer subsídios para as linhas de ação com os “Grupos de Amizade” e destacar possíveis áreas de investigação. Das dez recomendações, somente uma trata do problema específico da comunicação.

## **6. LEITE (UnB) Compreensão de informações sobre o uso de defensivos agrícolas**

Com criatividade, o autor observa que um passo preliminar à aplicação do defensivo agrícola é a busca de informações instrumentais sobre o assunto e que o rótulo é o autêntico depositário dessas informações. Parte do problema real de uso inadequado de defensivos e da necessidade de estudá-lo sob o enfoque da comunicação, “pois envolve uma análise que engloba todos os elementos do processo comunicacional (produção, emissão, recepção de mensagens)”. Supõe que esse uso inadequado possa ser decorrência de informações geradas em fontes específicas que teriam nos rótulos dos defensivos agrícolas o seu veículo oficial e de mais ampla difusão. O autor se dispõe a buscar na Teoria da Comunicação o necessário respaldo teórico para sua pesquisa, mas adota um modelo elementar do processo comunicacional (de Kientz),

no qual o que mais importa não é o processo mas as “informações”. Situa a veiculação dessas informações através de rótulos no âmbito da difusão de inovações e reconhece a contribuição e influência de Rogers Everett em sua pesquisa. Admite que o modelo utilizado pelos rótulos, como todo modelo de difusão, pretende modificar a conduta dos receptores pela persuasão, isto é, sem dúvida, diretivo, vertical descendente, sem a mínima possibilidade dialógica. Trabalha com o conceito de compreensão (de Bloom) e com o conceito de leiturabilidade (de Kratz) e enumera, na revisão de literatura, as pesquisas realizadas dentro desses marcos teóricos. Tem como objetivo: testar a validade de uma fórmula de leiturabilidade (Fórmula Kratz); avaliar o grau de compreensão das informações veiculadas através de rótulos de defensivos agrícolas; identificar canais de informação normalmente utilizado pelo público objeto de trabalho da pesquisa. Formula a hipótese geral: o grau de compreensão dos (textos impressos) rótulos de defensivos agrícolas varia de modo inversamente proporcional ao nível das diferenciações existentes entre eles, em termos de dificuldade de leitura calculada por meio da “Fórmula Kratz” – crescendo a dificuldade de leitura, diminui a compreensão. A compreensão é a variável dependente e a independente é a dificuldade de leitura (leiturabilidade); as covariantes são escolaridade, área cultivada, idade, cosmopolitismo, renda = volume de produção, experiência com defensivos, exposição prévia aos rótulos, distância da fazenda etc. Como objeto, foi selecionado o material de 13 rótulos e 130 tomaticultores dos municípios goianos de Anápolis, Goianápolis, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis e Nova Veneza (82% dos agricultores têm grau de instrução primária; inexistência de analfabetos). Como instrumento foi utilizado um formulário de entrevista direta com o tomaticultor (37 questões) e, como análise estatística, a regressão múltipla. Não houve correspondência entre o índice de dificuldade de leitura e o grau de compreensão dos rótulos estudados e, conseqüentemente, não se confirmou a validade da “fórmula Kratz” quando aplicada em rótulos de defensivos e em confronto com teste direto de compreensão (pedido ao agricultor para falar sobre o produto que lhe era mostrado). Foi comprovado o baixo grau de compreensão dos rótulos. O resultado era esperado pelo pesquisador, uma vez que emissor e receptor não têm grande “repertório comum”, o que provoca ruídos na codificação e decodificação. Conclui que os rótulos analisados não contêm todas as informações necessárias e mesmo se o agricultor compreendesse estaria prejudicado pela deficiência de informações. As conclusões são sobre questões específicas da pesquisa e as recomendações são direcionadas ao Ministério da Agricultura, às empresas que vendem defensivos agrícolas e ao pessoal da extensão rural.

**Observação:** esta dissertação, por analisar a comunicação por meio dos rótulos, talvez devesse estar entre as que têm o objeto de estudo nos veículos de comunicação de massa, mas pela forte presença da comunidade rural decidimos situá-la aqui juntamente com as que tratam de comunicação interpessoal.



## **7. FERNANDES/M (USP) Comunicação e mudança na zona rural de Ribeirão Preto**

De maneira clara, objetiva e crítica a autora estuda as manifestações da mudança social no contexto da comunicação. Preocupa-se com a definição de conceitos (comunidade rural, propriedade camponesa, mudança social, o rural, o urbano) e situa toda problemática na Teoria da Comunicação. Fundamentando suas discussões numa rica e consistente bibliografia (Otávio Ianni, Celso Furtado, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Cohn, Florestan Fernandes, Umberto Eco, Edgar Morin, Caio Prado Júnior, Costa Pinto, José de Souza Martins, Maria Izaura Adorno, Luiz Beltrão, Muniz Sodré, McLuhan, Pereira de Queiroz e muitos outros), consegue se armar de uma coerência e discorrer sobre diversas questões: agentes de mudança, inovação tecnológica, assistência social, expansão dos m.c.m., a TV, impacto urbano sobre o rural, dependência campo-cidade e declínio dos padrões tradicionais. Trabalha com duas comunidades rurais que denomina pelo código SL e SM (zona rural de Ribeirão Preto). Descreve detalhadamente cada uma das comunidades utilizando-se de questionários diferenciados para homens, mulheres e adolescentes e crianças. Depois de trabalhar os temas “comunicação e mudança” e o impacto do “urbano” sobre o “rural” chega, entre outras, às conclusões: no caso da TV, a imposição dos m.c.m. não se limita aos centros urbanos, ela interfere nas áreas mais afastadas, criando um denominador comum de preferências e de seduções; a entrada da TV nas comunidades acarretou mudanças radicais no lazer e na comunicação de seus habitantes (decaíram práticas de solidariedade vicinal, a comunicação interpessoal foi prejudicada, temas de conversação foram alterados, foram modificados padrões de gosto e consumo); altera-se de maneira irreversível o modo de vida do homem do campo; o processo de transformação da antiga fazenda em moderna empresa agrícola decorre na nova organização do trabalho à base de uma economia de mercado.

## **8. BORIN (USP) Comunicação como fator de inovação na área rural**

A dissertação se inicia destacando, no primeiro capítulo, o baixo grau de alfabetização do povo brasileiro através de histórico da baixa leiturabilidade de impressos. Tem como objetivo averiguar em que medida os m.c.m. sensibilizam, com suas mensagens, os segmentos rurais da população e de que forma eles podem contribuir para a modernização de técnicas agrícolas. Nos dois capítulos seguintes o autor fala do urbano e do rural e da assimilação e ruptura; somente no último capítulo diz qual é o problema, o plano de pesquisa e as hipóteses. O autor trabalha com os municípios de Paranapanema (pouco atingido pelo processo de modernização da economia e mantenedor de “características da cultura caipira”) e de Capão Bonito (à

época em processo de crescimento econômico e populacional motivado por alterações de sua economia). Fez a seleção de 392 jovens (de 13 a 21 anos) de famílias rurais carentes através de uma amostragem aleatória agregada e, para aplicar as entrevistas, convidou e treinou jovens das próprias comunidades. Propõe confrontar a avaliação dos dados atinentes ao fenômeno (comunidade estudada) e a realidade social e econômica (descrita nos primeiros capítulos). Uma pergunta direcionou a pesquisa: de que forma os m.c.m. podem contribuir para a adoção de inovações tecnológicas no meio rural? São cinco as hipóteses: 1a) a modernização de práticas agrícolas é fortemente influenciada pelos veículos de comunicação; 2a) o grau de escolaridade no segmento rural estudado dificulta o consumo de veículos de comunicação impressa; por isso, o canal de comunicação mais consumido é o rádio; 3a) o reduzido poder aquisitivo da família carente, na área estudada, não possibilita o consumo de veículos de comunicação impressa com regularidade, mesmo quando seu grau de escolaridade permitiria esse consumo; 4a) o grau de participação política da população estudada é reduzido. Ela não identifica, com segurança, os partidos e é mais influenciada pelas pessoas do relacionamento familiar do que por apelos endógenos; 5a) a adoção de práticas modernas de cultivos na região só é feita após vários sucessos de vizinhos “pioneiros”. Instalada na falta de originalidade das hipóteses (existência trabalhos anteriores), a dissertação não poderia oferecer conclusões menos óbvias. A conclusão geral é que, para a população carente, as inovações tecnológicas utilizadas nos afazeres ligados às atividades rurais dependem muito mais do ver fazer (entendido aqui como modernização), por algum vizinho pioneiro, em termos de inovação do que do conhecimento apreendido por meio da leitura de um veículo de comunicação impressa.

## **9. BRAGA (USP) A importância de canais interpessoais de comunicação na implantação de projetos de eletrificação rural no Estado de São Paulo**

A pesquisa tem como objetivo estudar a importância de canais interpessoais de comunicação na implantação de projetos de eletrificação rural e mudança de atitude frente às inovações tecnológicas. O autor se propõe a subordinar as abordagens à perspectiva comunicacional. Seu objeto de trabalho são duas cooperativas de eletrificação rural, uma localizada numa “região tradicional” (Tietê) e, outra, numa região mais industrializada (Mogi das Cruzes). A escolha de cooperativas de eletrificação rural para a pesquisa baseou-se no pressuposto de que a eletrificação rural afeta os sistemas de comunicação e padrões sociais de comportamento trazendo não só a mudança de hábitos, mas também a mudança de atitude frente às inovações tecnológicas. Em outras palavras, a eletrificação pode contribuir para um sistema de comunicação mais adequado, cujo papel seria facilitar e abrir caminhos às inovações tecnológicas na agricultura, “tão importante para a elevação da produtividade”. Sustentada por uma substancial contextualização histórica (necessidade da eletrificação rural, relações

jurídicas das Cooperativas de Eletrificação Rural, a eletrificação rural no Estado de São Paulo, Sistema Institucional a Nível Federal, Fundo Estadual de Eletrificação Rural – FEER, relação das Cooperativas de Eletrificação Rural/SP etc.) e por uma descrição minuciosamente elaborada das regiões pesquisadas, o autor parte para o estudo da relação entre comunicação e cooperativismo e dos efeitos da implantação da eletricidade. Levanta as seguintes hipóteses: se a criação de uma cooperativa requer um mínimo de participação e, portanto, de comunicação interpessoal mais intensa entre seus associados, haverá necessariamente mudanças de atitudes e de padrões vicinais de comunicação? Que tipos de motivação fazem com que os agricultores participem de um projeto de eletrificação rural, quando é crença geral que carece ao nosso meio rural a tradição cooperativista? Qual o impacto da eletrificação rural numa área mais urbanizada e/ou industrializada com experiências em nível de aspirações educacionais-profissionais? Como e com que eficiência podem funcionar os canais interpessoais de comunicação entre os agricultores de uma região tradicional e os de uma região industrializada na busca de um objetivo comum? Quais os canais predominantemente utilizados por agricultores da região de Tietê e de Mogi das Cruzes na adoção de novas práticas e quais as mudanças ocorridas com a eletrificação? No decorrer das discussões, o autor utiliza dados de sua pesquisa de campo para enriquecer suas argumentações, faz análises críticas e lúcidas, deixando revelar, às vezes, posicionamentos românticos quanto ao imaculado meio rural diante do ataque capitalista. É uma das primeiras dissertações (1979) a se preocupar com a comunicação interpessoal. Responde às hipóteses e uma de suas conclusões é a de que a comunicação interpessoal e intergrupual pode facilitar a participação mais efetiva entre os grupos de uma região e criar uma maior consciência cooperativista nesses grupos.

## **10. LUYTEN (USP) O papel da comunicação dos holandeses no Paraná; o caso da Colônia de Carambeí**

A pesquisa tem como objetivo analisar a presença do grupo étnico holandês no segundo momento de sua permanência no Brasil, dentro da corrente migratória. O que mais interessa à autora é o processo de comunicação intercultural e os fatores que contribuem para a transformação de determinado grupo fechado numa comunidade mais aberta e consciente de sua participação na vida sócio-cultural e econômica brasileira. Ela se preocupa com a necessidade de estudar as migrações holandesas sob o ponto de vista da Antropologia e da Comunicação. Para justificar a escolha do tema, fala da importância da imigração holandesa para o desenvolvimento histórico do Brasil. No primeiro capítulo, descreve minuciosamente os aspectos histórico-geográficos da formação de um núcleo de pioneiros dentro do contexto emigratório holandês e o imigratório brasileiro. Dá destaque à comunicação interpessoal e grupal através de outra descrição bem elaborada dos “agentes de aculturação” da colônia: escola

brasileira, atividades do sistema cooperativista, religioso e viário que tiveram influências no sentido de favorecer a comunidade interétnica. Enfatiza a exposição aos meios de comunicação coletiva e seus efeitos no reforço ou na modificação dos padrões de comportamento da comunidade estudada. Trabalha com conceitos de assimilação, aculturação e comunicação, faz estudos comparativos entre outros tipos de imigração, estudos preliminares através de visitas e, posteriormente, elabora um questionário aplicado a 1/3 da população de Carambeí. Nas considerações finais, esquematiza as principais questões abordadas no trabalho: do ponto de vista do contingente migratório para o Brasil, o grupo holandês representa minoria, se comparado com outros povos; a Colônia de Carambeí se caracteriza por sua homogeneidade étnica quanto à formação e, somente há poucos anos, o quadro vem se alterando devido aos casamentos interétnicos; a posição econômica do grupo, pela localização geográfica de Carambeí, destaca-se como sui generis no panorama rural brasileiro: classe média alta; a escola representa para o colono uma visão da realidade luso-brasileira e, com poucas exceções, quanto maior o grau de instrução atingido pelos colonos, mais eles se apresentam aculturados; a cooperativa é também um grande fator de aculturação, não só pelos contatos entre a colônia e a sociedade local, mas pela difusão de inovações técnico-agropecuárias, novos hábitos alimentares; a Igreja Evangélica Reformada, apesar de se apresentar como mantenedora da língua e cultura holandesa, oferece certa integração notadamente com elementos das igrejas protestantes brasileiras; os meios de comunicação coletiva têm complementado o processo de assimilação e aculturação, confirmada a grande predisposição para a audiência a esses meios, que além de reforçarem o uso ou aprendizado da língua portuguesa, colocam Carambeí a par do que há de mais sofisticado nos centros urbanos brasileiros; a marcha aculturativa dessa comunidade vem se processando de maneira gradual na absorção da cultura nacional sem a desintegração abrupta da cultura de origem.

## **11. BARBOSA/M (USP) O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia**

O regatão é um tipo de comerciante que se utiliza do barco para fazer o comércio entre as populações interioranas, trocando bens de consumo por pequenos excedentes de produção ou “aviando” os que se dedicam ao extrativismo ou à produção de juta ou malva. Havendo surgido no início da Colônia, possui uma longa história. Em alguns momentos perseguidos pelos poderosos, mas sempre respeitado pelas populações a quem servia e explorava, o regatão sobrevive a todos os choques de interesses, permanecendo vivo e ativo até nossos dias. Os atributos que garantem essa persistência são as relações de comunicação, em nível interpessoal, que mantém com os ribeirinhos que constituem sua clientela e, ao mesmo tempo, uma rede de comunicação como suporte das relações de troca. Em outras palavras, esse fluxo de bens e informações

dá forma a uma relação de comunicação. Nesse contexto, descrito de forma literária e revelado por uma densa pesquisa histórica, o autor levanta suas hipóteses: a) tanto o regatão como outros dominadores acumulam capital da exploração do trabalho das populações ribeirinhas, mas o regatão se diferencia pela forma de atuação que se baseia na conquista de uma freguesia por intermédio de relações de comunicação – contatos diretos periódicos e vínculos permanentes de lealdade e solidariedade; b) a ampliação da rede de comunicação decorre: da habilidade do regatão (simpatia, persuasão e credibilidade), da possibilidade de atender à demanda de bens de consumo, dos laços primários (parentesco e compadrio) e da ampliação do volume de negócios; c) classes dominantes impõem barreiras ao regatão, mas reconhecem sua força comunicativa junto às bases interioranas – dessa se utilizam quando conveniente; d) a relação de comunicação com a freguesia é o fator de barganha do regatão como elemento de comunicação entre o interior e os centros urbanos só será afetada com a passagem de uma economia de troca para uma de mercado (alteração das relações de produção). O autor trabalha com pequeno, médio e grande regatão, utiliza entrevistas (párocos, técnicos da EMATER, políticos e regatões), faz observação participante (viagens em barcos) e elabora histórias de vida. Na tentativa de organizar um modelo explicativo das relações de comunicação entre o regatão e o freguês, o autor faz estudos de grupos de referências, quadro de referência, origem, campo de contato, discute a comunicação interpessoal, a atuação do rádio a serviço do regatão e as alternativas de mudança frente à Transamazônica e os Mercados Flutuantes da COBAL. Através de uma abordagem dialética, o autor chega à compreensão de muitos aspectos da realidade do “comércio de regateio”: o regatão constrói sua historicidade comprimido entre dois espaços que se negam mutuamente – a classe dominada, com quem se relaciona através do diálogo permanente, dissuasivo e persuasivo, e a classe dominante, relacionando por meio da barganha do prestígio que disputa junto à freguesia; a falta de limites nas ambições faz do regatão uma negação de si mesmo: ao ascender socialmente, o regatão confirma as diferenças de classe e renega seu passado, cortando os vínculos com a natureza anterior; os problemas da Amazônia não têm uma especificidade e uma unicidade divergentes dos problemas das outras regiões, dos problemas de todos os brasileiros e de todos os homens dominados. A comunicação, encarada como epifenômeno, é afetada na medida em que não é possível reproduzir, no novo meio (depois da chegada da industrialização, estradas de rodagem, do rádio, da televisão, do telefone, do supermercado, dos adubos, pesticidas etc.), a mesma rede de comunicação interpessoal e os interioranos passam a atravessar o mundo da cultura oral e espontânea para o mundo cultural audio-visual-eletrônico e massificador, cujos novos conteúdos têm um sentido anestesiador, alienante e bloqueador do afloramento do domínio crítico do novo ambiente e relações sociais que nele prevalecem. Bastante desiludido, o autor confirma suas hipóteses e observa indefeso o novo ordenamento e a nova práxis por que passam as classes sociais ante o “mundo devassado” proposto pelo capitalismo.

## **12. DELIBERADOR (USP) O papel da comunicação interpessoal na difusão de tecnologia; o caso dos produtores de soja no Município de Cambé**

Com o objetivo de verificar a diminuição da pulverização na cultura de soja e detectar o papel da comunicação interpessoal na adoção da tecnologia “manejo de praga”, a autora toma como objeto de trabalho 30 produtores de soja (20% do total dos produtores da região) do Município de Cambé, Paraná. Procura testar a relação entre as variáveis independentes (alfabetização, idade, cosmopolitismo, contatos com técnicos agrícolas, participação em associações formais, nível econômico, origem étnica) e a variável dependente: inovabilidade – predisposição do produtor para a aceitação de novas técnicas. Tem como referencial teórico duas linhas de interesse: a comunicação e mudança social (Lerner, Scharmm, Luiz Beltrão) e a comunicação e adoção de inovações (pós-graduação ESALQ, UFV, IEPE/UFRS). Define “produtor rural” como todo aquele que produz, cultiva ou trabalha com produção de soja, não problematizando a existência de classes sociais, sequer de proprietários e não proprietários. Estabelece categorias: pequeno, médio e grande produtor. Ao falar de comunicação de massa descreve, de forma bastante completa, a presença da televisão, do rádio, dos jornais e das revistas no município. Faz o mesmo quando descreve a comunicação interpessoal (extensionistas, cooperativas e líderes de opinião). Nas duas páginas de suas considerações finais, a autora chega à conclusão de que o produtor de soja é um inovador e, por isso, muito mais acessível a novas informações; a comunicação interpessoal desempenha papel relevante na etapa de decisão da adoção de inovações; a participação nas associações formais como é o caso das cooperativas é fator primordial para a adoção de inovações; o papel da extensão também é muito importante, pois possibilita uma adoção muito mais consciente; quanto ao líder, ele desempenha função relevante não só na comunicação interpessoal como também na reivindicação e participação dos elementos nos grupos; está comprovado o acesso dos produtores de soja aos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão – já o índice de leitura de jornais e revistas deixa muito a desejar; uma das reivindicações dos produtores é que deveria existir mais programas nas emissoras de televisão, em nível local e regional, abordando sobre agricultura e pecuária.

## **13. BARROS (UFRJ) Produtividade rural e comunicação**

Contextualiza o autor que, com a finalidade de levar ao setor primário a tecnologia necessária ao seu desenvolvimento, surgiu a informação rural, utilizando metodologia baseada no processo de comunicação. No Estado do Rio de Janeiro, um método – o Concurso Estadual de Produtividade do Arroz – transformou-se em verdadeiro mecanismo de persuasão, a pressionar os agricultores concorrentes a baterem os índices de rendimento da cultura. O autor visa enfatizar os resultados obtidos com a realização de tal concurso, estudar de que maneira a comunicação influenciou tais índices e, uma vez

analisados tais dados, propor um modelo sistêmico para a Comunicação Rural, aplicável a qualquer cultura ou criação em estágio de desenvolvimento. Para tanto, apresenta o histórico, os objetivos, a estratégia e métodos de Extensão Rural, descreve a cultura do arroz no Estado do Rio de Janeiro e o concurso de produtividade. Descalçado de uma fundamentação teórica mais sólida, o trabalho chega a algumas conclusões: a ação de extensão é essencialmente comunicacional e não tanto informativa, havendo dubiedade na conceituação até então utilizada; a Comunicação Rural carece de uma abordagem sistêmica que determine as modalidades de ações comunicacionais, compreendendo a espontaneidade que lhe é peculiar e sem chegar, por tal motivo, ao risco do pragmatismo estéril das ações pré-determinadas. A abordagem sistêmica proposta seria regida por um mensurado programaticismo, oriundo do Sistema de Informação, e pela espontaneidade do Sistema de Comunicação, razão de sua inevitável manifestação; o Sistema de Comunicação Rural deve se processar através de dois sub-sistemas: de comunicação indireta (de massa) e de comunicação direta (ações preconizadas pela metodologia de extensão rural), sub-sistemas que se superpõem e se complementam.

#### **14. FREIRE (UFRJ) Transferência da informação tecnológica para produtores rurais: estudo de caso no RN**

A pesquisa visa mostrar as barreiras existentes na comunicação entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural -EMATER/RN, enquanto agência de informação, e os produtores rurais por ela assistidos, considerados seus usuários finais. Partindo da hipótese de existência dessas barreiras (nos sete níveis: ideológicos, terminológicos, de eficiência, de capacidade de leitura, de consciência e conhecimento da informação, e de responsabilidade) e entendendo Ciência da Informação enquanto ciência que se preocupa com a comunicação e uso do conhecimento científico e tecnológico da sociedade, a autora se preocupa com os problemas existentes no processo de comunicação dos resultados da pesquisa científica e tecnológica, principalmente entre grupos de pesquisadores que são produtores e/ou consumidores de conhecimentos e informação. A pesquisa de campo foi aplicada a um conjunto de técnicos extensionistas da EMATER/RN e produtores rurais assistidos, através da aplicação de questionários e realização de entrevistas, levantando variáveis relativas ao comportamento dos técnicos e produtores rurais como usuários da informação, seus canais e formas de comunicação da informação preferidas, e variáveis relativas ao desempenho das fontes de informação (EMATER/RN e seus técnicos extensionistas) no atendimento aos usuários finais. Os dados obtidos são analisados a partir da perspectiva de Golmann, para a qual existem efetivamente informações cuja compreensão é incompatível com as características fundamentais de determinado grupo social. Nas conclusões, a autora confirma a existência de barreiras à transferência da informação tecnológica nos sete níveis e faz sugestões à EMATER no sentido de melhor adequação de suas ações enquanto agência de informação.

## **15. TEIXEIRA (UMESP) O produtor rural e os meios de comunicação na difusão de inovações: levantamento de realidade em Marilândia, Espírito Santo**

A pesquisa tem como objetivo determinar, através de um estudo in loco e levando em conta as características sociais, culturais e econômicas do meio rural, sob o ponto de vista e interesses reais do pequeno produtor, quais são efetivamente os meios de comunicação – formais e/ou informais – que devem ser utilizados para a difusão de inovações tecnológicas. Objetiva também, de forma mais específica, testar a metodologia para o “levantamento da realidade”, fator que considera determinante dos meios de comunicação mais eficazes para a difusão de inovações agrícolas; verificar a relevância da utilização do “levantamento da realidade” como material básico para o conhecimento do meio rural, tendo em vista a identificação de problemas, o estabelecimento dos programas e prioridades de pesquisa, a geração, a difusão e o comportamento das tecnologias geradas pela instituição de pesquisa. O autor levanta duas hipóteses: o produtor rural não tem acesso às informações ou tecnologias geradas pelas instituições de pesquisa agropecuária; o produtor rural tem um acesso restrito aos m.c.m. e não obtêm, por meio deles, conhecimentos ou informações sobre tecnologias agropecuárias. Com os resultados, pretende elaborar uma planificação de trabalho para a difusão de inovações agrícolas que proporcione à instituição de pesquisa agropecuária um uso mais adequado dos meios disponíveis. Seu estudo considera: o Município de Marilândia/ES, os meios de comunicação formais e/ou informais, as tecnologias (cultivadores de feijão, arroz e adubação), a difusão de inovações agrícolas e o produtor rural. Depois de negada a primeira hipótese, confirmada parcialmente a segunda e de um exaustivo tratamento estatístico, o autor chega à conclusão de que com as evidentes diferenças de acesso aos meios, serviços, informações gerais e conhecimentos ou inovações agropecuárias, os pequenos produtores são aqueles que se encontram mais marginalizados de todo o processo; por essa razão, necessitam ser vistos de forma diferenciada e ser chamados a participar desde a identificação dos problemas a serem pesquisados até à difusão das tecnologias geradas; essa difusão deve se tornar parte de um processo de melhoria das condições de vida desses produtores rurais.



## 2. Nos Meios de Comunicação de Massa (veículos)

Das 27 pesquisas analisadas, quatro têm seu objeto de estudo nos veículos de comunicação de massa. Duas estudam Comunicação Rural na televisão – “Globo Rural”/Rede Globo: OLIVEIRA (UnB) e VASCONCELLOS (UMESP); as outras duas pesquisam o jornal impresso: MULEKA (USP) em bi-semanais de três cidades do interior paulista e TUCUNDUVA NETO (UMESP) no suplemento “Folha Rural”/Londrina.

### **16. OLIVEIRA (UnB) A televisão e a integração do empresariado rural com o complexo agropecuário: o programa “Globo Rural” na região sul do Estado de Minas Gerais – um estudo de caso**

Preocupado com a mensagem, mais especificamente, como os produtores rurais recebem as informações e imagens sobre suas atividades, o autor procura interpretar a comunicação pela qual a sociedade rural sofre ou submete-se a um tipo de integração mediatizada por um programa de televisão centralizado e orientado, cuja função, parece, é atuar muito mais numa perspectiva de formação de mercados do que promover o desenvolvimento rural do país. Em outras palavras, interpretar a comunicação que se estabelece – mediatizada pela televisão – entre o empresariado rural e o mundo que o cerca, o que o autor chama de “complexo agropecuário”. A revisão de literatura é dividida em duas partes: a primeira sobre a penetração do modo de produção capitalista no campo, privilegiando a questão do empresariado rural, sua presença e papel no desenvolvimento rural brasileiro; na segunda, o autor referencia as perspectivas teóricas dos estudos de comunicação com os quais nos defrontamos (abordagem difusionista e abordagem dos estudos críticos), enfatizando a conceituação de indústria cultural e seus papel numa sociedade como a brasileira – abre um outro capítulo para focar, no quadro da indústria cultural, a televisão, sua história e papel no cenário político-econômico do país e, em momento adequado, faz a caracterização sumária do programa “Globo Rural”, numa descrição de uma série de 13 programas. Parte do princípio de que as mensagens transmitidas pela indústria cultural só alcançam sua verdadeira significação quando são recebidas e confrontadas

pelo público, sendo que tal confronto é fortemente influenciado pela situação social, necessidades e interesses deste mesmo público. Amparado por um denso referencial teórico, o autor constitui sua amostra de 66 entrevistados entre empresários/produtores rurais do sul de Minas Gerais e levanta duas hipóteses: 1a) a televisão via programa “Globo Rural” constitui importante elemento de integração do empresariado rural com o complexo agropecuário, em reforço à penetração capitalista no campo; 2a) os empresários rurais por intermédio do programa aumentaram seus contatos com as instituições estatais do complexo agropecuário, no interesse de suas atividades, reforçando a atuação daquelas instituições. Traça a tipologia dos entrevistados separando-os por categorias, o que revela a preocupação, de inadiável importância, com a questão das classes sociais. Descritas as numerosas situações levantadas pelas entrevistas (caracterização dos entrevistados e das unidades agropecuárias, relação dos empresários com suas fontes de informação agropecuária até 1980, opiniões sobre o programa “Globo Rural”), feitas as análises dos dados, o autor vê confirmadas suas hipóteses e chega a algumas conclusões de forma sempre analítica e interpretativa – não são conclusões típicas, são complexas. Tendo como referência o objeto estudado, retoma a discussão sobre a hegemonia da televisão, a consciência crítica do telespectador, a jogada de marketing da TV Globo, o papel não monolítico da indústria cultural e outras questões. Por fim, faz indicações para estudos futuros: conhecer a amplitude, eficácia ou mesmo validade do “serviço” de intermediação desse programa de televisão (serviço de fornecimento de endereços de instituições); sugere o engajamento do pesquisador no dia-a-dia dos empresários rurais para que a pesquisa desvende, em profundidade, o caráter real da recepção do programa – uma vez que o autor reconhece os limites da verbalização imediata das entrevistas; lembra a necessidade de um estudo analítico sobre a validade e pertinência, num país de dimensões continentais como o nosso, de um programa em nível nacional – a regionalização do “Globo Rural” não seria mais adequada?; atenta para a combinação televisão/revista (“Globo Rural”) como uma nova eficácia da indústria cultural.

### **17. VASCONCELLOS (UMESP) Lavoura eletrônica – análise do processo de difusão para o campo: o caso “Globo Rural”**

O principal objetivo do autor é analisar um programa de televisão voltado para o meio rural, procurando identificar suas estruturas e conteúdos. Para orientar o trabalho, levanta quatro perguntas: estão os programas rurais de TV, de forma acrítica, servindo de meio para a transferência de tecnologias desvinculadas da realidade cultural e sócio-econômica dos agricultores? Criam um processo de comunicação entre os técnicos e os produtores (comunicação rural) ou se prestam apenas – e de forma vertical – a informar a realidade? Estão esses programas servindo à classe dominante e, conseqüentemente, aos interesses político-

ideológicos de controle da população rural, por meio do incentivo ao consumismo e ao entretenimento? As mensagens veiculadas procuram parcializar a realidade, contribuindo para a mitificação da ciência e da neutralidade jornalística? Seu objeto de trabalho é o programa “Globo Rural”/Rede Globo, o primeiro a ser veiculado em nível de rede nacional. Desenvolvendo a dissertação numa clara estrutura de capítulos e apoiado em cuidadosa contextualização histórica, o autor faz uma criteriosa revisão de literatura sobre a utilização dos meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, na difusão de inovações, caracteriza sua linguagem, penetração, relacionamento com o homem do campo, o crescimento das propagandas de insumos agropecuários etc. Elabora também a reconstituição histórica do programa Globo Rural e faz a análise de seu conteúdo. Trabalha com seis hipóteses: 1a) o Globo Rural geralmente oculta a realidade e desvia os produtores de seus reais problemas e necessidades; 2a) o “discurso competente” dos técnicos e pesquisadores ocupa a maior parte dos programas; 3a) o aumento da produtividade dos produtos de exportação é a tônica das matérias técnicas apresentadas; 4a) o Globo Rural prega a modernização e não o desenvolvimento rural; 5a) o programa assume uma postura de “neutralidade” por aquilo que veicula; 6a) as matérias técnicas formam, no Globo Rural, uma grade de fait-divers aplicada ao meio rural. Faz a análise de conteúdo (expresso e oculto) de todas as notas, reportagens, propagandas (dentro do programa), entrevistas, grandes reportagens, da ação de cartas e seção de mercado (cinco programas entre outubro e novembro de 1985). Para tanto, verifica o tratamento dado aos assuntos: reforma agrária, condições climáticas, diversos, ecologia e resultados de pesquisa agropecuária. No capítulo das conclusões, o autor revela a confirmação (1, 2, 5 e 6) ou não (3 e 4) das hipóteses.

### **18. MULEKA (USP) A função do jornal rural no Brasil: a quantidade das mensagens e o seu significado em relação ao desenvolvimento social**

O autor classifica seus objetivos. Objetivo oculto: comprovar a hipótese (de Elie Abel) de que os países do Terceiro Mundo não dão ao seu povo notícias úteis e saber em que medida os periódicos rurais fornecem notícias correspondendo às necessidades dos homens do campo; objetivo atual: determinar quantidade total e relativa de notícias relacionadas ao desenvolvimento social e publicadas nos jornais estudados, saber qual o conteúdo principal de desenvolvimento social (definido como melhoria das condições totais do povo, no sentido de bem-estar; série de medidas políticas do ponto de vista de “distribuição dos recursos produtivos da coletividade”) e verificar se o que se publicou em cada jornal é relevante em termos de quantidade; objetivo futuro: comparar conteúdos entre países africanos e alguns da América Latina para demonstrar a inutilidade da imprensa no Terceiro Mundo e propor um

modelo de uso dos m.c.m. para o desenvolvimento social dos países da periferia internacional. Tem como hipóteses: 1) a quantidade de notícias relacionadas com desenvolvimento social é maior que as outras notícias, 2) a quantidade de publicidade é menor do que a quantidade de notícias relacionadas com o desenvolvimento social. Por opção, a abordagem se limita ao aspecto unicamente descritivo-quantitativo, ou seja, o aspecto qualitativo não interessa a este estudo. Pretende que a descrição apareça no levantamento e na classificação estatística dos dados e o aspecto explicativo nas categorias de notícias relacionadas com desenvolvimento social em comparação com outras categorias (políticas e não-políticas, onde se incluem as de desenvolvimento social). Quanto ao método, utiliza a análise de conteúdo, entendida como técnica de investigação que descreve de forma objetiva, sistemática e quantitativa o conteúdo expresso de comunicação. Não usa testes de hipóteses e opta por trabalhar com denotação e não com conotação. Analisa durante 2 meses (maio de 1970 e outubro de 1974) os jornais de Descalvado, Itapetininga e Santa Bárbara d'Oeste (Estado de São Paulo). Define jornal rural não em relação à sua função, mas em relação ao meio físico. Declara assumir a “maneira simplista de dizer que o mundo rural é o contrário do urbano”. Não há contextualização histórica, não há abordagens sociológicas fundamentadas, nem identificações antropológicas e psicológicas do objeto de estudo. Despidas de reflexões críticas, as conclusões são específicas da quantificação de que se compõe a pesquisa, é a leitura dos quadros e tabelas, de onde conclui o autor que, em relação ao “desenvolvimento social”, a função dos jornais rurais não é nem a função formativa, nem uma função de integração social. Como todo meio massivo, sua função é persuasiva.

### **19. TUCUNDUVA (UMESP) O jornalismo agrícola no Município de Londrina: o caso do suplemento “Folha Rural”**

Com o objetivo de avaliar a penetração de um veículo específico de difusão de informações agrícolas – o suplemento rural, o autor toma como objeto de trabalho a “Folha Rural”, suplemento agrícola do diário “Folha de Londrina”. Motivado pelo ineditismo do estudo de suplemento rural e partindo do pressuposto de que todos suplementos agrícolas são produzidos dentro da linha do modelo difusionista de novas tecnologias, pretende: determinar a importância do suplemento rural, no que se refere ao seu potencial nos termos dos aspectos políticos, econômicos e sociais, no sentido de fornecer aos profissionais e estudiosos da Comunicação Rural elementos capazes de prever uma possível reestruturação no encaminhamento teórico e prático do jornalismo agrícola, principalmente aquele feito através do suplemento. Mais especificamente, se propõe a traçar o perfil do “Folha Rural”, considerando sua evolução histórica e gráfico-editorial, e avaliar o grau de importância do suplemento rural enquanto meio de comunicação dirigida. Faz a análise de 96

edições do suplemento, uma pesquisa de opinião, através de questionários, junto a 4.400 assinantes (respondidos somente 346, 8% da amostra), faz entrevistas com 19 pessoas entre editores-responsáveis, representantes do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina, das cooperativas, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, ACARPA/EMATER, Movimento dos Agricultores Sem-Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação de Proteção e Melhoria Ambiente, agências de publicidade e propaganda e ainda com três jornalistas, um médio pecuarista, um pequeno agricultor e anunciantes. Por meio de uma incansável investigação, o autor elabora excelente recuperação histórica da imprensa em Londrina, da “Folha de Londrina” e de seu suplemento “Folha Rural”, do qual traça nítido perfil histórico e temático. As conclusões a que chega não absorvem a riqueza dos materiais coletados, mas deixa três observações importantes: a) enquanto veículo de comunicação especializada e dirigida, além de englobar os assuntos técnicos específicos do setor agrário, o suplemento deve trabalhar no sentido de complementar o noticiário rural mais geral; b) para isso, deve conter informações objetivas e práticas que possam contribuir não só para o entendimento e soluções dos problemas rurais em suas implicações tecnológicas, mas também para a organização em termos de produção e mercado; c) por último, a fim de se caracterizar como veículo completo, deve realizar análises mais aprofundadas acerca dos principais fatos ocorridos no meio rural sob os aspectos político, econômico e social – o suplemento “Folha Rural” só atende às práticas a e b.

### 3.No Discurso/Linguagem (interpessoal e m.c.m)

Três das 27 Dissertações/teses estão preocupadas com a comunicação enquanto discurso, enquanto linguagem e expressão de ideologias. Duas trabalham com o discurso impresso nos m.c.m.: MANCUSO (UnB) e CARNEIRO (UMESP), e a terceira com o discurso falado numa comunidade rural: FERNANDES/D (USP).

#### **20. MANCUSO (UnB) O discurso da reforma agrária**

Instrumentalizado de um seletivo e substancial referencial teórico (Poulantzas, Orlandi, Verón, Marcondes Filho, Chauí, Bourdieu e Bakhtin: a palavra como símbolo ideológico) e de um texto dinâmico e criativo, o autor lança-se a analisar os aspectos da cobertura jornalística sobre a reforma agrária, com o objetivo de mostrar as formas com que o discurso sobre ela substituiu e iludiu a realização desse programa de governo dos anos 50 até final dos anos 80, a partir da possibilidade que se abriu entre as primeiras Intenções da Nova República (porém anterior ao confronto de interesses nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte). Considera três hipóteses: 1a) a possibilidade de reforma agrária trouxe, como reação da grande imprensa, a prática de um discurso que amplia as áreas de conflito, na perspectiva de manter a reforma agrária paralisada por falta de consenso; 2a) a tutela semântica se localiza no esforço dito neutro do noticiário da grande imprensa, que privilegia, com seus aparelhos de produção simbólica, as Instituições e atores sociais contrários à reforma agrária, explicitamente ou por meio de configurações ideológicas em seu discurso; 3a) o ideológico invalida, portanto, o sistema de referência ético-formal da clássica divisão entre o espaço de opinião dos jornais e o noticiário de informação. Para contar a história da reforma agrária – o discurso pelo discurso –, o autor busca sustentação em outro referencial teórico (Dé Carli, Forman, Chacon, Darcy Ribeiro, Souza Martins, Gomes da Silva, Fernando A. Azevedo) e utiliza-se do material coletado na imprensa diária (O Globo, O Estado de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, Revista Veja, Revista Visão, Jornal da Tarde), que é seu objeto de trabalho, para registrar a história dos impasses. Abre capítulos para falar do “camponês: sujeito ausente”, da atuação da

igreja, da “imprensa: a voz do dono” e da “pílula dourada” da UDR. Chega às seguintes conclusões: a reforma agrária jamais passou de um discurso, não pragmático, que o próprio Estado exerceu à exaustão; trata-se de uma reforma agrária congelada nas leis e nas intenções: uma dimensão simbólica do programa, a ser negociada para não ser cumprida, mas que ocupa e preenche um vazio político. Assim como existe a organização formal dos trabalhadores rurais, sem voz para reivindicar a reforma, existe o caminho burocrático (INCRA, MIRAD, etc.) para se encaminhar a questão, sem resolvê-la; a ideologia do desenvolvimento colabora para a perpetuação do status quo rural ao provocar a dicotomia em relação ao setor urbano. Os meios de comunicação de massa, enquanto veículos direcionados para a concentração de consumo e para os valores urbanos, espalham a ideologia da modernização/tecnologia. Neles não há espaço para as questões rurais a não ser as catástrofes: secas, enchentes e quebras de safra. A violência no campo perde seu caráter social para ser tratada como questão policial no noticiário. A postura da grande imprensa escrita contrária à reforma agrária extrapola os limites do espaço consagrado à opinião (os editoriais) e instala-se no noticiário, de forma orgânica, por meio de configurações nitidamente ideológicas. Teoricamente neutro, o espaço de informação dos meios adquire uma função de legitimação sobre o fato. A análise das condições de produção de determinadas matérias jornalísticas, ideologicamente comprometidas, revela várias outras manobras discursivas: exclusões, apagamentos, inversões semânticas e históricas, recursos de ênfase etc. – em detrimento de qualidade de imparcialidade da informação.

## **21. CARNEIRO (UMESP) As forças de pressão e o Plano Nacional de Reforma Agrária**

Objetivo: analisar as forças de pressão atuando por meio de e em cumplicidade com a imprensa escrita, e sua influência nas modificações ocorridas no conteúdo da Proposta para Elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, desde a sua veiculação pelos órgãos da imprensa até a assinatura do decreto número 91.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu o Programa. Divide em quatro grupos essas forças de pressão: 1) os favoráveis ao movimento da reforma agrária que consideravam o surgimento tardio da Proposta e reivindicavam a necessidade de que o documento se transformasse em lei rapidamente; 2) os também favoráveis ao movimento de reforma, mas que consideravam a Proposta bastante “tímida”, sugerindo que o governo adotasse uma atitude mais agressiva sobre a questão; 3) os anti-reformistas declarados, que consideravam uma imprudência do governo apresentar a Proposta e 4) o grupo dos anti-reformistas velados, que não se colocavam abertamente contra a reforma agrária, mas levantavam uma série de argumentos contra a Proposta, sugerindo medidas protelatórias. Conduz o trabalho na tentativa de responder algumas questões: qual

o peso real das forças de pressão agindo através da imprensa escrita nos rumos tomados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária? De que modo essa imprensa favoreceu ou prejudicou as correntes pró e anti-reformistas no debate do PNRA? A imprensa escrita serviu como instrumento de poder nas mãos das diferentes correntes de forças para que essas firmassem suas posições? Quais foram os atores mais atuantes no cenário ou debate nacional? Toma como referencial teórico os estudos sobre a ideologia da comunicação de massa e como instrumental a análise de conteúdo. A autora busca sustentação numa citação de Althusser: “os aparelhos ideológicos do Estado podem ser não só o alvo, mas também o local de luta de classes e, por vezes, de formas renhidas de luta de classes”. Uma vez que são o lugar do conflito, os meios de comunicação estão impregnados de ideologias e servem de instrumento às classes dominantes na garantia de sua hegemonia. Na medida em que destacam determinados fatos e resume e omite outros, os m.c.m. influenciam os próprios acontecimentos em marcha. Munida de concisa revisão dos antecedentes históricos e de um texto claro e objetivo, a autora expõe os procedimentos metodológicos da pesquisa (análise dos artigos dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Correio Brasiliense, no período de 27 de maio a 12 de outubro de 1985); os personagens são separados em quatro categorias: Governo, Empresários e Organizações Patronais, Organizações de Trabalhadores e Igreja) e elabora eficiente estrutura de capítulos, sendo que no último faz a análise da imprensa, qual a posição explícita assumida por cada um dos cinco jornais pesquisados. Algumas conclusões: a imprensa escrita deu grande importância à questão da reforma agrária, tendo em vista o volume representativo das matérias publicadas sobre o tema; muito mais que um instrumento a serviço de determinados grupos, a imprensa se constituiu, ela própria, numa força paralela a partir do momento em que, por mais neutra ou apolítica que queira se colocar no processo de discussão de um grande problema nacional, como foi o PNRA, ela não permaneceu inseparável dos interesses expressos pelas classes sociais quando endossou e reproduziu esses posicionamentos; a imprensa valorizou em demasia a forma de condução da questão agrária pelo governo e se ausentou, de certa forma, trazer a público a problemática dos benefícios da reforma; poucas vezes a grande imprensa tratou do modo de vida e da luta dos trabalhadores; o grupo hegemônico se impõe através dos meios de comunicação porque há um relacionamento de cumplicidade entre esses e aquele, razão pela qual a categoria dos empresários e organizações patronais ocuparam um espaço jornalístico mais significativo que o concedido aos trabalhadores, cuja realidade os responsáveis pela informação omitiram premeditadamente.



## **22. FERNANDES/D (USP) A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera.**

A preocupação básica da autora é a tentativa de desvendar os meandros que cercam o trabalhador rural na luta pela terra e pela sua permanência nela. Saber como chegam até esses trabalhadores e, sobretudo, como repercutem as resoluções, os decretos, as leis, os comunicados oficiais, as propagandas governamentais que os situam perante o mundo “lá fora”. Para chegar a isso, analisa a questão da terra na Fazenda Primavera a partir dos embates cotidianos que seus moradores enfrentaram ao longo dos anos. Busca desvendar os mecanismos pelos quais a linguagem de um mundo (INCRA, Sindicato, Igreja, bancos, latifundiários) é interpretada por outro mundo (homem do campo/trabalhador) e conhecer como se dá o confronto entre os sujeitos desses dois grupos sociais. A autora analisa a questão agrária sob a ótica dos lavradores, colhendo informações através de depoimentos pessoais, aos quais garante a liberdade máxima possível de expressão. Por meio do discurso dos lavradores percebe os contornos da luta, os obstáculos que se interpõem na caminhada, seja através das instituições, seja na perspectiva mais ampla do sistema que gerou este confronto. Discutindo em destaque a atuação da Igreja e do Estado na questão da terra na Fazenda Primavera chega, depois de mostrar a beleza e força das palavras dos lavradores, a algumas conclusões: a Igreja abriu perspectivas de uma atuação muito acima do assistencialismo humanista e da denúncia bem-intencionada; o Estado reafirma sua posição de negação da reforma agrária como instrumento de política econômica e social; a grande imprensa não noticia e nem divulgará em manchete o apelo que os lavradores fazem ao INCRA, ao Banco do Brasil, ao Presidente da República; frente a expansão capitalista no campo, a luta pela terra se amplia e generaliza.

## 4. Em discussões teóricas e metodológicas

Entre as 27 dissertações/teses, cinco dedicam-se ao estudo dos problemas teóricos e metodológicos da Comunicação Rural, revendo conceitos e pesquisas, atentas em questionar qual a contribuição das pesquisas nessa área. Em 1979, tivemos três: FRANÇA (UnB), NUNNES (UnB), e MAZZI (UFRJ); em 1986: MONTE (UMESP) e BARBOSA/D (USP).

### **23. FRANÇA (UnB) Comunicação e incomunicação no desenvolvimento de pequenos agricultores**

Objetivos: conceituar comunicação e incomunicação a partir da revisão crítica de estudos e conceitos, identificar componentes de poder da incomunicação a partir do poder da sociedade (ideologia e superestrutura), caracterizar a estrutura e modelo de desenvolvimento aplicado ao meio rural, relacionados com o conceito de incomunicação, caracterizar elementos do processo educativo (psico-pedagógico) e sua identificação com o processo de comunicação e incomunicação. No exercício de sua atenta consciência crítica, a autora expõe de forma segura e objetiva a metodologia utilizada (estudo de caso: “Programa de Colonização desenvolvido pela Fundação Rural Mineira/Ruralminas em João Pinheiro”); apesar dessa dissertação ter trabalhado com uma comunidade, ela foi o reforço para seu objeto de estudo “locado” fundamentalmente na discussão do conceito comunicação/incomunicação e, com certeza, a pesquisa faz uma das melhores conjugações objeto de estudo/objeto de trabalho), expõe também as técnicas (entrevistas, observação sistemática e informal e análise de material – documentos, cartazes, etc). Tem como hipóteses norteadoras: 1a) o Núcleo de Colonização, inscrevendo-se numa linha comum a outros programas de desenvolvimento rural, caracteriza-se pela verticalidade da relação técnico-colono, pelo fluxo unilateral de mensagens, pela persuasão e imposição de ideias (numa situação de incomunicação); 2a) a incomunicação se daria paralelamente a uma situação de não participação em níveis decisórios, isto é, incomunicação e não participação se relacionariam diretamente, ambas um reflexo do modelo de desenvolvimento e grau de abertura do sistema; 3a) a distribuição desigual do conhecimento e supremacia

do conhecimento técnico-científico (numa suposta divisão entre os que sabem e os que não sabem), assim como a imagem de uma sociedade hierarquizada e dividida em diferentes papéis e posições teriam sido aceitas e interiorizadas tanto pelo técnico como pelo colono. Tal concepção do mundo e da própria posição estaria justificando a intervenção dos técnicos e legitimando a incomunicação e não participação. A pesquisa, fruto de uma preocupação básica com a comunicação e a incomunicação e de um interesse quase afetivo pela situação e perspectivas do homem rural brasileiro, é a tentativa de rever e conceituar comunicação, não como fenômeno abstrato e intemporal, mas como evento social historicamente determinado, cujas consequências se inscrevem no próprio plano da socialização e desenvolvimento do homem. Dentre muitas análises finais, chega a algumas conclusões: a supremacia do conhecimento técnico e sua distribuição desigual na sociedade vem legitimar a substituição de um processo democrático de formação da vontade pelas decisões administrativas de uma elite tecnicamente competente – o homem rural é objeto e não sujeito da mudança; há um domínio absoluto do fluxo unilateral das mensagens, caracterizando uma relação de informação e de não comunicação ou também uma relação de persuasão; é direta a ligação entre comunicação e sistema de poder (participação ativa), pois o sistema de poder é a maneira como as forças sociais se organizam e se compõem para representar, é através da fala e do discurso que os indivíduos e os grupos se fazem ouvir, se defendem; o modelo de desenvolvimento imposto ao homem rural não sugere sua participação ativa e autônoma, mas sua participação dentro da lógica estrutural vigente na sociedade; as formas de pensar e reagir de um determinado grupo social não são inatas, mas produto de sua situação histórica, assim os colonos, submetidos em toda sua história de vida a relações de dominação e dependência, condicionam-se a se colocar e reagir como dominados e dependentes; há um quadro de incomunicação e não participação porque há um desequilíbrio numa relação de poder, relações de dominação/subordinação.

## **24. NUNES (UnB) Discussões sobre difusão e adoção de inovações na agricultura**

Pressupondo não haver uma adequação entre o corpus teórico das pesquisas sobre difusão e adoção de inovações e a realidade rural brasileira, o autor se propõe a repensar a contribuição que essa produção científica deixou, considerando as vias de modernização ou as vias de compreensão das estruturas econômicas, sociais e políticas dominantes. Objetiva discutir a contribuição teórica à compreensão do fenômeno da comunicação, “considerando que esta categoria está relacionada com o conteúdo total de cada texto e com a percepção da sociedade como um todo”. Duas hipóteses balizam a trajetória do trabalho: 1) os estudos sobre difusão e adoção de inovações na agricultura brasileira não revelam maiores cuidados na discussão do contexto de realidade com

o qual se relacionam, permitindo sugerir que se restringem à descrição de alguns de seus aspectos; 2) esses estudos também não explicitam o referencial teórico em que se apoiaram, permitindo sugerir que se restringem à utilização de modelos. O autor analisa 26 dissertações de mestrado, selecionadas entre as produções da Universidade Federal de Viçosa (18 trabalhos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (cinco trabalhos) e Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura de Piracicaba (três trabalhos) – produções no período de 1964 a 1974. Para fazer a leitura dos textos, o autor obedece a critérios analíticos: a) análise das características gerais – pela caracterização dos autores dos textos considerando o distanciamento da realidade, institucionalização e local de produção e pela caracterização epistemológica que os autores fazem de sua produção, considerando teoria e modelo, teoria e conjuntura; b) análise de categorias teóricas específicas: desenvolvimento, mudança e comunicação. Instrumentalizado por um abrangente quadro teórico referencial, o autor parte para análises cuidadosas e metodologicamente elaboradas, chegando a complexas e importantes conclusões que certamente perdem seus adjetivos quando tentamos resumi-las: a burocratização da produção a nível de pós-graduação reproduz nos textos o comportamento no próprio ato de investigação; parece que os autores, ao se manterem em um plano descritivo e breve de análise da realidade sobre a qual trabalharam e mesmo da bibliografia que consultaram, entendem a investigação como uma rotina a ser cumprida; a pobreza da interação entre o sujeito e a realidade, expressa no texto, corresponde frequentemente a um compromisso com a instituição, ao qual se agrega um outro com o exercício do método utilizado e a coação exercitada pelo método acaba por manter subordinado o próprio autor do texto; os trabalhos estudados não chegam a analisar a própria origem do significado dos fatos, estes são julgados por si e não no contexto onde foram desenvolvidos.

## **25. MAZZI (UFRJ) Comunicação e desenvolvimento rural: da prática da persuasão à alternativa do diálogo**

Questionando conceitos e reafirmando a inadequação de alguns mitos, como o desenvolvimento econômico, e de dualismos, como o rural e o urbano, a autora tenta caracterizar dois modelos de comunicação que se situam em pólos extremos de acordo com o conceito de desenvolvimento adotado: quando, por desenvolvimento, se entende industrialização e a adoção de hábitos de consumo gerados nas metrópoles, a tarefa que se atribui à comunicação é, essencialmente, a de transferir técnicas, conhecimentos e hábitos que estimulem o consumo e aumentem a produtividade; quando a análise mistificadora do pretense subdesenvolvimento é substituída por uma análise realista que não isola a situação dos países ou zonas menos desenvolvidas, mas que os insere na cadeia dos elos de dependência e exploração, a comunicação passa a ser encarada como um processo de interação social baseado no uso de sistemas simbólicos, através

do qual os seres humanos intercambiam, num plano de diálogo, experiências afetivas e cognitivas. Não está explícita no texto a estrutura metodológica da pesquisa: não encontramos os objetivos da autora, nem suas hipóteses/interrogações, nem mesmo declaradas suas conclusões. Depois de lida, podemos detectar a intenção da autora em caracterizar os dois modelos de comunicação (persuasivo e dialógico), mas de certa forma podemos afirmar que os capítulos são todos uma revisão de literatura, substancial e bem redigida. Tecendo discussões complexas e fazendo análises profundas e fundamentadas, a autora começa por abordar o binômio comunicação-desenvolvimento, o paradigma dominante e a alternativa emergente, e a dicotomia urbano/rural. Descreve a escola, os m.c.m. e a extensão rural no modelo de transferência e persuasão, e fundamenta a estratégia de comunicação participatória repensando a educação como recurso-chave, a democratização da informação e a capacitação técnica e transferência de tecnologia. No último capítulo, “Da persuasão ao diálogo”, chegamos junto com a autora a algumas conclusões: a comunicação persuasória pode revelar-se eficaz na medida em que atinge determinados objetivos, eficiente na medida em que o faz com o mínimo de dispêndio de recursos, tempo e energia, mas não terá validade social e humana, pois seus objetivos não satisfarão as reais necessidades da população visada, não contará com apoio e participação; o modelo dialógico de comunicação rejeita a mera transferência e privilegia a participação no processo de inovação ou mudança, buscando assegurar o desenvolvimento dos receptores como seres humanos e não meramente suas habilidades de produção; a transmissão é aliada à estimulação da habilidade de pensar, julgar, criticar e tomar decisões, a uma escolha deliberada de meios e fins.

## **26. MONTE (UMESP) Comunicação e desenvolvimento – difusão de inovações: barreiras à comunicação no processo de transferência de tecnologia agrícola no âmbito da pesquisa, extensão e da produção no contexto agrícola brasileiro**

Objetivos: identificar algumas barreiras à comunicação no processo de transferência de tecnologia agrícola no âmbito da pesquisa, da extensão e da produção rural; questionar o modelo de comunicação utilizado pela difusão de inovações (comunicação de novas ideias) no processo de transferência de tecnologia no meio rural brasileiro. É um estudo teórico baseado na revisão de literatura que analisa o modelo de comunicação vinculado ao conceito exógeno de desenvolvimento, em que o autor caracteriza cuidadosamente o contexto rural e faz a proposta de uma comunicação horizontal como alternativa para o modelo vertical da difusão. Abordando, com devida atenção, questões fundamentais nos estudos de Comunicação Rural (modernização, subdesenvolvimento x desenvolvimento, conceito de dependência, a transnacionalidade, nova divisão internacional do trabalho, nova ordem econômica internacional e,

obviamente, a evolução da agricultura brasileira, pesquisa e extensão rural), o autor elabora discussões nas quais repassa, de forma objetiva, as teorias de Lerner, Rostow, Robers, Schramm e, de outro grupo, Bordenave, Bosco Pinto, Béltran, Paulo Freire e Quesada. Levado por um movimento de repetição, o texto revela incoerências entre o fato de alguns teóricos terem sido criticados e contestados e depois, na argumentação dos capítulos finais, as suas teorias serem utilizadas para fundamentar tal argumentação. Apesar do autor não conseguir fugir à utilização histórica da comunicação como instrumento de transferência de tecnologia, o que faz com que insista na situação dada de “necessidade de adotar novas técnicas”, ele alcança, contraditoriamente, ricos momentos de lucidez crítica. Após enumerar as barreiras, a) da pesquisa em relação à extensão, b) da pesquisa em relação à produção, c) da extensão em relação à pesquisa, d) da extensão em relação à produção, e) da produção em relação à pesquisa e f) da produção em relação à extensão, o autor conclui que, por trás desses obstáculos, encontra-se um obstáculo maior: uma política agrícola voltada para o mercado exportador, um modelo de desenvolvimento baseado na modernização, desinteressado das reformas estruturais; a vinculação da pesquisa e extensão a políticas e metas do governo, assim como a manutenção de uma estrutura agrária inadequada comprometem a eficácia do trabalho do pesquisador e extensionista, gerando dentro dessas instituições uma série de barreiras à difusão de novas idéias; o próprio modelo de comunicação da difusão de inovação e a própria definição de extensão constituem-se em barreiras ao desenvolvimento rural via transferência de tecnologia.

## **27. BARBOSA/D (USP) A questão agrária e a comunicação rural no Brasil**

Três são os objetivos do autor: resgatar e incorporar um conhecimento sobre o mundo rural brasileiro que não foi levado em conta pelos estudos feitos em Comunicação Rural; substituir a visão puramente empírica pela visão dialética das relações de comunicação e avaliar a produção científica em Comunicação Rural que tem sustentado as práticas intervencionistas no meio rural. Para alcançá-los, propõe-se a analisar a produção científica em Comunicação Rural nos principais centros de formação de cientistas sociais na década de 60 e 70 (UnB, USP e UFRV) e refletir sobre a validade desse conhecimento aplicado à realidade objetiva do mundo rural, identificando as linhas de pesquisa e o referencial teórico em que se apoiam. Tem como hipóteses: o caráter pragmático que marca as linhas de pesquisas em Comunicação Rural ratifica a mudança tecnológica e comportamental como pressupostos básicos de mudança social dirigida ao meio rural; esse pragmatismo procura encobrir as vinculações da Comunicação Rural com a ideologia desenvolvimentista que marca a vida política, econômica e social do país nas décadas de 60 e 70; a recusa em analisar o mundo rural como parte de um todo social com implicações de ordem estrutural dá aos trabalhos de Comunicação Rural um cunho conjuntural, dificultando a contribuição para a formação de uma teoria aplicável

ao conhecimento da complexidade das relações sociais e da comunicação no meio rural brasileiro. Trabalhando com a Sociologia Crítica e discutindo a desestabilização das bases tradicionais de produção na agricultura, a natureza do latifúndio e do campesinato no Brasil, a modernização e os impasses da Sociologia Rural, a Comunicação Rural como mercadoria e a reprodução do saber competente, o autor chega, após profundas discussões sobre o que muitos chamam de “Comunicação Rural”, à conclusão de que ao tomar a dualidade “tradicional/moderno” como ponto de partida inquestionável, a Comunicação Rural só pode ser contextualizada no momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas, sob a ótica do modo de produção capitalista em expansão; de que a Comunicação Rural não se afasta de uma tendência geral explicativa com a qual trabalham os teóricos burgueses pois sendo fiel, historicamente, à matriz de pensamento estrutural-funcionalista, empiricista por excelência, fixa-se nos aspectos exteriores da realidade social, passíveis de manipulações estatísticas, portanto, de falsificações grosseiras. Conclui ainda que as condições que proporcionaram o surgimento, tanto das pesquisas quanto práticas de Comunicação Rural, só se tornaram evidentes e possíveis na etapa atual do desenvolvimento do modo de produção capitalista a nível internacional; que a Comunicação Social e, por extensão, a Comunicação Rural, uma vez comprometidas com o projeto do Estado de expansão capitalista, deram interpretações enviesadas da realidade social, encobertas sob o manto da ideologia patriótico-desenvolvimentista, tenham ou não os intelectuais envolvidos a plena consciência de que serviram de instrumentos.

# Capítulo 4

## Principais problemas epistemológicos, metodológicos e teóricos

Depois da leitura dos resumos das pesquisas, já podemos passar à análise. Antes porém, fundamental lembrarmos da abordagem feita sobre a unidade e interpenetração dessas três instâncias. Não podemos incorrer no erro de, ao separá-las para efeito de análise descritiva, acreditarmos que efetivamente é possível desfazer suas interseções. Cada atitude ou passo do investigador se configura no conjunto das opções epistemológicas, metodológicas e teóricas. O procedimento em procurar entendê-las separadamente não foge, juntamente com Lopes (2003, p. 101), a uma noção ampla e não-tecnista de método, este aparece como uma série de opções, seleções e eliminações que incidem sobre todas as operações metodológicas no interior da pesquisa, na formulação das hipóteses, na teorização de conceitos e, de maneira menos transparente, na construção mesma dos dados. Como detalhamos na introdução, falaremos de três momentos: o das opções, o da atualização e o da teorização.



# 1. Momento das opções: Estrutura

Como já dissemos, opção aqui é entendida como as “seleções que são feitas dentro do conjunto das possibilidades teóricas, metodológicas e técnicas que constituem o ‘reservatório disponível’ de uma ciência num dado momento de seu desenvolvimento num determinado ambiente social” (LOPES, 2003, p. 91). Vamos começar pela escolha do referencial teórico. Para Lopes, desde sua formulação “o problema de pesquisa é automaticamente inserido em determinada orientação teórica que lhe provê o quadro de conceitos disponíveis e assim organiza o objeto teórico da pesquisa” (LOPES, 2003, p. 139). Em função do fenômeno de comunicação que se quer investigar, o pesquisador opta por teorias que fundamentam sua problemática e, assim, “o quadro teórico de referência acaba delimitando teoricamente o problema de pesquisa e os alvos de toda investigação” (LOPES, 1988, p. 137).

Através do referencial teórico buscamos adequar paradigmas teóricos ao objeto empírico de nossa investigação, encontrar autores que acordam com nossa maneira de ver o objeto, situar o problema em relação à produção científica existente sobre a mesma problemática e tratar de “descrever o que se chama ‘estado de conhecimento’ do problema” (LOPES, 2003, p. 139). O papel das teorias é armar o investigador de nexos explicativos dos fatos conhecidos para que ele possa observar fatos novos (O’Neil apud LOPES, 2003, p. 125) e alcançar o fim de todo procedimento científico que é a apreensão do real.

Nas pesquisas que analisamos, encontramos muitas limitações impostas pela adoção do referencial funcionalista que, como já dissemos, revela-se no trabalho com teóricos do difusionismo. Alguns autores partem do dado positivo de que a difusão de tecnologia é, por si mesma, necessária, imprescindível para o “progresso” e a não-adoção das inovações tecnológicas, por parte do camponês, revela sua incapacidade de entendimento da informação transmitida, justificada pela “falta de conhecimento” e por suas barreiras psicológicas.

Mesmo criticando os modelos empregados pelas agências que atuam na transferência de tecnologia, a argumentação é sustentada pela abordagem das diferenças individuais e dos mecanismos de percepção. O que chamam de “fatores

situacionais”, variáveis ligadas à aprendizagem e à participação, não tem nenhum caráter sócio-político-econômico, isto é, passam à margem da perspectiva histórica e suas análises não são contextualizadas na realidade rural brasileira, realidade de latifúndios, de violência, de modernização e miséria, de um país da periferia capitalista. Tomam como princípio o “atraso” dos agricultores e a virtude natural dos grandes inovadores; suas reflexões não ultrapassam os limites da visão dualista: desenvolvidos/atrasados, modernos/tradicionais. A atenção é voltada para a função da comunicação e para a carência de uma abordagem sistêmica das ações comunicacionais.

A maior parte das dissertações nessa linha toma por objeto de trabalho as comunidades rurais em sua comunicação interpessoal: Rodrigues (UnB), Souza (UnB), Gonzalez Mora (UnB), Borin (USP), Deliberador (USP), Barros (UFRJ), Freire (UFRJ), e Teixeira (UMESP). O traço comum é a busca do aperfeiçoamento da comunicação para criar um modelo de difusão mais eficiente e para derrubar as barreiras que impedem, por parte do agricultor, a adoção de novas tecnologias; os teóricos mais presentes são: Lerner, Rogers e Schramm. Nas bibliografias, são inúmeras as obras de teóricos norte-americanos e, apesar de presentes na revisão de literatura, Paulo Freire, Diaz Bordenave, José de Souza Martins, Graziano da Silva, Gustavo Quesada são citados junto aos teóricos norte-americanos sem que o autor perceba as diferenças intrínsecas às duas abordagens e, mesmo quando parece percebê-las, opta pelo referencial funcionalista, de maneira não muito consciente, na construção empírica do objeto e na sua análise (por exemplo, Souza (UnB), Gonzalez Mora (UnB)).

Depois das leituras, perdemos nossa certeza de que a bibliografia tem caráter revelador da linha de pensamento do autor, do referencial teórico por ele adotado – “a bibliografia de uma pesquisa fornece o itinerário ou roteiro intelectual percorrido por seu autor” (LOPES, 2003, p. 148). Tal afirmativa funciona como ideal, como dever ser, mas isso não acontece com todas as dissertações analisadas. Mesmo as notas/citações que são, em essência, a busca do pensamento daqueles que sustentam os posicionamentos do pesquisador, que referendam a construção teórica do nosso objeto, sofrem nas mãos de alguns autores uma disfunção provocada pela contrução que, coloquialmente, chamamos de “colcha de retalhos”, em que se costuram inúmeros trechos de textos lidos sob a regência da lógica formal, que não se sustenta à menor observação de uma análise crítica.

Outros autores, na tentativa de escaparem da tarefa de exercitar a própria crítica, citam os teóricos norte-americanos e, contrapostos a eles, enumeram os latino-americanos, mas não dizem com qual dos dois referenciais irão trabalhar. O que é facilmente detectado nas coletas e descrições dos dados, ou melhor, antes mesmo da declaração de objetivos – essa observação não é válida para todas as dissertações da linha difusionista, pois acontece, às vezes, de o objetivo ser crítico, de ser boa a intenção; nesses casos, o compromisso teórico só será desvendado quando observamos o tratamento empírico do objeto.

A omissão textual da opção feita pelo referencial teórico, na maioria das vezes, vem nos dizer que os autores das dissertações, no descuido da vigilância crítica, optaram pela instrumentalização do referencial funcionalista, na abordagem do difusionismo, ou aceitaram passivamente as rígidas fronteiras da análise estrutural. Podemos ver que os autores que trabalham com o referencial dialético, em que cabe o conflito e a contradição, em que a história não se resume à datação dos fatos pois é percebida como a historicidade das relações humanas e nas lutas das classes sociais, estes avançam em suas análises e conclusões: Penna (UnB), Fernandes (USP), Braga (USP), Barbosa (USP), Oliveira (UnB), Vasconcellos (UMESP), Carneiro (UMESP), Mancuso (UnB), e Mazzi (UFRJ).

Não que estes façam declaração de suas opções teóricas, mas demonstram essa escolha no ato da explicitação conceitual, que vem a ser a própria consistência semântica da teoria como corpo de conceitos (LOPES, 2003, p. 126). Como o problema é o conjunto de proposições que estabelecem relações entre termos que são conceitos de alto nível de abstração (LOPES, 2003, p. 155), faz-se necessária a elucidação dos conceitos envolvidos.

O descaso para com os conceitos é muito comum nas pesquisas em Comunicação Rural (ver Freire, Muleka, Souza, Gonzalez Mora e Deliberador), principalmente com relação aos conceitos de comunicação e de “homem do campo”. A concepção do que vem a ser “comunicação” direciona o caminho por que passa toda a pesquisa. Limitá-la à definição de “transmissão de informação” é fechar a construção empírica do objeto em função de um sistema. Por outro lado, adotar o conceito de processo dialógico é ganhar abertura para a complexidade do fenômeno comunicativo. A abordagem do meio rural só avança se, abandonando a ambiguidade e o caráter ingênuo da categoria “homem do campo”, inserir no contexto da luta de classes a atuação do produtor agrícola e do trabalhador rural. Somente a clara compreensão de que “desenvolvimento” não se resume ao sinônimo de modernização e industrialização, pois passa primeiro pela melhoria da qualidade de vida, pode contribuir para o estudo da “comunicação para o desenvolvimento”.

Notamos que a falta de referência à distinção das classes sociais envolvidas na questão rural demonstra a tentativa de suspender a comunicação do contexto político, no qual sabemos se dão todas as relações sociais. E mais, revela a fuga do pesquisador de qualquer compromisso social. Como diz Umberto Eco (1983, p. 113), “em geral os textos que não explicam com grande familiaridade os termos que empregam deixam a suspeita de que seus autores são mais inseguros do que aqueles que explicitam cada referência e cada passagem”.

Alguns autores despendem energia na elaboração dos conceitos e, se não chegam à precisão, no mínimo são criteriosos. É o caso de Mazzi (UFRJ), França (UnB), Penna (UnB), Nunes (UnB), Monte (UMESP), Vasconcellos (UMESP), Barbosa (USP), Fernandes (USP), Oliveira (UnB). Outros pesquisadores insistem em definir

comunicação como resultado da decodificação adequada – a resposta positiva (adoção) à informação (tecnologia) transmitida. Como exemplos, temos Freire (UFRJ), Souza (UnB), Muleka (USP) e Rodrigues (UnB). Outro, Silva (UnB), chega mesmo a dizer que não importa a definição de comunicação, mas seu conteúdo intencional, o seu aspecto teleológico – diríamos, instrumental, já que enquanto processo acredita que a comunicação será como sempre foi – como se o homem nada pudesse fazer diante do dado objetivo, ao qual deveria sucumbir toda idéia. As construções conceituais são a configuração do conhecimento e só a partir delas, de tudo o que, evidentemente, carregam como reflexo do mundo objetivo, podemos transformar para sobreviver, sentido de toda existência humana. No dizer coloquial, acreditamos que aquele que não dá nomes aos bois, corre o risco de assistir ao estouro da boiada.

A operacionalização dos conceitos define as técnicas e os métodos mais utilizados. Se o pesquisador é amparado pela lógica do modelo difusionista, muito provavelmente irá optar pelo método quantitativo na sua análise descritiva. Se entende comunicação como mera transmissão de informação, certamente buscará estabelecer a quantidade dessas informações. Tanto quanto o modelo teórico difusionista, o método quantitativo é bastante utilizado nas pesquisas em Comunicação Rural.

Não se trata de instigarmos a improdutiva discussão sobre a eficácia de métodos qualitativos sobre os quantitativos pois ambos são científicos e respondem a diferentes questões, sendo, portanto, complementares. Sem muito esforço, percebemos que os dados qualitativos definem os quantitativos que, por sua vez, depois das análises, transfiguram-se novamente em qualitativos. Há uma circularidade e, por isso, a “necessidade de refletir sobre a aplicação de um ou outro método de análise a determinado fenômeno ou circunstância” e de “reconhecer metodologicamente as vantagens e desvantagens de um método sobre o outro em função do objeto e objetivos da investigação” (LOPES, 2003, p. 155).

O que normalmente acontece, e não é diferente na Comunicação Rural, é o fato de a maior parte das pesquisas que trabalham com dados quantitativos esgotar a energia do investigador na classificação, tabulação e análise estatística dos dados, estancando sua análise na etapa descritiva e privando seu estudo de avançar no sentido da análise interpretativa que é possibilitada pelo método qualitativo. A intenção e proposta do autor determinam o método e não o contrário. Por isso, não devemos esquecer que esse “esgotamento” é também fruto da opção do pesquisador e sua é a responsabilidade por essa limitação do trabalho.

A título de registro, as técnicas mais empregadas nas dissertações que analisamos são a entrevista e o questionário, aparecendo também a análise de conteúdo, a revisão bibliográfica e a observação direta. Quanto ao método, quatro pesquisas se destacam pela capitulação diante do quantitativo: Rodrigues (UnB), Silva (UnB), Gonzalez Mora (UnB) e Muleka (USP). Exhaustivo e trabalhoso é o tratamento estatístico dos dados e, apesar de tantos esforços, suas análises se resumem na “limpeza analítica dos dados,

sua depuração em categorias básicas” (CASTRO, 1978, p. 322) e não se prestam à compreensão dos fenômenos reais.

A visão desfocada que limita a ciência social à pesquisa empírica e esta aos resultados de aplicações de inúmeros questionários e do processamento dos dados coletados está presente em muitas dissertações e expressa mais uma herança dos teóricos norte-americanos. Segundo Moura Castro (1988, p. 322) a comparação entre as páginas de textos e páginas de tabelas nos dá uma idéia da habilidade do pesquisador para extrair argumentos interessantes e importantes dos dados. Nos nossos exemplos, essa relação é bastante díspar se tomarmos as páginas conclusivas, pois, como dissemos, o autor já se consumiu na leitura estatística, já não tem mais fôlego para manipular os dados, abstrair, interpretar. Mesmo aqueles que coletam muitos dados qualitativos correm o risco de não esgotarem sua análise, perdendo muito de seu aproveitamento, não compensando todo o esforço dispensado à coleta.

Faz parte da crítica ao excesso de quantificação atentarmos para o fato de que o quantitativo também atua no grande número de hipóteses, na relação mecanicista entre as variáveis, na instrumentalização de categorias de análise e na busca de aplicação de modelos (ver Rodrigues, Leite, Gonzalez Mora e Teixeira). O caráter do quantificar, se não compreendido em suas limitações, provoca relações lineares entre elementos que se interagem dialeticamente, não permitindo ao pesquisador alcançar a análise qualitativa, única que o possibilita dar sentido aos números e relacionar os dados entre si. Se dermos ouvidos a Umberto Eco (1983, p. 25), não há o que temer, pois “é possível fazer-se uma tese ‘científica’ mesmo sem utilizar logaritmos e provetas”. Embora existam também muitos alertas quanto aos abusos do método qualitativo nas ciências sociais, não vamos discuti-los, porque no caso da Comunicação Rural são poucas as pesquisas que exploram esse método, merecido destaque à dissertação “A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera”, de Maria Esther Fernandes (USP).

Por fim, é pertinente lembrar que não basta registrar, na fundamentação teórica da pesquisa, geralmente sua primeira parte, críticas ao referencial difusionista, não basta citar, quase por obrigação, teóricos latino-americanos, ou melhor, citar referenciais não-difusionistas, enumerar numa infindável sequência os conceitos de diferentes autores, pois a opção pelo paradigma teórico, pela bibliografia e pelos conceitos revela-se, menos na explicitação do que na feitura mesma da pesquisa, na construção empírica do objeto, e nas suas análises descritiva e interpretativa. Insistimos que é importante explicitar opções, mas, mais que isso, é importante cumpri-las.

Passaremos agora à análise do processo das Dissertações, em que poderemos perceber as incoerências entre a fundamentação teórica e a pesquisa prática.

## 2.Momento da atualização: Processo

É o lugar da materialização das Opções. O objeto de estudo que, até então, tinha sido construído teoricamente passa à sua construção empírica. Se no primeiro momento vimos a metodologia da pesquisa, veremos agora a metodologia na pesquisa, a (in)coerência interna da dissertação, o processo em que se relacionam os elementos: o problema, os objetivos, as hipóteses, as justificativas, a revisão de literatura e, até mesmo, a estrutura de capítulos. É o momento de fazer valer o referencial teórico por que optamos, o levantamento bibliográfico que fizemos, os conceitos, métodos e técnicas que adotamos. Como dissemos, a explicitação anterior dessas escolhas deixa transparente a proposta do pesquisador e demonstra que ele tem domínio e consciência crítica sobre o objeto (mesmo se opta pelo referencial funcionalista, sabe dizer de suas limitações). No entanto, se o pesquisador omitiu suas opções ou não foi claro ao tentar expô-las, a construção empírica do objeto o denuncia e, mais que isso, revela objetivamente o que desconfiávamos ser não de todo consciente na fundamentação teórica.

Dentro da abrangência do assunto “comunicação rural”, temos, entre as 27 pesquisas estudadas, 12 que trabalham o tema difusão tecnológica/transferência de informação: Souza (UnB), Silva (UnB), Gonzalez Mora (UnB), Leite (UnB), Monte (UMESP), Teixeira (UMESP), Nunes (UnB), Barros (UFRJ), Freire (UFRJ), Borin (USP), Deliberador (USP) e Braga (USP); seis estudam as comunidades rurais e seus canais interpessoais: França (UnB), Penna (UnB), Rodrigues (UnB), Luyten (USP), Barbosa/M (USP), e Fernandes/M (USP); quatro analisam veículos de comunicação de massa: Oliveira (UnB), Muleka (USP), Tucunduva Neto (UMESP), e Vasconcellos (UMESP); outras três tratam especificamente da relação reforma agrária e comunicação: Mancuso (UnB), Fernandes/D (USP) e Carneiro (UMESP); somente uma estuda a pesquisa em Comunicação Rural: Barbosa/D (USP) e outra trata especificamente de comunicação e desenvolvimento rural: Mazzi (UFRJ).

Os mais graves problemas ocorrem naquelas dissertações que trabalham com comunidades rurais, tanto as que se preocupam com a comunicação interpessoal, enquanto tal, como aquelas mais interessadas na comunicação quanto canal de difusão de tecnologias. São as que mais se utilizam do referencial teórico da Sociologia e da Psicologia e, em menor grau, da Antropologia.

Acompanhando a mesma trajetória dos sociólogos, que passaram do estudo dos povos primitivos ao estudo dos meios urbanos e industriais (LEFEBVRE apud MARTINS, 1986(a), p. 164), saltando por cima da realidade rural, os estudiosos da Comunicação saíram dos ensaios sobre a comunicação humana, enquanto capacidade de elaborar nexos significativos, para as análises da comunicação de massa, urbana. Essa situação é endossada pela criação das faculdades de Comunicação em coincidência com a implantação da TV e modernização dos grandes jornais. A institucionalização da Comunicação como área de conhecimento surge, nitidamente no caso do Brasil, em função da comunicação de massa, tomada por muitos estudiosos como o marco de sua teoria. Esse quadro se reflete na observação de que as dissertações sobre os veículos de comunicação de massa são mais bem fundamentadas, certamente porque têm o respaldo das teorias de comunicação sobre a indústria cultural, sua produção, discursos, ideologia, audiência e efeitos.

Do tema se especifica o problema, que é a formulação teórica do objeto e deve, por isso, ser claro e objetivo porque de suas articulações lógicas dependem os passos seguintes do processo: os objetivos e as hipóteses. Muitos são os aspectos analisáveis na conjunção dessas três operações. De acordo com o que nos interessa nesse estudo, focalizaremos o tratamento dado ao objeto de estudo da Comunicação.

É grande a desatenção para com o objeto de estudo da Comunicação. Quase todos os autores se declaram preocupados com a comunicação, mas já na formulação do problema percebemos que sua interrogação é sobre outro objeto. É o caso das dissertações Souza (UnB), Gonzalez Mora (UnB) e Luyten (USP). A primeira dissertação está preocupada com a influência da participação dos produtores no controle do ensino de inovações tecnológicas na maior eficiência da aprendizagem, e tem como hipótese: a aprendizagem conceptual é mais eficiente quando o sujeito pode participar no controle da informação, mais do que com o ensino tradicional; a segunda dissertação quer conhecer o nível de (in)dependência tecnológica por parte da agricultores participantes de um programa de extensão e, para chegar a isso, levanta 18 hipóteses sobre características do agricultor (hipóteses vinculadas a: participação, características econômicas, comunicação de massa e interpessoal, comunicação institucional e contatos institucionais), tomando também 18 variáveis, entre as quais a comunicação aparece como “exposição aos m.c.m.” e “comunicação intragrupal”; a terceira dissertação, objetivando analisar a presença do grupo étnico holandês no Brasil, está interessada na comunicação intercultural numa comunidade holandesa e, apesar de destacar a comunicação interpessoal, não faz um estudo do objeto da Comunicação, elabora, sim, uma excelente e cuidadosa pesquisa antropológica, trabalhando com os conceitos de assimilação, aculturação e, inclusive, de comunicação considerada, pelo fator exposição aos meios, como reforço ou negação dos padrões de comportamento da comunidade.

Outras dissertações se dizem preocupadas com a comunicação, mas no afã de testar modelos colocam estes acima do processo comunicativo. É o que acontece nas pesquisas de Rodrigues (UnB) que busca “verificar a viabilidade de aplicação de técnicas de análise estrutural de redes de comunicação interpessoal no âmbito de sistemas sociais mais abertos”, trabalhando com 15 hipóteses que tratam de cliques, relações diádicas, isolados, líderes de opinião e liaisons; de Barros (UFRJ), que visa focar os resultados obtidos com a realização de um concurso de produtividade, como a comunicação influencia tais resultados e, depois dessas análises, propor um modelo sistêmico para a Comunicação Rural, aplicável a qualquer cultura ou criação em estágio de desenvolvimento; e de Muleka (USP), que quer comprovar a hipótese (de Eliel Abel) de que os países do Terceiro Mundo não dão ao seu povo notícias úteis e saber em que medida os periódicos rurais fornecem notícias correspondentes às necessidades do homem do campo; para fazer tal verificação, busca determinar a quantidade total e relativa de notícias relacionadas ao desenvolvimento social, publicadas em alguns jornais. Essa última, menos pelo teste de uma hipótese modelada, foi sufocada mais pelo excesso do quantitativo, fetichismo muito presente em outras dissertações. E Leite (UnB), que parte do grave problema do uso inadequado de defensivos agrícolas e pretende estudá-lo sob o enfoque da comunicação, analisando os rótulos dos produtos junto a 130 agricultores. Porém, toda riqueza do tema é prejudicada pela tentativa de testar a validade da fórmula de leiturabilidade de Kratz (fórmula numérica). É mais uma pesquisa que se rende à “cientificidade” do quantitativo.

Várias outras pesquisas estão preocupadas realmente com a comunicação, mas pecam pela escolha do tema (difusão e adoção de tecnologia), e do referencial teórico, estrutural-funcionalista, que poda a comunicação por entendê-la como mero instrumento de persuasão em função da transmissão de informação/tecnologia tomada como necessária de antemão e, por isso, sem nenhuma abordagem crítica. São elas: Silva (UnB), estratégias comunicacionais e formulação de um modelo conceitual voltados para a experiência da colonização; Borin (USP), como a comunicação pode contribuir para a modernização de técnicas agrícolas, como fator de inovação na área rural; Deliberador (USP), o papel da comunicação interpessoal na difusão de tecnologia; Freire (UFRJ), barreiras existentes na comunicação entre uma empresa de extensão rural e produtores rurais; Teixeira (UMESP), quais são efetivamente os meios de comunicação que devem ser utilizados para a difusão de inovações tecnológicas.

Entre essas temos mais duas com características peculiares: Monte (UMESP) que também quer identificar as barreiras comunicacionais que obstaculizam a transferência de tecnologia agrícola (pesquisa, extensão e produção rural). É mais um que não consegue fugir à utilização histórica da comunicação como instrumento de transferência de tecnologia, mas mesmo assim consegue ser bastante crítico com esse referencial e chegar a boas análises, contextualizando questões



fundamentais como a transnacionalidade, nova ordem econômica internacional, propondo a comunicação horizontal como alternativa ao modelo vertical de difusão. Seu descuido, porém, foi deixar-se afastar do objeto da Comunicação, priorizando questões de sociologia rural e tratar tardiamente (1986), embora de forma crítica, de discussões esgotadas, com maior competência, por teóricos da Sociologia, particularmente por aqueles que criticaram o difusionismo. A peculiaridade da última dissertação que trata da difusão de inovações, Nunes (UnB), é que esta é a única que discute criticamente a questão da difusão/adoção de tecnologia na agricultura. A partir da revisão de 26 dissertações de mestrado que tratam desse tema, propõe-se a repensar a contribuição científica dessas produções. Apesar de não estudar nenhuma dissertação da área de Comunicação e de não levar a cabo seu objetivo de discutir a contribuição teórica à compreensão do fenômeno da comunicação (considerada sem destaque junto a outras duas categorias teóricas, desenvolvimento e mudança), o mérito dessa pesquisa deve ser reconhecido pelo fato de remar, já em 1977, contra a corrente predominante a favor do difusionismo e ter sido defendida dentro da Faculdade de Comunicação da UnB, quando a instituição adotava como única linha de pesquisa a “comunicação para o desenvolvimento”.

Entre as Dissertações que, apesar de preocupadas, descuidam-se do objeto da comunicação temos uma última, Tucunduva Neto (UMESP). Afora pequenas falhas técnicas, a pesquisa descreve profundamente características, penetração e finalidade de determinado suplemento agrícola e traça criteriosamente seu perfil. No entanto, todo esse esforço e ineditismo do tema são desvalorizados pelo pouco aproveitamento dos dados, pela fraca utilização do material coletado. Na verdade, não diríamos que essa pesquisa descuidou-se do objeto da Comunicação e, sim, que não esgotou as potencialidades que o objeto estudado oferecia.

Por fim, temos aquelas Dissertações que não só se preocuparam como também colocaram em relevância o estudo do processo comunicativo e, mais do que isso, não o perderam de vista até as Conclusões da pesquisa. São 12: Penna (UnB), Oliveira (UnB), Mancuso (UnB), França (UnB), Braga (USP), Fernandes/mestrado e doutorado (USP), Barbosa/M e D (USP), Vasconcellos (UMESP), Carneiro (UMESP) e Mazzi (UFRJ). Nesses trabalhos encontramos, como objetos estudados, a incomunicação no desenvolvimento rural, a importância dos canais interpessoais de comunicação em projetos de cooperativa e nas zonas ribeirinhas, a comunicação como elemento diferenciador da produtividade entre dois grupos étnicos, análises do programa (rural) de TV mais conhecido, do discurso da reforma agrária na imprensa e entre os assentados, as Relações comunicação / mudança social, comunicação / diálogo, e o estudo da pesquisa em Comunicação Rural.

Esses autores não se perturbam frente ao fraco referencial teórico sobre comunicação nas comunidades, não se sucumbem ao quantitativo, não se fecham na aplicação de modelos, sabem buscar outro paradigma teórico que não o estrutural-

funcionalista, exercitam a crítica e autocrítica, assumem compromissos científicos e sociais, enfim são os que acrescentam sua contribuição ao repertório teórico da Comunicação. Podemos perceber melhor essa contribuição quando discutirmos o Momento de Teorização.

Por agora, gostaríamos de refletir sobre a relação íntima que deve existir entre o problema, os objetivos, as hipóteses, e entre estes e a conclusão. Parece óbvio dizer, mas necessário, que todo pesquisador deve se perguntar se suas hipóteses estão coerentes com seus objetivos, com seu problema. Essas três operações devem buscar o maior nível de coerência possível para que não aconteça ao final, nas conclusões, a apresentação de respostas a perguntas não formuladas ou a perguntas marginais, distantes da problemática central, e para que não seja necessário forjar as análises e resultados para responder aos objetivos propostos. A desconexão entre as operações pode ser provocada pela generalidade dos objetivos, pelo caráter restritivo das hipóteses, quando exagerado, e pela má formulação do problema. É difícil perceber com clareza esses elementos nas dissertações em Comunicação Rural, mesmo naquelas que os declaram no capítulo “procedimentos metodológicos”. São várias as desconexões dessas operações nas dissertações e seria cansativo citar todas detalhadamente, tampouco seria justo citar somente algumas. Os resumos descritivos que apresentamos revelam a ausência dessa nitidez e oferecem elementos que nos possibilitam detectar onde podemos encontrar exemplos de tal incoerência interna.

A coerência interna do processo de construção material do objeto é a garantia do ajustamento final das idéias do pesquisador, que nada mais é senão o momento do reencontro do objeto empiricamente construído com sua construção teórica. No caso das pesquisas em Comunicação Rural é oportuno dizer que não basta uma boa revisão de literatura se o objeto é internamente desconexo.

Não vamos levantar aqui a discussão sobre como compor um problema, como elaborar objetivos, se gerais ou específicos, ou como entender o caráter de antecipação explicativa da hipótese. Mas achamos pertinente ratificar a opinião de Lopes (2003, p. 141) quando diz que a imaturidade do corpo teórico das ciências sociais, a complexidade e a pluridimensionalidade de seus objetos praticamente condenariam à condição de perpétuas “ciências exploratórias”, se não se dispusessem a testar e elaborar permanentemente suas hipóteses. “Isso torna-se mais necessário no campo recém delimitado da Comunicação” e “é evidente a exigência crescente que temos de levantar dados empíricos a respeito dos fenômenos comunicacionais”. Observa ainda que à fraqueza do trabalho teórico no campo da Comunicação corresponde a ausência de uma orientação substantiva na nossa pesquisa e que a função do sistema de hipóteses é fornecer a conexão necessária entre teoria e investigação, teoria e fato.

Damos destaque às hipóteses, entendidas como afirmações condicionais direcionadoras da pesquisa, por serem as mais responsáveis, no caso das pesquisas

em Comunicação Rural, pelo descuido com o objeto de estudo da Comunicação. Voltando ao resumo descritivo das dissertações temos inúmeras hipóteses sobre os mais diversos aspectos, entre elas uma ou duas sobre o fenômeno comunicativo. Ao colocar as hipóteses, os autores parecem apenas estar cumprindo um requisito metodológico, pois a preocupação com a forma sufoca sua lógica e obscurece a coerência de suas intenções. Temos investigadores que não declaram seus objetivos e hipóteses, não deixam transparente seus propósitos, e alguns que não trabalham com hipóteses. Outros, apesar de não denominarem assim tal procedimento explicativo, utilizam-se de perguntas direcionadoras ou diretrizes, que cumprem o mesmo papel das hipóteses.

Essa discussão nos leva a outras também pertinentes ao processo de materialização do objeto: a estruturação dos capítulos e a revisão de literatura. Sabemos que não existe um modelo para apresentar os capítulos, posto que cada estudo tem sua especificidade e exige determinada ordenação. Por isso, não pretendemos sugerir a necessidade de um modelo, mas esclarecer a ordem interna que rege essa apresentação.

Algumas características das dissertações/teses em Comunicação Rural: excelentes capítulos de contextualização histórica e descrição dos objetos de trabalho, enormes capítulos de leituras estatísticas, ausência de uma boa introdução e apressados capítulos conclusivos. Não podemos deixar de registrar a qualidade de determinados capítulos. Muitos autores elaboram cuidadosamente a descrição do objeto. É o caso de Braga (USP), Fernandes/M e D (USP), Luyten (USP), Deliberador (USP), Vasconcellos (UMESP), Tucunduva Neto (UMESP), França (UnB), Carneiro (UMESP), Nunes (UnB), Mazzi (UFRJ) e, em destaque, Barbosa (USP), que consegue com sua dissertação de mestrado sobre as relações de comunicação do regatão nos tornar íntimos da Amazônia. Alguns destes e outros tecem criteriosamente a contextualização histórica do objeto: Fernandes/M e D (USP), Barbosa/M e D (USP), Braga (USP), Luyten (USP), Carneiro (UMESP), Vasconcellos (UMESP), Monte (UMESP), Teixeira (UMESP), Nunes (UnB) e Oliveira (UnB). Em destaque os capítulos sobre a imprensa em Londrina, verdadeiro trabalho de detetive de Tucunduva Neto. Por outro lado, também não podemos nos omitir com relação àqueles capítulos desgastantes sobre leituras estatísticas dos dados, encontrados nas pesquisas de Rodrigues (UnB), Silva (UnB), Gonzalez Mora (UnB) e Muleka (USP).

Falamos anteriormente dos impasses causados pela não explicitação dos objetivos e das hipóteses, e pela descuidada delimitação do problema. Não obstante, não basta declará-los. Ao nosso ver, é importante que sejam claramente redigidos e apresentados no início da dissertação. Não podemos obrigar o leitor a passar por um ou dois capítulos sobre a história do analfabetismo do povo brasileiro, sobre a importância da bananicultura na agropecuária carioca e sobre os inúmeros problemas sociais do meio rural para depois dizermos porque estamos falando sobre tais coisas e o que estamos querendo conhecer e explicar. É funcional e bastante lógico que o pesquisador diga

“a que veio”, exponha da maneira mais clara possível o problema, a justificativa, os objetivos, as hipóteses, o objeto de trabalho, as limitações, as dificuldades e as suas pretensões. Para isso serve uma boa introdução.

Evidentemente não dispensamos, na posterior abertura de um capítulo, que se detalhe o problema, o método as técnicas de coleta, de análise, a amostragem e características do objeto de trabalho. O que sugerimos como fundamentalmente operacional para o leitor – isso para os autores que esperam ter sua pesquisa lida – é uma melhor elaboração do introduzir. Umberto Eco lembra que a introdução, tanto quanto o índice e o título, é continuamente reescrita à medida que o trabalho progride, e, à pergunta “o que distinguirá a primeira e a última redação da introdução”, responde: “o fato de, na última, você prometer muito menos que na primeira, mostrando-se mais cauteloso. O objetivo da introdução definitiva será ajudar o leitor a penetrar na tese: mas nada de prometer-lhe o que depois você será incapaz de cumprir. O ideal de uma boa introdução definitiva é que o leitor se contente com ela, entenda tudo e não leia o resto” (p. 84). À parte a ironia, “a introdução serve também para estabelecer qual será o núcleo e a periferia da tese”. Na feitura da introdução podemos antever não só o grau de coerência interna da pesquisas como também o compromisso científico do autor com a lógica e seu respeito para com o leitor.

Ainda com relação à estrutura de capítulos, é válido perguntar para que serve a revisão de literatura? Parece óbvio, mas após a leitura de 27 dissertações desconfiamos que muitos pesquisadores não saberiam responder. Como dizem as próprias palavras, fazer a revisão de literatura é procurar identificar estudos antecedentes sobre o assunto pesquisado para que o investigador possa situar sua própria pesquisa nesse quadro – o que sua proposta tem de originalidade, importância e viabilidade. Como dissemos em outra passagem, é o lugar da descrição do “estado de conhecimento” do problema e de sua contextualização histórica.

A revisão de literatura implica também na busca de fundamentos para a argumentação do pesquisador – tais fundamentos são chamados de quadro de referência, referencial teórico. São referências feitas a teorias e métodos que servirão, ao mesmo tempo, de respaldo e instrumento para fazer a pesquisa, com o que é possível abordar inclusive as orientações teóricas contrárias às adotadas pelo investigador. Facilmente compreensível, e na maiorias das vezes necessária, é a dedicação a um capítulo especialmente sobre a revisão de literatura. Outra vez parecemos falar obviedades, mas tudo o que estiver referenciado nessa revisão deve pertencer, direta ou indiretamente, à problemática da pesquisa e esse “indiretamente” não autoriza o pesquisador a relatar, descrever e citar tudo o que leu durante o curso de pós-graduação, todos os textos fichados.

Sem muito esforço, encontramos entre as dissertações de Comunicação Rural graves equívocos na utilização da revisão de literatura, como o exemplo do que é feito com as citações, uma “colcha de retalhos” (ver Souza e Gonzalez Mora). Outro

deslocamento detectado é o fato de que quase a totalidade das citações pertencem a esse capítulo revisional. Não queremos, com essa observação, sugerir que é necessário citar ao longo da descrição/construção do objeto tudo o que foi revisto, já que uma vez exposto o “estado de conhecimento” do assunto estudado, declarados os procedimentos metodológicos e o referencial teórico escolhido para a fundamentação (ou mesmo para ser refutado), em muitos casos já não há necessidade de explicitá-los novamente, pois a própria construção empírica do objeto é a materialização dessas opções. Mas diríamos ser impossibilitada a elaboração de uma séria interpretação sem a volta à literatura revista, principalmente sem o retorno ao referencial teórico, em forma de novas citações. Lembra Lopes (2003, p. 125) que “nas pesquisas de Comunicação é comum encontrar a instância técnica, que concerne às operações de construção do objeto empírico, muito dissociada da instância teórica, cujas operações são as únicas que conferem condição de validade científica à investigação que se está desenvolvendo”. O exercício da pesquisa tem caráter de circularidade e o fim só pode ser compreendido em sua verdadeira dimensão se retomarmos o ponto do qual partimos. Assim fechamos a síntese e damos abertura para novas buscas. Voltaremos a essa questão quando discutirmos a interpretação no Momento da teorização, onde falaremos também dos apressados capítulos conclusivos.

Antes, porém, gostaríamos de abordar um outro aspecto. A falta de identidade dos textos das pesquisas. O fato de fazer da revisão de literatura um bloco deslocado do restante da dissertação, com inúmeras citações costuradas, às vezes meramente alinhavadas, revela a ausência de texto próprio por parte do autor – sem dizer a precariedade do exercício de raciocínio percebida na sua lógica formal de redação e concatenação de idéias. A falta de identidade do texto não se mostra apenas no capítulo da revisão de literatura, que normalmente é o mais longo da dissertação. Sabemos que o discurso científico exige certa rigidez na exposição dos dados e idéias, mas tal rigor é de ordem interna e conceitual e não impede a criatividade na redação. Um texto mais solto, mais comunicativo, não é por isso menos sério. Essa abertura é fruto de uma diferente concepção de metodologia. “Esta concepção de metodologia vem ao encontro do caráter constantemente criativo e aberto de investigação científica sem lhe impor dogmaticamente exigências ilusórias de fechamento. O rigor e a audácia não são incompatíveis no fazer científico.” (LOPES, 2003, p. 100).

Por merecida consideração, lembramos os bons textos de dissertação em Comunicação Rural: França (UnB), Oliveira (UnB), Mazzi (UFRJ), Carneiro (UMESP), Barbosa (USP), Fernandes (USP) e Mancuso (UnB). Destacamos o romance sobre o regatão na Amazônia, de Barbosa, a reportagem sobre o discurso da reforma agrária, de Mancuso, e a sensibilidade de Esther Fernandes em dar a voz, literalmente, aos lavradores, registrando com fidelidade a riqueza e força da expressão vocabular dessas pessoas que moram num lugar chamado roça. Sertão, para Guimarães Rosa.

### 3. Momento da teorização: Interpretação e Conclusão

“Em sua realização mais perfeita, o conhecimento, sendo a expressão da unidade da teoria e da prática, manifesta-se como idéia” (PINTO, 1985, p. 46). Não vamos discorrer sobre a natureza do pensamento, apenas abrimos a discussão para os problemas existentes nas análises interpretativas e conclusivas das pesquisas em Comunicação Rural. Como dissemos, este é o momento da interpretação dos dados, da tentativa de compreendê-los em meio a leis gerais, de arrancar de sua particularidade traços comuns a outros objetos, pois “a lei científica é aquilo que o homem descobre de universal no particular das ocorrências objetivas” (PINTO, 1985, p. 76). Acrescenta o autor que “o pesquisador que se ocupa de esclarecer um problema material ou abstrato, de extrema particularidade está ao mesmo tempo contribuindo para a constituição do pensamento teórico que se destina a explicar a totalidade do universo” (PINTO, 1985, p. 74).

Esse terceiro momento é o último de um só movimento: primeiro, a fundamentação teórica como tese; segundo, a construção empírica como antítese e agora, no confronto desses dois momentos, a síntese que, como nova teoria, impulsiona outros movimentos, outra pesquisa. “O ponto de chegada retoma dialeticamente o ponto de partida, integrando os dados numa totalidade que agora é igualmente objeto empírico e objeto teórico” (LOPES, 2003, p. 151). Não cabe entender que toda pesquisa tem que chegar a uma teoria. “Sua formulação em geral não é objetivo declarado de um particular ato de investigação, mas o efeito do acúmulo de conhecimentos em certo campo do saber, chegado a ponto tal que uma nova aquisição, produzida pela pesquisa particular em causa, permite ao pensamento compor uma explicação racional da realidade com relação a um grupo de coisas ou fenômenos, suficientemente amplo” (PINTO, 1985, p. 470).

A tarefa de cada pesquisador é compor uma formulação sistemática de enunciados na tentativa de explicar os fatos. Por isso, “a teoria deve ser concebida em função da pesquisa, na direção da experiência do real na qual ela confronta os fatos que ela própria suscitou com seu sistema de hipóteses” (LOPES, 2003, p. 125). A única maneira de chegarmos à compreensão das implicações lógicas do objeto estudado é pelo exercício da interpretação. Confundir a análise interpretativa com a análise descritiva

é um sério problema nas dissertações em Comunicação Rural, pois trata-se de um dos mais graves obstáculos ao fortalecimento do estatuto teórico da Comunicação. A pesquisadora Maria Immacolata Vassallo de Lopes tece esclarecimentos sobre esses dois tipos de análises (LOPES, 2003, p. 152). A descrição é constituída por procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados e por procedimentos analíticos. A prática descritiva compreende desde o tratamento estatístico dos dados até à reprodução do fenômeno concreto descrito através de seus caracteres essenciais (construção empírica), e, para isso, opera com métodos descritivos (monográfico, estudo de caso, estudo de comunidade, etnográfico, estatístico, histórico/documental e análise de conteúdo).

Já a análise interpretativa é a fase que envolve a teorização dos dados empíricos dentre da perspectiva teórica adotada no início da pesquisa, é a explicação do fenômeno através de operações lógicas de síntese, abstração e generalização. “É óbvio que essa explicação generalizadora seria impossível sem o tratamento analítico prévio dos dados coletados e a acumulação de conhecimentos proporcionados pela análise descritiva” (LOPES, 2003, p. 152). Mas é a teorização alcançada pelo ato de interpretar o grau de cientificidade da pesquisa. E só este padrão de trabalho científico unificado, diz a autora, é capaz de coordenar organicamente teoria e pesquisa, operações técnicas, metodológicas, teóricas e epistemológicas numa única experiência de investigação. “Enquanto isso não ocorrer, o levantamento de dados empíricos está destinado a ficar mais ou menos dissociado dos objetivos fundamentais do conhecimento científico que são sem dúvida a construção de teorias capazes de corresponder e responder aos problemas substantivos que lhe são colocados por uma realidade social determinada” (LOPES, 1988, p. 152).

A autora não acha um erro o fato das duas análises serem apresentadas de forma conjunta num único momento da pesquisa, pelo contrário, acredita que a exposição conjunta significa que o investigador alcançou unificar “pesquisa” e “teoria” no seu discurso. É verdade que isso acontece em algumas das dissertações que analisamos, não se configurando como um problema. Problemático é o procedimento de alguns outros pesquisadores que terminam seu trabalho na análise descritiva. Por razões de tempo, esgotamento mental provocado pelas desgastantes análises estatísticas, de um “esforço desmedido na revisão de literatura” (CASTRO, 1977, p. 76), por falta de uma consciência crítica apurada e por implicações próprias do referencial teórico adotado, os capítulos conclusivos, em que geralmente situam-se as análises interpretativas, ficam quando não espremidos no fim do trabalho, repetitivos das análises descritivas, nas quais no máximo vamos encontrar a resposta positiva ou negativa a hipóteses de caráter particularizante. Na opinião de Moura Castro (1977, p. 69), preparar e aplicar questionários, examinar a distribuição dos parâmetros ou das variáveis, não passa de um prefácio, pois o que interessa é o sentido do entrelaçamento destas variáveis, é o que vem depois da tabulação.

Sem subestimar a validade das pesquisas descritivas, que se efetuam como levantamentos, Lopes revela a importância da pesquisa social, que “parte da fundamentação empírica dos dados para contribuir para o corpo de conhecimento teórico e metodológico das Ciências Sociais, independentemente de sua utilização imediata” (LOPES, 2003, p. 154). E a seu ver, com o qual concordamos, é esse o propósito que deve reger basicamente a pesquisa acadêmica em Comunicação.

A carência de análises interpretativas não se deve apenas aos estancamentos provocados pelo excesso de tratamento quantitativo dos dados, pois mesmo aquelas pesquisas que os tratam qualitativamente incorrem na não-ultrapassagem da análise descritiva. Por um lado, essa situação é mais um exercício da lógica formal, pois há o contentamento com a “síntese por adição” dos dados e com a “coordenação dos fenômenos segundo ações causais lineares, por contato mecânico, ou transformações suscetíveis de mensuração e quantificação” (PINTO, 1985, p. 164). Por outro, é mais uma herança do empirismo, uma prática de “demissão teórica”, nos termos de Pedro Demo (1985). Segundo Vila Nova (VILA NOVA, 1984, p. 56), “um dos mais perniciosos frutos do empirismo abstrato e da pesquisa burocrática é o notório descaso pela teoria, a crença ingênua na idéia de que ciência social é apenas pesquisa empírica” e também Vieira Pinto (1985, p. 108) confirma a existência de certa inclinação a suspeitar de todo intento de explicação teórica, como se tal atitude não merecesse respeito e não fosse objetivo final do conhecimento científico.

Como Maria Immacolata Vassallo de Lopes, também nos precavemos contra a crítica de que estamos fazendo a defesa do teorismo, de seu discurso generalizante, porque todo o tempo insistimos que somente a sistematização dos fatos, enquanto dados objetivos, pode compor e fazer avançar as teorias. Não queremos endossar a opinião daqueles que condenam o empirismo de maneira inadequada contribuindo, como diz Thiollent (1982, p. 19), para reforçar as tendências elitistas e superteorizantes na escolha dos temas de teses e a rejeição a todo tipo de observação ou questionamento concreto “sempre indispensável em qualquer pesquisa científica para dar conta do real”.

O intento de nossas críticas às pesquisas que se limitam a fazer análises descritivas é alertar para o risco que corremos de despir a pesquisa científica de seu caráter mais peculiar: a superação do senso comum ou do chamado bom senso. Este é o conhecimento historicamente acumulado, que não passa de um “depósito intelectual indiferenciado resultante da série de experiências fecundas da espécie, do grupo social e do indivíduo, que se transmite em forma não sistemática, por herança racional, e não em caráter de conhecimento refletido” (PINTO, 1985, p. 359). A esse conhecimento, segundo Pedro Demo (1985, p. 14), falta espírito crítico, profundidade, rigor lógico e sobra imediatismo. O saber científico veio sistematizar, mais do que saber, veio conhecer como saber e, por isso, existe hoje o que chamamos “metodologia”.

Vários pesquisadores de Comunicação Rural, pouco familiarizados com a análise



interpretativa, não vão além de conclusões de senso comum, conclusões que não exigiriam tanto esforço e trabalho para chegarmos a elas. Não é necessário, depois de muitos bons estudos na área da Sociologia e dos vários esclarecimentos prestados por estudiosos da Comunicação, investir numa pesquisa com pretensões a confirmar consensos; não acrescenta muito concluirmos que a aprendizagem é mais eficiente quando o aprendiz pode ter certo controle da informação a ser aprendida e que a ação da extensão rural deve ser essencialmente comunicacional e não tanto informativa (haja vista toda produção de Paulo Freire); que a escolaridade, a idade, a exposição aos m.c.m. e a participação sócio-política influem no desenvolvimento dos membros de uma cooperativa de colonização ou no grau de independência tecnológica; que a falta de um repertório comum entre emissor e receptor gera ruídos na codificação e decodificação; que a influência do “ver fazer” é mais forte para o agricultor do que a leitura da mesma informação num veículo de comunicação impressa (como se não o fosse também para o trabalhador urbano); que muitos fatores provocam a aculturação, inclusive os meios de comunicação coletiva; que o produtor de soja é um inovador (conclusão previsível e até um pouco óbvia se o objeto já parte de uma cultura recente no país e que, como cultura de exportação, há muito utiliza avançadas tecnologias); que produtores rurais vêem mais televisão do que lêem jornais (já posto o alto grau de analfabetismo do país); que realmente existem barreiras comunicacionais que impedem a transferência de tecnologia; que os pequenos produtores são marginalizados também quanto ao acesso aos m.c.m.; que os jornais rurais também exercem a função persuasiva; que por trás das barreiras comunicacionais existe outro obstáculo: a política agrícola voltada para o mercado exportador e a adoção de um modelo de desenvolvimento restrito ao objetivo da modernização.

Como já dissemos, algumas das dissertações analisadas contribuem para o tema estudado seja através de elaborada contextualização histórica, de cuidadosa descrição do objeto, de equilibrada estruturação de capítulos, de uma boa introdução, da objetividade na colocação do problema, objetivos e hipóteses, da escolha de um paradigma teórico de maior abertura de análise, seja através da riqueza e criatividade de um bom texto e do registro de substancial bibliografia. Nosso objetivo foi tentar compreender como essas passagens ou ausência delas contribuem para a construção do corpo teórico da Comunicação. Muitas dessas contribuições já registramos no decorrer das análises, mas gostaríamos ainda de privilegiar algumas conclusões finais das pesquisas em Comunicação Rural que julgamos terem contribuído mais para o estatuto teórico da Comunicação, uma vez que as conclusões têm o poder de revelar o alcance dos resultados e sua utilização em pesquisas futuras.

Poderíamos afirmar que em 12 pesquisas, entre as 27 que analisamos, valeu o esforço de seus autores para que pudéssemos chegar, amparados na cientificidade, à compreensão de que a consciência étnica existente na condição de imigrante fortalece a comunicação intragrupal e o sentido de cooperação; de

que existe uma íntima associação entre a comunicação como processo e os níveis de competência produtiva (PENNA/B); de que a entrada da TV numa comunidade prejudica a comunicação interpessoal, cria um denominador comum de preferência e sedução, transforma o lazer, destrói motivos locais, instalando a cidade como parâmetro e mudando os valores, padrões culturais e aspirações (FERNANDES/E, em 1976, quando ainda não tínhamos muitas pesquisas sobre esses aspectos); de que a comunicação interpessoal e intragrupal facilitam a participação e criam maior consciência cooperativista (BRAGA/E); de que as relações de comunicação exercidas pelo regatão junto a populações ribeirinhas o diferencia na forma de exploração do trabalho dessas populações e esse é seu fator de barganha junto aos dominadores da estrutura político-jurídica (BARBOSA-M/E); de que a televisão, via programas rurais, pratica o “discurso competente”, integra o empresariado rural com o complexo agropecuário, reforçando a penetração capitalista no campo, oculta a realidade e desvia os produtores de seus reais problemas e necessidades (OLIVEIRA/B e VASCONCELLOS/I); de que o discurso da reforma agrária adia seu cumprimento, que a postura da grande imprensa escrita contrária a reforma agrária extrapola os limites do espaço consagrado à opinião (os editoriais) e instala-se no noticiário informativo e que a análise das condições de produções de determinadas matérias jornalísticas revela suas manobras discursivas como as exclusões, inversões semânticas e históricas (MANCUSO/B); de que a grande imprensa valorizou em demasia, no período de maio a outubro de 1985, a forma de condução da questão da reforma agrária pelo governo e se ausentou de trazer a público a problemática dos beneficiários da reforma, tratando raramente do modo de vida e da luta dos trabalhadores rurais e configurando-se, ela própria, como uma força de pressão contra a reforma agrária (CARNEIRO/I); de que a Igreja hoje tem marcante atuação na questão agrária do país, trabalhando em favor dos trabalhadores que lutam pela terra e resistem à expansão capitalista no campo, de que os meandros das lutas dos camponeses não chegam à grande imprensa, de que o depoimento pessoal, se captado com sensibilidade e registrado com fidelidade, é a mais densa expressão da opinião e da comunicação (FERNANDES D/E); à compreensão de que há um fluxo unilateral das mensagens caracterizado pela ligação entre comunicação e sistema de poder, de que no modelo de desenvolvimento imposto à população rural não cabe sua participação ativa e, numa desigual relação de poder, o processo que se instala é de incomunicação (FRANÇA/B); de que a comunicação persuasória não tem validade social e humana, pois seus objetivos não satisfazem as reais necessidades da população visada e não contam com sua participação, já a comunicação dialógica rejeita a mera transferência de tecnologia e privilegia a participação nos processos de mudanças, abre espaço para o pensar, julgar, criticar e tomar decisões (MAZZI/J); de que a Comunicação Rural fixa-se à matriz de pensamento estrutural-funcionalista, de que a produção e prática nessa área só se torna evidente e possível na atual etapa do desenvolvimento

do modo de produção capitalista em nível internacional; de que foi sob o manto da ideologia patriótico-desenvolvimentista que a Comunicação Rural se impôs como conhecimento útil (BARBOSA-D/E).

Evidentemente que as conclusões assim descontextualizadas de suas abordagens antecedentes sofrem grandes perdas. Só mesmo a volta à leitura de cada um desses trabalhos pode restituir a esse resumo das conclusões o sentido de suas generalizações e o valor desses conhecimentos para o avanço da reflexão teórica em Comunicação. Vale a pena fazer essa leitura para confirmar que essas dissertações seguem o conselho de R. I. Ackoff (apud FERNANDES/M, p. 8) de que “na pesquisa científica, devemos abandonar a idéia de que podemos enunciar os problemas sob a forma de simples questões de senso-comum: devemos nos preocupar com a formulação de nossas questões se esperamos tirar vantagem do esforço empregado em respondê-las”.

# Conclusões

## Do detalhe ao talhe

*A ciência é muito mais do que um corpo de conhecimento.  
É uma maneira de pensar. (...) Impõe-nos um equilíbrio perfeito  
entre a abertura sem obstáculos a novas ideias, por mais heréticas que sejam,  
e o mais rigoroso escrutínio cético de tudo – estabelecendo novas idéias e sabedoria.  
Precisamos da ampla apreciação desse tipo de pensamento. Funciona.  
É uma ferramenta essencial para uma democracia em uma era de mudança.  
Nossa tarefa não é apenas treinar mais cientistas, mas também aprofundar a  
compreensão pública da ciência.*

Carl Sagan

Partimos da hipótese de que a falta de preocupação com questões de caráter epistemológico, metodológico e teórico impossibilita as dissertações/teses de comunicação de colaborarem para o fortalecimento do corpus teórico da Comunicação, fazendo com que, no caso particular da produção em Comunicação Rural, a maior parte das pesquisas contribua mais para o conhecimento sociológico e psicológico da problemática rural do que para a compreensão da especificidade de seus fenômenos comunicativos.

Tentamos demonstrar o descuido dos pesquisadores em Comunicação Rural para com estas questões e como essa atitude interfere na análise do objeto de estudo: o processo comunicativo. Podemos afirmar que a escolha da vertente difusionista como referencial teórico tem sido um dos maiores obstáculos ao avanço das pesquisas em Comunicação Rural pois é o responsável pela repetição temática, pela instrumentalização da comunicação, pela duplicação de pesquisas que testaram a mesma fórmula só alterando o objeto de trabalho, pela aridez de um quantitativismo exacerbado, pela abordagem viciada em dualismos e despida de historicidade e de vigilância crítica e distanciada do caráter político existente em toda relação social. Podemos dizer também que o descaso para com o uso dos conceitos e a ausência da explicitação conceitual revelam a adoção de conceitos pobres, limitados e já ultrapassados, por exemplo, de comunicação como transmissão de informação, ou de desenvolvimento como crescimento econômico e modernização.

Chegamos à conclusão de que, nas pesquisas analisadas, nem todos problemas formulados têm o processo comunicativo ou um de seus elementos como objeto de estudo, e mesmo aqueles autores que o tomam como preocupação central nem sempre conseguem manter seu propósito. Menos da metade são os que logram concluir sobre o fenômeno comunicativo e temos que nos confessar surpreendidos pelo número de 12 pesquisas que se debruçaram efetivamente sobre a comunicação. No início do tratamento do material, tínhamos um total de 37 pesquisas e a expectativa era desalentadora. Uma vez que compreendemos que o caráter de dez delas era apenas complementar e o número de trabalhos específicos de Comunicação Rural caiu para 27, nos convencemos de que essas 12, proporcionalmente, não eram um número inexpressivo. E são essas 12 que impedem a resposta negativa à pergunta direcionadora da análise: as discussões desenvolvidas nas pesquisas contribuem para o fortalecimento e enriquecimento à Teoria da Comunicação? Apesar da surpresa, não podemos negar que as 15 restantes representam significativamente mais de 50% e esse, certamente, não é um bom resultado.

Se não podemos negar que algumas dissertações contribuem para o estatuto teórico da Comunicação, por outro lado, também não podemos afirmar que aqueles que não contribuem estão acrescentando ao conhecimento sociológico da problemática rural (tal qual supúnhamos na hipótese). Estas pesquisas, que não se centram no estudo do processo comunicativo ou nele não persistem, têm tantos

problemas epistemológicos, teóricos e metodológicos que arriscamos afirmar que, se chegamos a contribuir para a Sociologia, tal contribuição é mínima. Podemos, sim, dizer com certeza que quase a totalidade das variáveis que nelas atuam pertencem ao campo da Sociologia e, em menor parte, da Psicologia Social.

Detectamos também como dificultadores de um resultado proveitoso a incoerência interna entre os principais componentes do corpo da pesquisa: problema, objetivos, hipóteses e conclusão; a má estruturação dos capítulos, com destaque à ausência de boas introduções; a falta de compreensão da finalidade metodológica da revisão de literatura e a rendição de um bom texto, enquanto expressão da autoria, à impessoalidade da gramática científica. Descobrimos, por outro lado, pesquisadores que empregam referenciais teóricos ricos em possibilidades de aproximação da realidade; autores atuantes no exercício da vigilância epistemológica e crítica; trabalhos comprometidos com a lógica, com o método, com a ciência da comunicação, com a sociedade – compromissos científico e social; vimos trabalhos bem estruturados e coerentes internamente e encontramos bons textos.

Este estudo não pretendeu chegar a nenhuma conclusão maniqueísta, como “estas pesquisas contribuem para o corpus teórico da Comunicação e essas não”, tampouco desejou esbarrar num conformismo conhecido como “não há muito o que mudar pois o processo de produção científica é assim mesmo, umas contribuem e outras não”. Sabemos que não se trata de uma coisa simples. O que também não é muito. E escutamos Edgar Morin (1986, p. 243): não basta descobrir que “tudo não é tão simples”, é preciso perguntar a si mesmo como pensar o que não é simples. Por isso, não podemos abrir mão da complexidade de uma análise dialética, que foge a reducionismos e faz do ato de sintetizar a abertura para novas teses.

Assim, como síntese, podemos dizer que há de fato fatores que retardam o fortalecimento do estudo teórico da Comunicação, como registramos nos três momentos, sendo que a persistência desses fatores é de responsabilidade do pesquisador. Concluímos que há também saídas, como ficar atento para cada um desses “equivocos” e “desvios” e procurar superá-los. Exemplo disso, nas pesquisas em Comunicação Rural, seria mudar de referencial teórico. Abandonar o conceito de desenvolvimento que está sendo adotado, percebendo que “as classes interessadas no desenvolvimento são distintas e buscam diferentes vias de desenvolvimento. Há, portanto, necessariamente, modos diferentes como também opostos para definir o que é desenvolvimento e quais os meios para lográ-los” (Teotônio dos SANTOS apud TOLEDO, 1982, p. 169). Sabendo disso, é preciso adotar um conceito comprometido com a problemática dos países subdesenvolvidos, periféricos e dependentes. Como diz Edgar Morin, o que o Terceiro Mundo conhece é o desenvolvimento do subdesenvolvimento (1986, p. 321) e não só o subdesenvolvimento de favela, desemprego, desarraigamento, mas também o subdesenvolvimento cultural, moral, intelectual e afetivo (MORIN, 1986, p 73). Esses conhecimentos não podem ser

desprezados porque a partir deles vamos adquirir outros conhecimentos que, como diz Vieira Pinto (1985, p. 334), “terão de ser fruto de sua (nação) experiência diária de pobreza e da incultura. Só desse humo poderão brotar as idéias que efetivamente resolverão os problemas básicos do país”. O pesquisador, enquanto agente de um ato político, não pode se furtar a optar. A escolha de conceito de desenvolvimento implica, diretamente no caso da pesquisa da Comunicação Rural, na opção por um conceito de comunicação. “No quadro de um país subdesenvolvido, a necessidade de dispor de um conceito adequado da comunicação e uma conseqüência clara de seus condicionantes, adquire características de urgência e de obrigação profissional” (BORDENAVE, 1980, p. 70).

Ainda com relação às referências teóricas, é necessário modificar o tratamento da questão da tecnologia/modernização sob dois aspectos. Primeiro, fugir à ilusão de que a tecnologia vai salvar os despossuídos e oprimidos do meio rural de sua condição de pobreza e opressão. Segundo, “não cair na outra armadilha, a da irracionalista negação da possibilidade de a ciência e a tecnologia agrícolas constituírem peças importantes para resolver determinados problemas cruciais que afligem a população rural” (NAKAMAE, 1987, p. 104). A modernização enquanto difusão de tecnologia é, de certa forma, inevitável na estrutura capitalista, configura-se mesmo como uma de suas molas, principalmente no que se refere ao aumento da produtividade e ao caráter de dependência tecnológica. Mesmo a urbanização não é possível escapar dela. Como fala Antonio Cândido em sua obra *Os parceiros do Rio Bonito*, “o caipira é condenado à urbanização” e não cabe a tentativa de tentar preservá-lo em sua vida pregressa e prendê-lo ao seu passado, mas “trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras ou sequer a liberdade de optar (1987, p. 225). É imperativo planejar porque, ainda nas palavras de Antonio Cândido (1987, p. 226), “sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido”.

Há caminhos alternativos, canais subterrâneos pelos quais o pesquisador e o profissional da Comunicação Rural podem diminuir a distância em que se encontram da realidade vivida pelas pessoas do meio rural. Na questão mesma da tecnologia, esses caminhos alertam para as implicações sócio-culturais das “inovações tecnológicas”, para os efeitos negativos de determinadas políticas tecno-científicas, visam colocar a ciência e a tecnologia a serviço da realização da pessoa, buscam reduzir a dependência tecnológica para com os outros países, experimentando uma agricultura menos artificial e menos agressiva à ecologia e à saúde humana. É importante situar a questão da tecnologia no campo das ciências sociais pois certamente os agricultores, pequenos produtores e trabalhadores assalariados, esperam ouvir algo mais que as “vantagens” dos últimos lançamentos tecnológicos e têm interesse em ter informações sobre decisões políticas e econômicas que dizem

respeito à atividade agrícola ou que, indiretamente, afetam a agricultura e a questão agrária, informações sobre medidas higiênicas, sobre educação, cultura, transporte etc. A contribuição do comunicador rural se faz na medida em que na sua lida diária com trabalhadores da terra, proprietários da terra, dirigentes de sindicatos rurais, representantes das instituições governamentais, cientistas dos centros de pesquisa, técnicos agrícolas e escolas de ciências agrárias e sociologia rural, ele for capaz de, num exercício crítico e responsável, manter a animação, a crença na necessidade e na possibilidade de uma mudança para melhor que se efetua na perspectiva da historicidade, na reparação de erros e nas tentativas de novas trilhas, só alcançáveis com a participação dos representantes autênticos das comunidades rurais.

Pelo fato de visualizar tais caminhos, negamos repetir nessa conclusão o tom fatalista e cético a que chegaram os mais críticos pesquisadores de Comunicação Rural e sua atitude de impotência diante do aterrador e imbatível fantasma do capitalismo. Este pessimismo teórico leva a um imobilismo, a uma inatividade prática a que tememos tanto quanto ao entusiasmo presente nas conclusões daqueles autores desarmados de vigilância crítica e embalados pelo senso comum. Sem extremismos, apostamos na criatividade. “E é assim que se processa a história. Não é através da implantação de modelos ideais de novos mundos, mas pela atuação criativa dentro ainda dos próprios limites da realidade que é presente”. Essa é não só a opinião de Roseli Salete Caldart (1987, p. 134), mas sua prática num excelente e criativo trabalho, *Sem-terra com poesia*, em que analisa o sentido pedagógico e político que a produção poética tem dentro do movimento dos sem-terra, buscando compreender como o agricultor chega a se educar para a luta através de um ato simbólico-cultural como esse de criar e se comunicar pela poesia. Por isso, insistimos na consciência crítica e não ingênua porque, novamente com Vieira Pinto (1985, p. 297), a etapa da criação autêntica, tanto no terreno científico como no artístico e no do pensamento só pode ser obra da consciência autônoma.

Não podemos chegar às considerações finais desse trabalho sem antes abordarmos uma questão muito atual: a interdisciplinariedade (ou multidisciplinariedade, transdisciplinariedade). A discussão da interdisciplinariedade está intrinsecamente interligada com o debate sobre o estatuto teórico da Comunicação. Em nenhum momento lançaremos dúvidas sobre a fecundidade de uma abordagem interdisciplinar, o que buscamos é fazer valer a opinião de Peñuela Cañizal (apud OLIVEIRA, V., 1984, p. 93) quando diz que o estudo da Comunicação deve se fundar numa interdisciplinariedade de fato e não num plano de subordinação porque a interrelação entre os objetivos de diversas ciências não justifica que o traço sociológico anteceda o traço comunicativo na ordenação e valorização do conjunto com que se pretende estruturar o estudo dos fenômenos comunicacionais. Peñuela afirma também que a inclusão do processo comunicativo no conjunto do sociológico reduz algumas de suas especificidades e, atento à história, o autor percebe que “a sociedade somente avança quando os objetos construídos nas diferentes modalidades de saber conquistadas pelo



ser humano se articulam e se interpenetram num jogo de forças vivas onde se firmam as identidades e as diferenças” (CAÑIZAL apud OLIVEIRA, 1984, p. 94).

A nosso ver, a interdisciplinariedade só se efetiva quando cada ciência envolvida num mesmo trabalho leva a sua contribuição, a sua bagagem científico-cultural, a maturidade de seu instrumental de análise, a consistência de seus conceitos, pois somente depois de conhecer as especificidades e generalidades de seu objeto de estudo, de demarcá-lo cientificamente, pode uma ciência saber onde não lhe compete o exercício metódico, qual ajuda buscar noutra capacitação que não lhe é própria e mais, o quê de seu oferecer como pertinente a esse estudo multifacetado.

As propostas de estudos interdisciplinares na Comunicação são férteis, mas não seria aconselhável atropelar o problema não resolvido de seu estatuto teórico – o que não quer dizer que temos a ingenuidade de supor que alguma ciência tenha seu corpus teórico resolvido, mesmo porque seria a negação de todo ato de produção científica. Queremos dizer que não há maneira melhor de conhecer o outro senão a partir do autoconhecimento, não há como participar de uma relação inter se não sabemos o que podemos e temos para trocar. Não sugerimos o adiamento dessa discussão, mas insistimos que essa atenção não pode ser distraída, principalmente no caso da Comunicação, campo em que muitos autores definem seu objeto como sendo de natureza interdisciplinar, nascido de várias disciplinas e configurado como tal, um objeto plural. Não há como negar tal pluralidade, mas isso não justifica posições como: “a comunicação não se constituindo uma ciência autônoma, vem a ser lugar natural da cooperação científica entre as disciplinas do campo humanístico” (D’AMARAL, 1988, p. 122).

Concordamos com Edgar Morin (1986, p. 325) que não podemos perder a dimensão humana que cai nos interstícios das disciplinas por causa do desenvolvimento hiperdisciplinar das ciências. Mas não se trata aqui de uma “compulsiva necessidade de definir a disciplina própria” com a qual quer romper Martin Barbero (1985), mas de se perguntar, como faz Cremilda Medina (1989), “quem disse que nós não temos nosso corpus específico de investigação?” E ela responde: “a comunicação coletiva é inter e transdisciplinar, mas o processo de mediação social da informação exige instrumentos de trabalho muito particulares. Para desenvolvê-los, percorremos o mito do eterno retorno: abrimos nossa cosmovisão para a amplitude das leituras culturais, aos poucos a estreitamos em função de exigências específicas, voltamos a realimentar nossa estreiteza com as larguezas do outro, seguimos aplicando a situações próprias que novamente se esgotam...”.

Se pudemos ver, na análise das dissertações, que quase todas as pesquisas sobre a comunicação interpessoal/intergrupar são bem menos fundamentadas e mais pobres em metodologia do que aquelas que tratam dos veículos de comunicação de massa certamente é porque há uma carência de bagagem teórica (no caso da comunicação de massa, esta conta com expressiva literatura sobre indústria cultural). Ora, então um dos princípios fundamentais da Comunicação está se perdendo: o papel do

comunicador como mediador social. O pesquisador, tal qual um jornalista em campo, “precisa de técnicas apuradas de expressão, técnicas apuradas de captação, técnicas apuradas de relação social (MEDINA, 1982, p. 124) –

o jornalista (diríamos todo comunicador) precisa, para eticamente se desempenhar na sociedade, dos códigos da relação humana, edificar com solidez a interação social criadora. Se, um dia, lograr esta utopia, será efetivamente um agente da relação numa sociedade participativa, democrática (MEDINA, 1989, p. 393).

O exercício da comunicação deve ser como a postura de escuta do caipira (na riqueza do termo recuperada por Antonio Cândido) ou, como tem o costume de dizer em sala de aula o professor Luiz Roberto Alves, o comunicador deve ter os ouvidos maiores do que a boca. Só assim poderá captar melhor a abstenção, o silêncio ruidoso da maioria silenciosa e a poética do cotidiano de que fala Maffesoli (1984, p. 55; 71). E quando for contar o que escutou, o jornalista/pesquisador mais preocupado do que com os meios de comunicação deve estar com os modos de comunicação, na mesma perspectiva de Carlos Rodrigues Brandão (Noya PINTO, 1987, p. 16). Todas essas discussões, podemos resumi-las em três grandes questões: a releitura da cultura brasileira (em que se descortinam novas atuações da comunicação), a conquista da democracia (em que se faz urgente o reconhecimento da cidadania dos trabalhadores rurais e o fortalecimento das instituições da sociedade civil) e a luta para chegarmos de fato à modernidade, reinterpretando a racionalidade humana (no sentido em que o faz Sérgio Paulo Rouanet).

Concretamente há algumas sugestões para os pesquisadores em Comunicação. Lopes (p. 159) propõe que se responda a quatro necessidades: necessidade do conhecimento metodológico; necessidade do exercício da vigilância epistemológica ou da crítica do conhecimento que se está produzindo; necessidade do exercício da crítica aos obstáculos metodológicos que se colocam dentro do processo de investigação; e necessidade da responsabilidade científica do pesquisador. Num plano mais geral, Venício A. de Lima (1983, p. 98) diz que, seja qual for uma teoria que busque a especificidade do objeto de estudo da comunicação deverá se apoiar: no poder criador do homem, no seu potencial de transformador da natureza e, acima de tudo, no fato constitutivamente humano que é sua capacidade de simbolizar; numa metodologia que reconheça a diferença entre as ciências naturais e as humanidades, que se proponha a desvendar, entender e interpretar os significados da vida humana; e numa teoria social que leve em conta a realidade concreta e histórica da sociedade para a qual se destina, no caso brasileiro, que se considere o fato de constituirmos uma sociedade capitalista com profundas desigualdades sociais. Diz ainda que esse refinamento teórico só será possível como resultado de um esforço sério de

pesquisa teórica e análise conceitual e que esse esforço tem como lugar natural as universidades e seus centros de pós-graduação.

A essas sugestões, acrescentaríamos duas especialmente para aqueles que se iniciam na tarefa da pesquisa em comunicação a nível de pós-graduação. Primeira: é muito importante a leitura das dissertações/teses afins ao seu tema, isso pode evitar a mesmice, a repetição de erros, pode desvendar aspectos do processo comunicativo que estão à procura de um pesquisador e formular novos problemas que requerem investigação. Segunda: façam uso da ousadia e tentem experimentar o exercício da interpretação, cumprindo um ensinamento de Contreras Budge (1986, p. 34): é o abstrato que deve elevar-se ao concreto, é a teoria que deve subir à altura das práticas; aceitar de início a incomensurável riqueza destas é o melhor antídoto contra teoricismos simplificadores e estéreis, contra receituários metodológicos dogmáticos. E completa que o importante é “assumir opções concretas e entregar-se a elas, sem dogmatismos nem certezas, mas também sem titubeios diletantes. Valorizar a crítica, cultivar a autocrítica, chegar naquilo onde acredita-se ter algo que dizer”. A interpretação é o cadinho da prática do jornalismo e da pesquisa em comunicação. O ato de sair às ruas para cumprir a pauta de uma matéria interpretativa se confunde com o ato de sair a campo para interpretar o fenômeno comunicativo. A pesquisa em comunicação só adquire seu sentido quando a finalidade de contribuir para seu estatuto teórico tiver ressonância no exercício profissional do comunicador.

Por fim, é necessário dizer que muitos dos problemas encontrados nas dissertações de Comunicação Rural não são especificamente problemas da Comunicação Rural. Supomos que se forem feitas revisões em outras áreas da Comunicação não diferirão muito desses os problemas que serão detectados. Poderíamos até dizer que alguns deles se inserem na problemática maior das Ciências Humanas ou pode ser que nos levem a discutir a crise da universidade e do conhecimento científico neste final do século XX. Apesar de termos consciência dessas questões tememos partir para esse tipo de abordagem porque achamos que cada ciência tem ferramentas próprias e um trabalho a ser desenvolvido.

Nenhum conhecimento procede do abstrato ou é inato ao espírito. Todos foram arrancados da realidade com as mãos e transportados para o pensamento. As mãos, sendo o instrumento natural do trabalho humano, são a condição fundamental da criação da idéia (PINTO, 1985, p. 226).

Uma das maneiras de resolver os problemas é ter noção do todo e começar por reparar os detalhes. Detalhe aqui não significa elemento menor, quer dizer das particularidades, do trabalho de cada uma das diversas áreas de pesquisa em Comunicação que contribui para esculpir o seu corpus, para talhar seu estatuto teórico. Detalhe é também a contribuição de cada ciência na elaboração do

conhecimento universal. Assim trabalhando, somos todos colaboradores no talhe que descobre, no fato social, os contornos, as sinuosidades, os côncavos, os traços retilíneos da dimensão humana. Com mais forte emoção e maior a perplexidade do que ouvir “Terra à vista!” ou “A terra é azul!”, poderemos, com nossos próprios olhos, avistar o homem e experimentar a sensação de estranhamento diante do ser que nos parece tão natural, tão conhecido.

Por que não acreditar que a Comunicação tem muito a contribuir nessa tarefa? Devemos insistir que o olhar do comunicador é diferente do olhar do sociólogo, do psicólogo, do antropólogo sobre os fatos sociais. Não temos por que não pensar que as pesquisas em Comunicação podem entender, transformar e propor práticas que alcancem a finalidade de aliviar a miséria da existência humana. É uma utopia? Sem dúvida. Mas esse crédito na virtualidade da comunicação para a melhoria das relações humanas interpessoais, grupais e de massa não nos ilude. Sabemos, muitos são os impasses e os enfrentamentos. Travessia não é uma só.

# Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Progresso técnico: indústria é o caminho. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: EMBRAPA, v. 2, n. 2, p. 233-245, maio/jun. 1985.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Os despossuídos: crescimento e miséria no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- AGRICULTURA ganha espaço no rádio e TV. A RURAL 562, v. 59, p. 18-20, jan. 1980.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.
- AKCELRUD, Isaac. O que todo cidadão precisa saber sobre a reforma agrária: a luta pela terra. São Paulo: Global, 1987.
- ALVES, Luis Roberto. As culturas populares e o presente aberto. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior, Edições Liberdade, Brasília: CNPq, v. 13, n. 7, p. 15-19, jun. 1985.
- ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar (+ qualidade total na educação). Campinas, SP: Papirus, 2000.
- AMARAL, Márcio Tavares. Pós-graduação em comunicação na UFRJ: O fenômeno comunicacional no âmbito das ciências humanas. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 122-137, jul. 19dez. 1988.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Brasil-documento / Setembro 1988.
- ASSMANN, Hugo. Elementos para uma teoria da notícia científica. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: UMESP; São Paulo: Cortez; Brasília: CNPq, v. 7, n. 4, p. 25-38, maio 1982.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARBOSA, Walmir de Albuquerque. A pesquisa em Comunicação Rural (mimeo – apresentado XI Congresso INTERCOM, Viçosa, 1988).
- \_\_\_\_\_. A questão agrária e a Comunicação Rural no Brasil. 1987. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.
- BENJAMIN, Roberto. Comunicação Rural. In: SILVA, Roberto P. Queiroz (Coord.). Temas básicos em Comunicação. S.P. Paulinas: INTERCOM, 1983. p. 35-37.

- BORELLI, David Lins. Humberto Pereira: o agricultor não precisa de comunicação rural. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 5-16, jul. 19dez. 1988.
- BORGES, Marcelo. O projeto tecnologias alternativas/FASE e comunicação com pequeno agricultor. SILVEIRA, Miguel Ângelo; CANUTO, João Carlos (org.). *Estudos de Comunicação Rural*. São Paulo: INTERCOM; Loyola, 1988. p. 61-67.
- BORNSTEIN, Cláudio Thomás. *A reforma agrária na Nicarágua*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 91p.
- BRAGA, Geraldo Magela. Indústria cultural e comunicação rural na TV brasileira. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, v. 55, n. 9, p. 71-86, jul. 19dez. 1986.
- BRAGA, José Norival. A importância de canais interpessoais de comunicação na implantação de projetos de eletrificação rural no Estado de São Paulo. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo e ciência no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. *Revista Brasileira de Tecnologia*. Brasília, v. 16, n. 3, maio/jun. 1985.
- \_\_\_\_\_. O novo perfil da comunicação rural brasileira. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 34-44, jul. 19dez. 1988.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa em comunicação. In: SILVA, Roberto P. de Queiroz S. *Temas básicos em Comunicação*. São Paulo: Paulinas: INTERCOM, 1983. p. 41-50.
- BUNGE, Mário. *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da USP, 1980. (Coleção O Homem e a Ciência, 11).
- CALDART, Roseli Salete. *Sem-terra com poesia; a arte de recriar a História*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CAMPANHA Nacional pela reforma agrária. *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes; IBASE, 1985.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1987 – 7ª ed.
- CANUTO, João Carlos. A cultura bóia-fria no Paraná. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, v. 57, n. 10), p. 85-89. jul. 19dez. 1987.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Pós-graduação em comunicação no IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior: 10º ano de funcionamento consolida atividades. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 115-121, jul. 19dez. 1988.
- CARDOSO, Ruth Vilaça Correia Leite. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth Vilaça Correia Leite. (org.). *A aventura antropológica; teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.
- CARVALHO, Abdias Vilar; D'INCAO, Maria da Conceição (org.). *Reforma agrária: significado e viabilidade*. Petrópolis: Vozes & CEDEC, 1982.
- CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- \_\_\_\_\_. “Dos esforços isolados à pós-graduação”. In: CASTRO, Cláudio de Moura. *Ciência e Universidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- CASTRO, Eduardo Gomes. *Comunicación y extensión rural: um ejemplo de discurso esquizoide*. (mimeo)

..... Idéias para uma discussão sobre o ensino da Comunicação Rural nos cursos universitários. (mimeo – apresentado XI Congresso INTERCOM, Viçosa, 1988.)

CNPq avalia pós-graduação em comunicação social. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 56, n. 10, p. 131-132, jun. 1987.

COHN, Gabriel. Sociologia da comunicação: teoria e ideologia. São Paulo: Pioneira, 1973.

CONFERÊNCIA Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Roma, 1979. Declaração de princípios e programa de ação. s.l.: FAO, s.d.

CONTRERAS BUDGE, Eduardo. Comunicação e desenvolvimento: muito além dos mitos modernizantes e dos modismos maniqueístas. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 55, n. 9, p. 23-24, jul. 19dez. 1986 (trad. 1985 da Revista CHASQUI, n. 14, Quito: CIESPAL).

CORTÉS SANCHEZ, Carlos E. El contexto científico de la investigación. Signo y Pensamiento. Bogotá, Colômbia: Universidad Javeriana, n. 3, p. 67-76, 1983.

CORTÉS SANCHEZ, Carlos; BUSQUETS, Marisol Cano. America Latina: suversión de la comunicación: apuntes para la conformación de la democracia. Signo y Pensamiento. Bogotá, Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, n. 6, p. 21-48, 1985.

CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. São Paulo: Global Ed., 1983.

CUNHA, Antonio Carlos. Agricultura: a necessidade de uma informação adequada. Agricultura – a Força Verde. v. 15, n. 2, p. 38-41, fev. 1979.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. Além dos meios e mensagem; introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis: Vozes, 1987.

..... Comunicação rural: da extensão à participação. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior. Edições Liberdade, Brasília: CNPq, v. 11, n. 6, p. 47-56, jun. 1984.

..... Comunicação rural: discurso e prática. (mimeo-apresentado XI Congresso INTERCOM, Viçosa, 1988).

..... O que é comunicação rural. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAZ BORDENAVE, Juan; CARVALHO, H. M. Comunicação e planejamento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EM MINAS, uma rádio dedicada exclusivamente ao homem do campo. Dirigente Rural: São Paulo, v. 21, n. 11, p. 48-50, nov. 1982.

ENCONTRO Iberoamericano de pesquisadores da Comunicação, I por Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 56, n. 10, p. 106-108, jan. 19jun. 1987.

FAJARDO, Elias. Em julgamento a violência no campo; relato das mortes analisadas pelo Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: FASE, Instituto Apoio Jurídico Popular, 1988.

FETT, John H. Pesquisa em comunicação para o desenvolvimento rural (mimeo- apresentado XI Congresso INTERCOM, Viçosa, 1988).

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 – 8ª ed.

- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. 1ª ed. 1974.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GARCIA MARQUES, Gabriel. La arrasadora utopia de la vida. (mimeo-conferência pronunciada em Estocolmo, Suécia, na entrega do Prêmio Nobel de Literatura, 8 dez. 1982).
- GODOY, Angela Maria; HERRÁN, Cláudia Lucía. Formação profissional de comunicadores sociais na América Latina: a pesquisa da FELAFACS. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 57, n. 10, p. 109-114, jul. 19dez. 1987.
- GOLDING, Peter. O papel dos meios de comunicação no desenvolvimento: crítica a uma ortodoxia teórica. In: WETHEIN, Jorge (org.). Meios de comunicação: realidade e mito. S. P.: Nacional, 1979.
- GONZALEZ VELA, Hugo. A comunicação da reforma agrária: desinformação e rumores. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 57, n. 10, p. 59-74, jul. 19dez. 1987.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia; crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1986. 3ª ed.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1987.
- GUSMAN, Mariluz Restrepo de. Bases para la comprensión científica de la comunicación. Signo y Pensamiento. Bogotá, Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, n. 8, p. 77-80, 1986.
- IANNI, Octávio. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KEARL, Bryant E. Comunicação para o desenvolvimento agrícola. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: UMESP, v. 15, n. 7, p. 71-95, nov. 1987.
- LEAL, Laurindo (org.). Reforma agrária na Nova República: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez: EDUC, 1985.
- LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1973.
- LIMA, Carlos Roberto de Albuquerque. O uso do videocassete no meio rural. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 55, p. 9, p. 153-161, jul. 19dez. 1986.
- LIMA, Venício A. de. Repensando a(s) teoria(s) da comunicação: notas para um debate. In: MELO, José Marques de Melo (coord.). Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano. São Paulo: INTERCOM: CORTEZ, 1983. p. 85-99.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 215p. 4ª ed.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. I Encontro Iberoamericano de Pesquisadores da Comunicação. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 56, p. 10, p. 106-108, jun. 1987.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa em comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- LYRA, Eugênio. Eugênio Lyra Presente: uma poesia engajada na realidade. Salvador, 1981.
- MACHADO, Eduardo Paes (coord.). Poder e participação política no campo. São Paulo: Cerifa; Salvador (Ba): CAR/CEDAP-CENTRU, 1987.
- MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MANCUSO, José Humberto. O discurso da reforma agrária. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.



- MARASCHIN, Jaci Correia. Quem tem medo da tecnologia?. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior; São Paulo: Cortez, Brasília: CNPq, v. 7, n. 4, p. 5-17, maio 1982.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.). Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil. São Paulo: Summus, 1985.
- MARTIN BARBERO, Jesus. “A cultura: mediação entre política, educação e comunicação”. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, n. 28, 1986 (entrevista à Anamaria Fadul).
- \_\_\_\_\_. Desafios à pesquisa em comunicação na América Latina. Boletim INTERCOM. São Paulo: Intercom, v. 49/50, 1984.
- \_\_\_\_\_. La comunicación desde la cultura: crisis de lo nacional e emergencia de lo popular. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior, Edições Liberdade, Brasília: CNPq, v. 13, n. 7, p. 37-52, jun. 1985.
- \_\_\_\_\_. Pueblo y masa en la cultura: de los debates y los combates. Columbia University, Nova Iorque, abr. 1985. (mimeo/conferência).
- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil; terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTINS, José de Souza (org.). Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. América Latina, autonomia de voto em questão. (mimeo – aula de encerramento do curso de pós graduação Teorias Latino-Americanas de Jornalismo 24 nov. 1987. ECA/USP).
- \_\_\_\_\_. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988, 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. Povo e personagem. 1989. (texto mimeo).
- \_\_\_\_\_. Profissão jornalista: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. Vozes analíticas: o custo da modernização. In: MEDINA, Cremilda. (org.). Vozes da crise. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1988. p. 105-135.
- MELO, José Marques de. (org.). Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, INTERCOM, Brasília: CNPq, 1983. 303p.
- MELO, José Marques de. A pesquisa do jornalismo na Universidade Brasileira: análise das determinações conjunturais. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior, edições Liberdade, Brasília: CNPq, v. 11, n. 6, p. 113-129, jun. 1984.
- \_\_\_\_\_. “Comunicação e modernização das sociedades tradicionais: a teoria de Lerner e sua aplicabilidade ao Brasil”. In: Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 20-35.
- \_\_\_\_\_. (org.). Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. Comunicação, opinião e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1971.

\_\_\_\_\_. Da comunicação popular à popularização da ciência. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior; São Paulo: Cortez; Brasília: CNPq, v. 9, n. 5, p. 193-205, jul. 1983.

\_\_\_\_\_. Imprensa e capitalismo dependente: nota sobre o desenvolvimento da imprensa brasileira. In: *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

\_\_\_\_\_. (org.). *Imprensa e desenvolvimento; documentos da III Semana de Estudos de Jornalismo*. São Paulo: USP/CJE/ECA, 1984.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano*. São Paulo: Cortez: INTERCOM, 1983.

MELLO, Maria da Conceição D'Incao e. O "bóia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976. 3ª ed.

MONTE, A. F. Pinheiro. Difusão de Inovações: barreiras à comunicação para o desenvolvimento. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior, v. 15, n. 7, p. 23-39, nov. 1987.

MORAES, Vinicius de. Os homens da terra. In: *Violão de rua; poemas para a liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 82-85. (Coleção Cadernos do Povo Brasileiro).

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOTOYAMA, Shozo. Utilização da ciência. *Ciência e Cultura*, v. 33, n. 11, p. 1448-1445, nov. 1981.

MÜLLER, Geraldo. A velha senhora agrária e seus novos balangandãs. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, v. 11, p. 2-9, jan. 1985.

NAKAMAE, Ivan J. *Novos compromissos do jornalismo agrícola*. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior, v. 15, n. 7, p. 97-105, nov. 1987.

NASCIMENTO, Celso Ferreira. O relacionamento jornalistas/pesquisadores. Palestra feita no 1º Simpósio Paranaense de Jornalismo Agrícola e Pesquisa Agropecuária. Londrina, IAPAR, Instituto Agrônômico do Paraná, 1982.

NEIRA, Walter. III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Pós-graduação em Comunicação Social. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, v. 56, n. 10, p. 101-105, jan. 19jun. 1987.

NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica; objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NUNES, Laércio Nunes e. "Discussão sobre difusão e adoção de Inovações na agricultura"- dissertação de mestrado, UnB, 1977.

O ÁSPERO caminho de um jornalista agrícola. *Dirigente Rural*. São Paulo, v. 18, n. 7/8, p. 81-87, jul. 19ago., 1979.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. *Comunicação e desenvolvimento rural: o ofuscamento da realidade*. Geraes, Belo Horizonte: ABEPEC/UFMG, v. 43, p. 27-31, mar. 1985.

\_\_\_\_\_. O mimetismo da realidade nos discursos da comunicação para o desenvolvimento rural: a experiência da Rádio Guarani Rural de Belo Horizonte. 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Pará, 1984.

\_\_\_\_\_. Questões metodológicas da Comunicação Rural. In: SILVEIRA, Miguel Ângelo; CANUTO, João Carlos. *Estudos de Comunicação Rural*. (org.). São Paulo: INTERCOM: Loyola, 1988. p. 37-51.

OS NOVOS rumos da comunicação rural. Geraes. Belo Horizonte: ABEPEC/UFMG, v. 23, p. 13-15, jan. 1983.

PEÑUELA CAÑIZAL, Eduardo. Diversidade e Interdisciplinaridade. In: MELLO, José Marques de. Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, INTERCOM; Brasília: CNPq, 1983. p. 121-127.

PINTO, Álvaro Vieira. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1979) 1985, 3ª ed.

PINTO, Virgílio Noya. Pós-graduação em comunicação na USP – preservando a diversidade e a interdisciplinaridade. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 107-109, jul. 19dez. 1988.

PINTO, Virgílio Noya; BORELLI, Dario Luís. Carlos Rodrigues Brandão: a influência da comunicação se dá no interior de complexas redes de relações culturais entre sujeitos sociais. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 57, n. 10, p. 16-21, jul. 19dez. 1987.

PORTO, Sérgio Daytell. Pós-graduação em comunicação na UnB: da crítica das ideologias à busca de uma sociedade mais justa. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 138-145, jul. 19dez. 1988.

PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. 4ª ed.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: EDUSP, 1978.

QUESADA, Gustavo. A pesquisa sobre comunicação rural. In: MELO, José Marques de. Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, INTERCOM; Brasília: CNPq, 1983. p. 83-90.

ROSINHA, Raul C. Desenvolvimento e comunicação rural. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: UMESP, v. 15, n. 7, p. 7-15, nov. 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTAELLA BRAGA, Maria Lúcia. Pós-graduação em comunicação na PUC-SP: a semiótica direciona as linhas de pesquisa. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 59, n. 11, p. 110-114, jul. 19dez. 1988.

SANTOS, Maria Salett Tank. A ideologia da modernização e o rádio rural. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 55, n. 9, p. 146-153, jul. 19dez. 1986.

SCHNEIDER, Ivo Alberto. Transferência de conhecimento agrícola num modelo reverso de comunicação. Revista de Economia Rural, Brasília v. 21, n. 2, p. 219-239, abr. 19jun. 1983.

SCHNEIDER, Ivo Alberto; STURN, Algemiro Eduino. Participação do agricultor em decisões agrícolas: uma questão metodológica. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo: INTERCOM, v. 56, n. 10, p. 44-51, jan. 19jun. 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, universidade e ideologia; a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. A relação setor público-privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: Embrapa, v. 2, n. 2, p. 185-232, maio/jun. 1985.

SILVA, Maria A. Moraes. A consolidação da dominação do capital monopolista no Brasil e as mudanças ocorridas na agricultura. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, v. 4, p. 5-22, 1981.

SZMRECSANYI, Tamás; DUEDA, Ariovaldo Dueda (orgs.). Vida rural e mudança social. Leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

THIOLLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão detecnologia e ideologia da modernização. Cadernos de

Difusão de Tecnologia. Brasília; Embrapa, v. 1, n. 1, p. 43-51, jan. 19abr. 1984.

\_\_\_\_\_. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1982.

\_\_\_\_\_. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, Editores Associado, 1986.

\_\_\_\_\_. Sobre o jornalismo científico e sua possível orientação numa perspectiva de a valiação social da tecnologia. Memória do 4º Congresso Iberoamericano de Jornalismo Científico. São Paulo, ABJC, 1984.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982. 2ª ed.

TORCHELLI, Juan Carlos. Interação pesquisador-produtor: um enfoque inovador na pesquisa agropecuária. Revista de Economia Rural. Brasília: v. 21, n. 4, p. 547-560, out. 1983.

VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VELHO, Otávio Guilherme. Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VILA NOVA, Sebastião. Ciência social: humanismo ou técnica?; ensaios sobre problemas de teoria, pesquisa e planejamento social. Petrópolis: Vozes, 1984.

# Informações

## A autora

**Gislene da Silva**, professora titular do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, é mineira de São Geraldo, Zona da Mata.

Graduou-se em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Concluiu em 1989 o mestrado em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS, atual UMESP), em

São Bernardo do Campo, SP, com a dissertação *Do detalhe ao talhe: dissertações/teses em Comunicação Rural; uma revisão 1978-1988*. No doutorado em Ciências Sociais/Antropologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) defendeu, em 2000, a tese *O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo* (publicada em 2009 com o título *O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos*).

Como jornalista trabalhou na revista *Saúde* (Editora Abril), e, por 11 anos, na revista *Globo Rural* (Editora Globo), no período de agosto de 1990 a março de 2002.

Desde 2003 como docente na UFSC, atua como professora na graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Fez um pós-doutorado na Universidade de São Paulo em 2009 e outro na Universidad Complutense de Madrid, Espanha, em 2016.

E-mail: [gislenedasilva@gmail.com](mailto:gislenedasilva@gmail.com)



# O selo Kritikos



# KRITIKOS

**Pesquisa**

Selo editorial criado pelo grupo de pesquisa MidiAto – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas ([www.usp.br/midiato](http://www.usp.br/midiato)), sediado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Seu objetivo é produzir e difundir produções editoriais que reúnam originalidade temática e inovação formal. Iniciado em 2015, o selo nasce da necessidade de firmar, criar e divulgar reflexões sobre um campo comum presente nas pesquisas do grupo, e amplia-se para obras que apresentam, mais do que uma proximidade conceitual ou uma ligação por força dos objetos empíricos, uma visada compartilhada por métodos críticos e perspectivas teóricas. Ecoam no cerne das publicações de Kritikos a crítica midiática, a linguagem, a cultura e a política. Os trabalhos estampados pelo selo devem estar afinados com esses objetivos editoriais, buscando qualidade em produções editoriais, além de favorecer a circulação dos materiais produzidos para um público mais amplo, sendo uma das especificidades de suas publicações experimentar formatos e possibilidades em obras difundidas no ambiente digital online.

Essa obra foi composta  
com Helvetica Neue,  
no formato 18 x 24 cm  
em dezembro de 2019.